



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

- 1.1 - Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.2 - 37ª Reunião Extraordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 18ª Legislatura
- 1.3 - Reuniões de Comissões

### 2 - ORDENS DO DIA

- 2.1 - Plenário
- 2.2 - Comissões

### 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 3.1 - Comissões

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO

### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### 8 - ERRATAS



## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA EM 8/10/2015

#### Presidência do Deputado Ulysses Gomes

Sumário: Comparecimento – Falta de quórum.

#### Comparecimento

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Ulysses Gomes – Antônio Jorge – Dalmo Ribeiro Silva – Duarte Bechir – Fabiano Tolentino – Fábio Avelar Oliveira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Magalhães – Missionário Marcio Santiago – Roberto Andrade – Sargento Rodrigues – Tiago Ulisses – Wander Borges.

#### Falta de Quórum

O presidente (deputado Ulysses Gomes) – Às 14h3min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A presidência deixa de abrir a reunião por falta de quórum e convoca as deputadas e os deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação.

### ATA DA 37ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/9/2015

#### Presidência dos Deputados Adalclever Lopes e Hely Tarquínio

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: Ata – 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.817/2015; requerimentos dos deputados Gustavo Valadares e Gustavo Corrêa (2); deferimento; prejudicialidade de requerimento do deputado Gustavo Valadares; requerimento do deputado Gustavo Valadares; discursos dos deputados Gustavo Valadares, João Vítor Xavier, Alencar da Silveira Jr. e Sargento Rodrigues; votação do requerimento; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação nominal do projeto, salvo emendas e destaques; discursos dos deputados Gustavo Corrêa, João Leite, Lafayette de Andrada, Felipe Attiê, Bonifácio Mourão, Gustavo Valadares, Carlos Pimenta, Arlen Santiago, Noraldino Júnior, Alencar da Silveira Jr., Antônio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Sargento Rodrigues e Durval Ângelo; aprovação; votação nominal do art. 3º do vencido em 1º turno; discursos dos deputados João Vítor Xavier e Durval Ângelo; aprovação; votação nominal do art. 5º do vencido em 1º turno; discursos dos deputados Felipe Attiê e Durval Ângelo; aprovação; votação nominal do art. 6º do vencido em 1º turno; discursos dos deputados Gustavo Valadares e Durval Ângelo; aprovação; votação nominal do art. 10 do vencido em 1º turno; discursos dos deputados Gustavo Corrêa e Iran Barbosa; aprovação; votação nominal da Emenda nº 1; discursos dos deputados Arlen Santiago e Léo Portela; Questão de Ordem; rejeição; votação nominal da Emenda nº 2; requerimento do deputado Sargento Rodrigues; deferimento; leitura da Emenda nº 2; aprovação; Questões

de Ordem; votação nominal da Emenda nº 3; requerimento do deputado Dalmo Ribeiro Silva; deferimento; leitura da Emenda nº 3; rejeição; votação nominal da Emenda nº 4; requerimento do deputado Sargento Rodrigues; deferimento; leitura da Emenda nº 4; aprovação; votação nominal da Emenda nº 5; requerimento do deputado Antônio Carlos Arantes; deferimento; leitura da Emenda nº 5; rejeição; votação nominal da Emenda nº 6; requerimento do deputado Lafayette de Andrada; deferimento; leitura da Emenda nº 6; aprovação; votação nominal da Emenda nº 7; requerimento do deputado Lafayette de Andrada; deferimento; leitura da Emenda nº 7; rejeição; votação nominal da Emenda nº 8; requerimento do deputado Alencar da Silveira Jr.; deferimento; leitura da Emenda nº 8; rejeição; votação nominal da Emenda nº 9; requerimento do deputado Alencar da Silveira Jr.; deferimento; leitura da Emenda nº 9; rejeição; Declarações de Voto – Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.817/2015; aprovação; verificação de votação; inexistência de quórum para votação; anulação da votação; chamada para recomposição de quórum; existência de quórum para votação; renovação da votação do parecer; aprovação; Declarações de Voto – Encerramento.

### **Comparecimento**

– Comparecem os deputados e as deputadas:

Adalclever Lopes – Hely Tarquínio – Lafayette de Andrada – Ulysses Gomes – Alencar da Silveira Jr. – Doutor Wilson Batista – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Arnaldo Silva – Bonifácio Mourão – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Glaycon Franco – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Isauro Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – João Vítor Xavier – Leandro Genaro – Léo Portela – Leonídio Bouças – Luiz Humberto Carneiro – Marília Campos – Missionário Marcio Santiago – Neilando Pimenta – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Roberto Andrade – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Tony Carlos – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

### **Abertura**

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Às 18h1min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### **1ª Parte**

#### **Ata**

– O deputado Doutor Wilson Batista, 3º-secretário, nas funções de 2º-secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

#### **2ª Fase**

O presidente – Nos termos do edital de convocação, a presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

#### **Discussão e Votação de Proposições**

O presidente – Prosseguimento da Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.817/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, que consolida a legislação tributária do Estado, e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Valadares em que solicita a votação destacada dos artigos 3º e 6º do vencido em 1º turno. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a votação destacada dos artigos 5º e 10 do vencido em 1º turno. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Corrêa em que solicita a votação destacada da Emenda nº 1. A presidência defere o requerimento de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com o deferimento do requerimento do deputado Gustavo Corrêa, fica prejudicado o requerimento do deputado Gustavo Valadares em que solicita a votação destacada da Emenda nº 2. Vem à Mesa requerimento do deputado Gustavo Valadares em que solicita a votação por partes do projeto. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares\* – Senhoras, senhores, deputadas, deputados, continuamos na resistência, deputado João Vítor, em sua homenagem, não é? Em homenagem aos mineiros. Minha senhora, qual o seu nome? (– Manifestação nas galerias.) Zilá? Bacana, Zilá. Preste atenção aqui, Zilá. Escute essa voz. A voz é vozeirão bacana. Escute-a aqui. (– Aproxima celular do microfone.)

Zilá, a senhora já deve ter visto o programa do Sílvio Santos chamado *Qual é a Música*. A senhora se lembra desse programa? Vou mudar um pouquinho. A senhora reconhece essa voz, Zilá? Essa voz é de quem, Zilá? (– Manifestação nas galerias.) Do Pimentel. O que ele é hoje, Zilá? Mas é governador? (– Manifestação nas galerias.) É governador. Ele prometeu o contrário do que está fazendo agora como governador. É um aluno que vai na linha do que a professora fez. A Profa. Dilma prometeu na campanha o que não pôde entregar. Faz hoje o inverso do que prometeu. Pimentel é a mesma coisa. Prometeu, na campanha, algo que não podia entregar. Faz hoje o inverso do que prometeu. Coincidência ou não, são do mesmo partido, do mesmo grupo político. Na gestão passada, o Pimentel foi ministro de Dilma. Dilma fez escola, e ele aprendeu direitinho.

Nós estamos aqui resistindo – o deputado Alencar será o próximo e vai trazer uma novidade para que vocês também possam escutar –, mas ele traz para cá um projeto que pune o cidadão mineiro, que pune o pequeno empresário. E aí quero fazer um parêntese e agradecer às entidades de classe, à CDL, à Federaminas, à Fiemg, àqueles que estiveram conosco ontem e hoje nessa luta, que não é fácil. Estou aqui me segurando. Faltam ainda 1 minuto e 22 segundos, e vou ser muito franco com vocês: depois nós ainda vamos encaminhar o projeto. Quando eu estava subindo, falei que já não sei mais o que falar. Já estou tão cansado, com a cabeça tão cansada de ficar aqui o dia inteiro. Imagino vocês, que estão aí o dia inteiro, nas galerias, sem tomar uma água direito, sem tomar um café, sem poder almoçar direito, para cumprir um papel que é de todos, que é pressionar. Essa turma toda que está aqui... Quando falo “essa turma”, somos todos nós, não só os que estão desse lado de cá, mas todos, para que não deixemos que esse projeto, esse absurdo, seja aprovado.

Eu quero agradecer... (– Manifestação nas galerias.) Pois é. Quem estudou história se lembra dessa Crise de 1929.

Mas quero acreditar que vamos conseguir convencer os deputados que ontem votaram a favor a votar contra hoje. De ontem para hoje, a repercussão dessa votação foi uma coisa absurda. Ali já temos uma pequena repercussão, mas está no Facebook, no Twitter, no WhatsApp, no Instagram, em todo lugar.

É por isso que quero pedir a vocês que fiquem firmes conosco por mais um tempo, que a votação vai chegar e será a hora de vocês fazerem um último barulho para convenceremos essa turma aqui a votar com a população e não com o governo do PT. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier\* – Sr. Presidente, caros colegas, manifestantes que aqui bravamente lutam conosco durante todo o dia. Estou aqui neste Plenário desde as 9 horas da manhã. A maioria dos deputados, cada um cumprindo seu papel, uns de oposição, outros de governo, todos estão aqui desde as 9 horas da manhã em um embate ideológico, em um embate de ideias, em uma disputa de ideias, deputado Mourão. E vamos ficar aqui firmes.

Sabemos que somos minoria. Sabemos o quanto nossa missão é difícil. Sabemos que é uma luta de Davi contra Golias, mas acreditamos que o Davi pode vencer, deputado João Leite. Acreditamos que a nossa resistência brava ao lado da população pode surtir o resultado necessário. Vamos lutar até o último minuto, vamos lutar até o último segundo dessa batalha. A oposição não vai desistir. A oposição não vai se curvar. A oposição não vai entregar a cabeça da população de Minas a mais impostos. Vamos resistir, vamos batalhar, vamos obstruir.

Todos nós já estamos cansados, não tivemos nem a oportunidade de almoçar. É muito grande o desgaste emocional e psicológico de todos aqui. Mas nosso papel é tentar resistir pela obstrução, tentar vencer a base de governo pelo cansaço, tentar fazer com que, em algum momento, nós, que somos a minoria, nos tornemos maioria, ou pelo convencimento ideológico ou pela fadiga do corpo. As nossas armas estão cessando, as nossas possibilidades regimentais estão terminando. A capacidade que temos de segurar esta Casa através do regimento não são muitas, mas estamos usando todas elas. A cada minuto que passa, nesta tribuna vamos dando ao povo de Minas Gerais o que temos de mais precioso: o nosso convencimento de estar ao lado do povo do nosso estado.

Hoje o sofrimento do cidadão é muito grande. O sofrimento de quem sai de casa de manhã para sustentar sua família, para pegar o ônibus, para sair da periferia, para lutar por um salário, às vezes muito menor que o necessário para sustentar a família, é muito grande. E o que nós precisamos é aliviar o bolso do povo. A população tem sofrido muito. A população tem pagado muito mais impostos do que a qualidade dos serviços que tem como retorno. Não temos uma saúde no nível dos impostos que pagamos. Não temos equipamentos de trânsito no nível dos impostos que recolhemos. Não temos uma educação no nível do imposto que oferecemos ao governo.

Como disse D. Zilá, o que o povo do Brasil quer é uma saúde no nível do imposto que pagamos. Minha amiga Joyce, vereadora de Guidoal, que aqui está acompanhando esses trabalhos durante todo o dia, companheira de PSDB, o que queremos é que o povo mineiro tenha condição de ter um retorno para o imposto que paga no dia a dia e não mais impostos para endurecer ainda mais a vida de quem acorda, deputado Tito, todas as manhãs para lutar pelo pão de cada dia e pela sua família.

Esta oposição tem lutado, e quero destacar a atuação da deputada Ione Pinheiro; do nosso líder, deputado Gustavo Corrêa; dos deputados João Leite, Lafayette de Andrada, Gustavo Valadares e Tito; do nosso líder e referência moral nesta Casa, deputado Bonifácio Mourão; dos deputados Luiz Humberto e Gil Pereira; todos os deputados presentes, que são muitos nessa luta. Vejo chegar o deputado Sargento Rodrigues e os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Felipe Attiê, Alencar da Silveira Jr. e Carlos Pimenta. Aliás, o deputado Carlos Pimenta até nos animou hoje cantando a música de despedida da Dilma. Gostei muito, deputado Carlos Pimenta. Estamos todos aqui, lutando e acreditando.

Alguns deputados vieram de longe para votar o projeto hoje, como o deputado Noraldino Júnior, que não pôde votá-lo ontem e veio de Juiz de Fora para votá-lo hoje. Há outros colegas deputados que também não estiveram presentes ontem e hoje estão aqui. O deputado Alencar da Silveira Jr. também se soma a nós nessa luta. Aliás, o deputado Alencar da Silveira Jr. já era defensor dessa causa.

Temos esperança. É difícil, mas vamos continuar lutando e fazendo o nosso papel de obstrução. Muito mais bravos que nós são vocês que estão aqui e merecem o nosso respeito e a nossa luta até o último segundo. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr.\* – Srs. Deputados, Sr. Presidente, Mesa que dirige esta Casa, companheiros das galerias, senhoras e senhores, telespectadores da TV Assembleia, que criamos há 19 anos. No início havia censura, e agora essa censura está voltando de acordo com a reclamação de todos, mas não vai continuar porque não vamos deixar. Quando digo nós, quero dizer esta Casa.

Costumo dizer que o Brasil tem de mudar porque nós vamos começar a mudar. Aliás, podemos fazer essa mudança hoje, nessa votação final, que é mais importante que a de ontem. Essa é a votação que vai decidir os impostos em Minas. Eu e o deputado Gil comentávamos que temos um problema muito sério, que são as faixas que estão espalhadas por Belo Horizonte. Não estou me referindo às faixas em que se vê escrito “Fora Dilma” ou “Fora Temer”, mas as faixas de “Aluga-se”, “Aluga-se”, “Aluga-se”. Hoje existe um número muito grande de empresas que fecharam. O deputado Dilzon Melo disse que fecharam 32 empresas, mas esse número é bem maior. Quem tem aluguel tem recebido diariamente do seu administrador pedidos para baixá-lo. “Fulano já está entregando o ponto ou quer baixar o aluguel” ou “Beltrano não está conseguindo mais.” É isso que está acontecendo.

Todos estamos cansados, mas quem está cansada mesmo é a população brasileira e mineira, o empresariado mineiro, o empresariado da cidade de Itabirito, uma cidade pequena que ainda tem uma concorrência muito grande com o comércio de Belo Horizonte e que será penalizada. Assim sendo, o nosso apelo é endereçado a todos os companheiros. Vejam como é prejudicial a votação desse projeto que vai mexer não no meu bolso ou no bolso de cada um dos senhores, mas no bolso da população em geral porque vamos comprar mais caro, já que o empresário vai repassar esse imposto ao cliente. Aliás, o cliente não consegue comprar mais, e as fábricas não conseguem produzir. Além disso, a nossa carga tributária é muito grande.

Vou encerrar os meus 2 minutos, mas não vai ser com silêncio. O Gustavo falou sobre uma música importante, que tenho certeza de que fará sucesso. Peço ao DJ que aumente o som. Prestem atenção.

Sr. Presidente, cada um dos senhores, personagem dessa música, pode mudá-la amanhã, e, sem dúvida, os companheiros do jornal *Hoje em Dia* e da Rádio 98 também a mudarão. (– Aproxima celular do microfone.)

Sr. Presidente, para completar, só gostaria que todos colocassem a mãozinha para cima e falassem: não a esse projeto! Não a esse projeto! Não a esse projeto! Tenho certeza de que haverá mudança.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Presidente, gostaria de registrar que está aqui conosco, mesmo afastado por problema médico, o deputado Noraldino Júnior. Ele me pediu que registrasse sua presença e que votará contra o projeto de aumento de imposto. Está feito o registro.

Quero mais uma vez mostrar a todos os mineiros e a todas as mineiras o quanto o governador Fernando “Pinotel” é mentiroso. DJ, aumente o som para nós. (– Aproxima celular do microfone.)

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, pergunto-lhes: ele disse que vai reduzir, mas serão os senhores que votarão favoravelmente ao projeto? Já imaginou, deputado Nozinho, V. Exa. que é do meu partido, como fará em São Gonçalo do Rio Abaixo para explicar aos comerciantes e às empresas que os senhores e as senhoras vão aumentar o imposto? Já imaginou, deputado Noraldino, V. Exa. teve a coragem de sair de Juiz de Fora, mesmo com licença médica, para vir aqui no Plenário dizer que é da Zona da Mata, de Juiz de Fora e votará contra o projeto. Parabéns, Noraldino! Parabéns, Wander Borges! Parabéns, Fabiano Tolentino! Parabéns, Leandro Genaro!

Imaginem: Fernando Pimentel prometeu à população de Minas Gerais que ia reduzir o imposto, e o que ele faz? Ele assume o governo, esquece o que prometeu, deputado Gil Pereira, manda para cá o projeto e diz: “Deputado Lerin, vá lá e vote aquele projeto para mim”. “Mas qual, governador?” “Aquele projeto que prometi ao povo de Minas Gerais que ia reduzir o ICMS.” É você quem vai votar esse projeto?

Já citei alguns companheiros de determinadas regiões. Mas imagine você, deputado, na hora que retornar a sua base, vai encontrar a sua base eleitoral e dizer assim: “Olhem, o deputado Sargento Rodrigues passou da tribuna, por cerca de cinco vezes, aquele vídeo em que o governador Pimentel disse que ia reduzir, porque, se não reduzisse, o que ia acontecer?” Isso aqui: (- Lê:) “Nós vamos reduzir o ICMS sobre a energia elétrica. No Rio é 18%, aqui é 30%. Não há justificativa para cobrar um imposto tão alto e, com isso, espantar daqui, tirar daqui empresas que poderiam gerar renda e emprego em Minas Gerais”.

O que o PT está fazendo? O PT está espantando daqui, tirando daqui indústrias, comércios e prestadores de serviço. Com o seu voto? São vocês, deputado e deputada, que vão votar a favor desse projeto? Olhem, têm de ter dó dos contribuintes, têm de ter dó dos cidadãos. A Dilma já aumentou em 48% apenas este ano. A Dilma acabou de mandar aumentar o preço da gasolina em 6%, o óleo diesel em 4%, e as senhoras e os senhores deputados vão aumentar em quase 39% o ICMS da energia elétrica para a indústria e o comércio? Não dá, presidente. Tenho certeza de que, no momento do voto, alguns dos senhores deputados e das senhoras deputadas, vão ter dó do cidadão que não aguenta mais tanto imposto nem a incompetência desse governo para tratar a coisa pública.

O presidente – Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Rejeitado.

O deputado Gustavo Corrêa – Verificação, presidente. A base governista quase que aprovou o requerimento aqui, viu, presidente? Achei que demorou um pouquinho.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O deputado Arlen Santiago – Sr. Presidente, registre meu voto “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 17 deputados; votaram “não” 35 deputados; totalizando 52 votos. Está ratificada a rejeição do requerimento.

Votação do projeto, salvo emendas e destaques. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Corrêa.

O deputado Gustavo Corrêa – Boa noite a todas as senhoras e a todos os senhores. Chegamos, quem sabe, ao momento mais importante do dia de hoje, o momento em que os mineiros saberão quem são aqueles que têm respeito, amor, coerência com o seu mandato e, mais do que isso, aqueles que realmente querem ver um Estado mais forte e mais igualitário.

Este parlamentar fez questão de afirmar, alguns dias atrás, que aconteceria algo como o que acontecerá logo mais. O deputado Antônio Carlos Arantes sabe muito bem a que me refiro. Este governo – e a oposição não tem essa vaidade – não se dá sequer a dignidade de assumir as emendas e os pleitos que foram formulados pela oposição e não dá exatamente a vitória àqueles que realmente tiveram preocupação. Porque, quando o governo encaminhou o projeto a esta Casa, alertamos os mineiros que vários equívocos estavam sendo cometidos. Para nossa surpresa, deputado Alencar da Silveira Jr., várias sugestões feitas pela oposição, nas comissões e nos debates no Plenário, foram acolhidas no substitutivo do deputado Tiago Ulisses ou então serão destacadas individualmente. Mas, como o governo tem a maioria neste Plenário, deram a autoria a deputados da base governista. Mas o povo sabe reconhecer, olhará sempre para aquele quadrinho ali e verá os deputados que não votaram com os mineiros. Tenho certeza de que a memória do mineiro é grande, que vocês, com os deputados do bloco de oposição, divulgarão – e vamos divulgar, sim – aqueles que gostam dos mineiros.

Tenho pedido encarecidamente a vários deputados que aqui se encontram que votem com coerência, com prudência, que não se deixem levar por propostas feitas por este governo, que, pior, não serão cumpridas.

Quero alertar, deputados Doutor Jean Freire e João Alberto, que o governo entregou hoje a esta Casa o orçamento para o ano de 2016, e ele chegou aqui com um déficit. Presidente, não foi V. Exa. que distribuiu, foi a coletiva que o governo acabou de conceder. O governo afirmou que teremos um déficit de R\$8.900.000.000,00.

Mas, mostrando a incoerência deste governo, que espera a arrecadação aumentar em torno de 8%. Olha, se a arrecadação aumentou 8%, em relação ao ano passado, o déficit vai aumentar? A tendência seria diminuir, fora os reajustes e o dinheiro que o governo já pegou aqui de cada um dos senhores e das senhoras, como os depósitos judiciais e outros tantos. Se aumentou a arrecadação, era para diminuir o déficit, mas não vai diminuir, porque o governador quer que cada um de vocês, o cidadão comum, o cidadão que trabalha, pague o pato pelos equívocos que ele tem cometido. Ele não está cortando cargos, está criando cargos para seus companheiros políticos e não está reduzindo a máquina pública como deveria.

Então, meus amigos e minhas amigas, deputados e deputadas que foram eleitos para representar o povo mineiro, garanto e reafirmo que votando “sim” a este projeto, os senhores e as senhoras trairão a maioria dos mineiros descaradamente. Vamos ter

responsabilidade, vamos votar da forma como tem de ser votado. Não caíam em tentações e em promessas eleitoreiras que o governo faz a cada um de vocês. Não se deixem levar por cargos. Eu afirmei hoje mais cedo que tenho, como todos os parlamentares que foram reeleitos, R\$1.500.000,00 de emendas. Se o governo quiser pagar, paga, mas a minha dignidade, a minha coerência, o governo não vai tirar, e nem vai me calar. Subirei nesta tribuna, durante os três anos deste governo, para fazer todas as críticas a este governo, porque, volto a dizer, que é um governo que mente, cada dia mais, aos mineiros. Votem com a coerência e não traiam aqueles que os elegeram.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Leite.

O deputado João Leite\* – Sr. Presidente, deputadas, deputados, minhas amigas e meus amigos que estão nos acompanhando todos esses dias nessa cruzada democrática, nessa resistência da população de Minas Gerais contra um partido que tenta dominar Minas Gerais, que tenta calar Minas Gerais, que tenta empobrecer Minas Gerais, a proposta do PT para Minas Gerais é uma proposta que não pode prosperar, porque eles querem calar os representantes de Minas Gerais.

Imaginem que poderíamos ficar aqui mais dias discutindo essa matéria, uma matéria importante, mas o deputado Rogério Correia atravessou um requerimento-rolha, que impediu a fala da Minoria. E eles se dizem tão democratas. Somos a Minoria, somos os representantes da oposição na Assembleia Legislativa, e o PT, através do deputado Rogério Correia, apoiado pela base do governo, impediu que falássemos, tirou nossa fala, arrolhou a oposição na Assembleia Legislativa. Eles, antes, tinham um bloco que diziam chamar Minas sem Censura, agora, eles são do bloco Minas com Censura: a Minas que cala a oposição, a Minas que cala a Minoria, a Minas que calou. E aí, os portugueses calaram nosso herói Tiradentes. É uma ditadura mesmo. As coisas são impostas. Nunca vi neste Parlamento, depois de seis mandatos, a pressão que os deputados estão sofrendo.

Toda hora vai um para um cantinho e recebe uma tortura psicológica. Há aquela pressão em cima do deputado e da deputada para votar com o governo. É aquela pressão e tortura. Nunca tinha visto isso em seis mandatos na Assembleia Legislativa, mas agora estou vendo. Aliás, essa pressão vai piorar porque vem aí o orçamento acompanhando o que está acontecendo no Brasil no governo do PT: déficit, porque eles não governam.

Por todas as mensagens que recebi, quero agradecer aos que estão escrevendo e apoiando a mim e aos meus companheiros, dando força para todos nós. Muito obrigado, gente. Quero agradecer aos meus irmãos que me escreveram de diversas maneiras e, especialmente, ressaltar essa mensagem de um irmão, o José Ângelo – não citarei seu sobrenome, mas, de acordo com o endereço, é morador da Renascença –, membro da Igreja Batista da Renascença, do querido e caríssimo pastor *Rubens Schreiber*. *O José Ângelo chama a minha atenção para um grande projeto do PSDB, PTB, PP, Democratas, PTB e PDT, que governaram Minas Gerais até a entrada do PT, que é o projeto das startups. Os jovens tinham um espaço na Rua Curitiba para empreender e pensar, e levavam os seus computadores. Dali saíram 60 novas empresas de empreendedores que usavam o seu próprio notebook. O que o PT fez? Fechou a Startup. Diz o José Ângelo que, um dia, chegou um caminhão que pegou os móveis. Hoje está vazio aquele local de pensamentos e de empreendedorismo que era a gênese do nascimento de um vale do silício em Belo Horizonte. Tinha um nome de sede difícil: Startup and Entrepreneurship Ecosystem Development. Agora eles fecharam a Startup. Os jovens estavam lá criando novas empresas, Dr. Carlos Pimenta, e o PT mata esse sonho, assim como está matando o sonho de vocês, que podem perder os seus empregos por causa da alta dos impostos, e querem dizer que são os empresários, ou seja, a elite branca que está perdendo.*

*Quero saudar os negros que estão aqui o tempo todo conosco. Não é elite branca, mas os trabalhadores e os brasileiros. O PT tenta nos dividir. Dá um abraço nesse negro aí, ó! É o nosso povo. Eles tentam nos dividir, mas não dividirão o Brasil. Lutaremos contra essa ditadura petista em Minas Gerais. Não, não, não, não, não, não, não ao aumento de impostos! (– Manifestação nas galerias.)*

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Lafayette de Andrada.

O deputado Lafayette de Andrada\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados e prezados patriotas que nos acompanham das galerias, recordo-me de uma frase que, desde a minha infância, sempre me calou fundo na alma e foi proferida pelo patriarca da Independência, que dizia: “A sã política é filha da moral e da razão”.

Não há razão nenhuma para se torturar o povo mineiro com aumento de impostos, deputado Dilzon Melo; não há razão nenhuma para se torturarem os pequenos comerciantes de cada pequena cidade de Minas Gerais com aumento de impostos, deputado João Leite.

Recebi há pouco mensagem vinda de Patos de Minas, do Sr. Toninho Santiago, um dos donos da pequena fábrica Artemis, de refrigerantes. Esse projeto que estamos votando agora está penalizando as fábricas mineiras do interior de Minas e não aumenta o imposto das grandalhonas; as multinacionais, não; mas os fabricantes mineiros que lutam com dificuldades são penalizados por esse projeto do PT. Por isso, votaremos contra, deputado João Leite; por isso, votaremos contra, deputada Ione Pinheiro; por isso, votaremos contra, deputado Carlos Pimenta; por isso, votaremos contra, deputado Gustavo Corrêa; por isso, votaremos contra, deputado João Vítor Xavier; por isso, votaremos contra, deputado Gustavo Valadares; por isso, votaremos contra, deputado Dilzon Melo; por isso, votaremos contra, deputado Tito Torres; votaremos contra, deputado Dalmo Ribeiro Silva; votaremos contra, deputado Antônio Carlos Arantes; votaremos contra, deputado Gil Pereira; votaremos contra, porque consideramos isso uma vergonha; e o povo mineiro não merece isso. É não! É não! É não! É não! É não! É não! É não! É não! É não! É não! É não! É não! É não! É não!

Meu caro presidente, é triste estarmos discutindo aumento de impostos, e já falei isso. É triste para nós que somos da Zona da Mata e sofremos, a cada dia, uma disputa desigual com o Estado do Rio de Janeiro; que pedimos ao governador para baixar as alíquotas da nossa região. É triste para nós estarmos aqui vendo que o governo quer aumentar impostos em Minas Gerais. Nós, da Zona da Mata, votaremos não. Votaremos não, pois não concordamos com o que estão fazendo aqui. É não! Não! Não! Não! Não! Não! Não!

Meu caro e bravo deputado Felipe Attiê, que votou “não” e votará “não” novamente, é a voz do Triângulo com o deputado Luiz Humberto Carneiro. Votaremos “não” porque não concordamos com o que está sendo feito. Repito aqui a velha frase: a sã política é filha da moral e da razão, e o que está sendo feito aqui não é moral nem filho da razão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê\* – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, imprensa presente, mais uma vez, estamos assistindo, nesta Casa – são deputados, desculpem-me se esqueço, pois são muitos anos de hábito, de ofício, e o cansaço da hora já nos confunde; eu estava falando de um colega que era vereador e está aqui como deputado e realmente confundi as palavras.

Srs. Deputados, quero dizer que já vi de tudo. Agora mesmo, estava escutando ali, na cozinha, uma tortura mental do governo falando ao deputado Noraldino Júnior que ele não poderia votar aqui, porque seria cassado, pois está de licença. Está lá doente, com

pontos, saiu de Juiz de Fora e fretou o avião para votar “não”, mesmo doente, não ao projeto do governo para não haver dúvidas. Não acredito que o Supremo vai pedir a sua cassação, nada disso. Isso se chama terrorismo mental, e não concordamos.

Já vi de tudo; já vi barrados no baile, mas, agora, escondidos nas comissões, nunca havia visto. O deputado, em vez de vir aqui votar, fica na comissão X fazendo não sei quê, nessas comissões abertas falsamente, em vez de vir aqui digitar o “sim” ou o “não”.

O sujeito tem de vir e se posicionar, não podem ficar escondidos na comissão. É preciso que venham votar aqui e mostrar a cara. E a imprensa tem de ficar de olho nisso. Nós vamos continuar lutando, até o último momento, contra esse projeto.

Quero agradecer aos deputados do Triângulo que votaram “não” na primeira discussão, ao Arnaldo, ao Leonídio, ao Elismar, ao Luiz Humberto. Agradeço também ao deputado Lerin, de Uberaba, e aos deputados que votaram “não”. O Triângulo Mineiro não aceita esse aumento de impostos e com ele não concorda. Disse o nome dos que votaram, já os que não votaram terão de prestar contas aos eleitores, que não concordam com isso. A imprensa vai acompanhar e divulgar os nomes dos deputados.

Todas as revoluções separatistas, todos os problemas que tivemos, no Império e na República, sempre foram ligados à questão tributária. Esse é um estopim no Brasil; todos os nossos problemas sempre estiveram ligados à carga tributária, desde o Brasil Colônia, desde a época da Coroa portuguesa.

Já prejudicamos o setor atacadista de todo o Estado em virtude dessa situação. O governo do Estado está suspendendo regimes de forma inapropriada, despaucando uma série de protocolos de intenção, e isso tudo prejudica as empresas, o crescimento de Minas, gerando desemprego e recessão. Nós não podemos concordar com isso em hipótese alguma. Li a nota do Sinduscon e o recurso das entidades de classe. Temos de lutar até o último momento para impedir a aprovação desse projeto. E o povo de Minas Gerais tem de ter a certeza de que toda essa pressão que estamos fazendo é para que os deputados pressionem o governo a cortar despesas, cortar gastos. Estive com nosso ilustre presidente há 20 dias, manifestando-lhe a necessidade de também cortarmos gastos aqui, com o que ele prontamente concordou. E ele tem pejeado, dentro do possível, para reduzir gastos na Assembleia Legislativa. Já conseguiu cortar três milhões e tanto, e está trabalhando para verificar o que pode ser reduzido. Serviço público não é brincadeira, não é fácil. O Estado de Minas Gerais não pode brincar com os próximos cinco meses de desaquecimento. Esse será, se não o pior, um dos piores Natais da história deste país, será um Natal magro. Estamos contra esse aumento de tributos; votaremos “não”. Não podemos fechar nossas fábricas de guaraná, de sabonetes, nossas pequenas indústrias, que serão oneradas com esse ICMS. Não podemos, Sr. Presidente, fechar a pequena fábrica de ração para cachorro. Vamos dizer “não” a esse projeto. Não, não e não, esse é o posicionamento da oposição nesta Casa, é o posicionamento do Bloco Verdade e Coerência.

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Bonifácio Mourão.

O deputado Bonifácio Mourão\* – Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, estamos nos encaminhando para o final dos debates, e quero saudar todos os colegas da oposição, pois, juntos estamos, desde o início, batalhando, desde as 9 horas da manhã do dia de hoje. A esta altura, deputado João Leite, podemos dizer, como o apóstolo Paulo: combatemos o bom combate. Estamos defendendo o interesse maior do povo de Minas Gerais. Estamos aqui acompanhados por essa assistência maravilhosa, que participou, às vezes vibrando, e, muitas vezes, com um silêncio eloquente. Todos nós estamos defendendo o interesse maior do Estado de Minas Gerais.

O povo de Minas Gerais não quer esse aumento, não é hora disso. Estamos vivendo uma crise profunda, lojas estão fechando; estamos vendo esse espetáculo deprimente de lojas fechando e pessoas carentes ficando desempregadas. No entanto, enquanto isso acontece, deputado Luiz Humberto, nós dois, membros da Comissão de Constituição e Justiça, estamos sendo usados, porque a comissão não está tendo o seu dinamismo habitual no dia de hoje. E porque não está? Porque há interesse de deputados que votaram “não” ontem em ficar fora da votação de hoje, mas querem marcar presença. E, para marcar, é preciso que a comissão esteja funcionando. Por isso, a Comissão de Constituição e Justiça, no momento, conta com a presença dos deputados Leonídio Bouças, Isauro Calais, Glaycon, Douglas, Roberto Andrade e Neivaldo. Todos eles por quê? Para dar quórum, porque eu e o deputado Luiz Humberto tivemos que sair. Para quê? Para defender o não à votação dos impostos. Levaram os outros para lá. Para quê? Para que a comissão fique trabalhando, protelando a vida toda, até passar a votação, porque há alguns deputados que não querem aparecer aqui com um não, porque há o carômetro, há o problema, e eles sabem disso.

Por isso, falei hoje que estamos conscientes de que é difícil a vitória da oposição, é difícil a vitória do povo. A vitória do povo é o não, mas aqueles que tiveram número maior de votação hoje, se for a base de governo, será, sem dúvida, uma vitória de Pirro, vitória desgastante. Aqueles da base de governo que votarem favoravelmente ao aumento de impostos que o povo não quer vão sair machucados, e, possivelmente, deputados Dalmo Ribeiro e Antônio Carlos Arantes, os seus ferimentos não serão cicatrizados até as próximas eleições. Esse é o problema.

O governador do Estado, o Pimentel, do PT, está exigindo da sua base um sacrifício muito grande, muito grande, sem a menor dúvida, porque todos nós vivemos trabalhando, mas dependendo da votação para renovarmos os nossos mandatos. E o governo está submetendo-os a um sacrifício enorme, porque o povo do Estado de Minas Gerais não concorda com esse aumento de impostos. Não concorda por quê? Porque os impostos devem ser graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, e isso está na Constituição Federal, na lei máxima do nosso país, mas não está sendo obedecido. Esse governo Pimentel está fazendo contratações de inúmeros cargos comissionados, todos com altos salários. Não está cortando na carne, aumentou mais quatro secretários, não fez o seu dever de casa e quer que o povo de Minas Gerais pague o alto preço, fazendo doendo e ferindo os seus ombros com a carga tributária mais elevada.

Ao aumento de impostos, a resposta nossa, com o povo de Minas Gerais, é “Não! Não! Não! Não! E não!”

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares\* – Senhoras e senhores, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, mudei de lado, e isso não me causou nenhum problema. Estou fazendo isso para mostrar aos deputados da base de governo que não há problema em mudar de posição. Aqueles que votaram “sim” no 1º turno podem votar “não”, assim como eu mudei de lado aqui, na tribuna. Não há problema. Em vez de votarem com o governo do PT, votem com a população de Minas; votem com os pequenos empresários; votem com aqueles que ainda têm coragem de gerar emprego e renda no nosso estado.

Deputado Mourão, faltam 4 minutos e 20 segundos para eu terminar a minha fala. É o que tenho, o que me resta para tentar convencer os nobres pares, a maioria – pelo menos quem ontem votou a favor do aumento de impostos – a caminhar conosco.

O que tenho para vocês é uma solicitação de quem tem acompanhado este governo do PT desde o seu primeiro dia, desde 1º de janeiro, desde a posse do Sr. Governador Fernando Pimentel, aquele que, a três dias das eleições, prometeu, em rede de televisão, na

maior de todas elas, que, em vez de aumentar o ICMS da energia, iria reduzi-lo, porque Minas tinha a energia mais cara do Brasil por conta do imposto que se cobrava sobre ela e que isso estava afugentando, expulsando daqui indústrias, empresas, e por aí fora.

Faço um pleito às senhoras e aos senhores para que não deixem que este governador faça com que as pessoas de bem, os cidadãos de bem paguem pelas lambanças provocadas por ele com o inchaço da máquina pública, com o aumento de 17 para 20 secretarias, com os inúmeros cargos comissionados recentemente nomeados. Abro aqui um parêntese, pois, ontem à noite, o governo do Estado rodou uma edição extra do *Diário Oficial* apenas com a sanção do Sr. Governador em dois projetos que foram aprovados por nós na tarde de ontem, em Plenário, e um deles tratava do reajuste de alguns servidores. Mas, nessa edição extra, o intuito principal era a nomeação de, se não me engano, quase 50 cargos comissionados da companheirada que ainda não tinha sido contemplada, mas que precisava entrar no governo. Isso ocorreu ontem, em uma edição especial, tarde da noite.

É por essa razão, senhoras e senhores deputados, que peço para não deixarem o governador, que inchou a máquina pública, invés de cortar na própria carne, puna o cidadão de bem, faça com que o cidadão de bem, o pequeno empresário, pague a conta do seu inchaço, daquilo que ele promoveu. E mais do que isso, ele já puniu demais as pessoas de bem, quando confiscou o dinheiro dos depósitos judiciais. Foram R\$6.000.000.000,00 confiscados pelo governo do Estado. Abro aqui um parêntese perigoso: na segunda-feira da semana passada, eu, o deputado Mourão e o deputado Gustavo Corrêa estávamos em Brasília, em uma audiência pública do STF convocada pelo ministro Gilmar Mendes. Estava também presente o ministro Edson Fachin, e eles discutiam a constitucionalidade dessa lei. Inclusive, o Sr. Governador pode ser obrigado a devolver os R\$6.000.000.000,00 que confiscou dos particulares, de pessoas que não lhe deram autorização para buscar esse dinheiro. O deputado Mourão agora me fala que, como consequência da audiência pública de que participamos – e estava lá o subprocurador-geral da República –, a Procuradoria-Geral da República já deu o seu parecer pela inconstitucionalidade da lei dos depósitos judiciais. O advogado-geral da União também foi contrário, foi pela inconstitucionalidade dessa lei que permitiu que se confiscasse o dinheiro dos depósitos judiciais.

Senhoras e senhores, nos 25 segundos que ainda tenho, peço que votem não, não, não, não ao aumento de impostos em Minas Gerais. Juntem-se, não aos deputados da oposição, mas à CDL, à federação da CDL, à Fiemg, à Federaminas, à Associação Comercial, à Fecomércio.

Para terminar, Sr. Presidente, faço uma última solicitação àqueles deputados, companheiros nossos que estão em comissão: estamos chegando no momento mais importante do dia, que é a votação dessa matéria importantíssima. Assim, peço aos nobres colegas que estão em comissão neste momento que larguem seus trabalhos lá, que podem ser suspensos por alguns minutos, e venham ao Plenário apreciar aquela que é a matéria mais importante e que pode acabar com os sonhos de muitos empresários que não conseguirão sobreviver, se aumentarmos ainda mais a carga tributária. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Carlos Pimenta.

O deputado Carlos Pimenta – (– Manifestação nas galerias.) Oh, mulher brava, gostei de ver. É isso aí. Quero, meu caro presidente, deputado Adalclever Lopes, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, quero render minhas últimas homenagens a vocês que cumpriram um papel digno hoje. Muitos estão aqui desde cedo, sem almoço, mas estão aqui cumprindo com esse papel que é o papel de todo brasileiro, que deveria estar fazendo a mesma coisa nos dias de hoje.

Deputado Bonifácio Mourão, agora mesmo assisti a um vídeo da turma do Jequitinhonha e da população de Almenara e de Jacinto, que não estão aguentando mais o descaso do governo federal para com a BR-367. Para quem não sabe, a BR-367 foi projetada por Juscelino Kubitschek e liga Diamantina ao litoral brasileiro. Parte dessa BR tem asfalto, outra parte só tem buraco, e há ainda uma terceira parte que não tem nem asfalto nem buraco, mas só barro, lama e poeira. Quando chove, tem lama, mas agora só tem poeira e buraco. Hoje a população colocou fogo em uma ponte de 30 metros, meu caro deputado João Magalhães, que V. Exa. conhece na região. Essa ponte é de madeira, fininha e estreitinha. Só dá para passar um carro. Lá houve vários acidentes, e pessoas morreram. Uma pinguela, e o povo colocou fogo na ponte da Dilma. Ninguém aguenta mais tantas promessas. Isso mostra uma tomada de posição. Acho que o povo tem de tomar uma posição como os senhores e as senhoras fizeram aqui hoje.

Não vou cantar mais, não, porque estou quase sem voz, mas vamos patentear aquela musiquinha da Dilma e colocá-la em vários movimentos populares que já não aguentam mais o descaso do governo federal. Daqui a pouquinho vamos encerrar um episódio bonito desta Casa. A oposição está cumprindo seu papel. Não estamos aqui defendendo nenhuma vantagem para nós, mas defendendo o direito dos trabalhadores e da dona de casa. Quando a pessoa recebe uma conta da Cemig, no final do mês, uma conta que já vem com bandeira vermelha, a pessoa já se sente roubada. Ela olha para aquela conta e diz: “O que vou fazer? Pago a Cemig ou compro alguma coisinha a mais para a minha família?” O povo não aguenta mais.

Nos últimos minutos deste dia memorável para mim e para todos nós, gostaria de cumprimentar o *Jornal de Notícias* de Montes Claros, que, de maneira consciente e corajosa, publicou uma manchete no dia de hoje. Vejam aqui o *Jornal de Notícias*. (– Exibe jornal.) Será que a televisão consegue dar um *close* neste jornal? Diz o jornal: “Governo derrota o povo na Assembleia Legislativa de Minas Gerais”. Está dando para filmar? É isso o que diz o *Jornal de Notícias* de Montes Claros, de hoje. A outra manchete diz: “Governo impõe derrota à população”. Estas manchetes vão estampar todos os jornais de Minas Gerais amanhã.

Isso é um alerta. O mandato de deputado é algo muito sagrado. Não devo meu mandato a nenhum empreiteiro, a nenhum patrão. Meu patrão é o povo que me elegeu, e vou até o último minuto na defesa desse mesmo povo que não tem vez e voz, que fica, presidente, recebendo as imposições da presidenta da República, que deveria ter um mínimo de dignidade e se afastar desse cargo, porque já perdeu a moral.

Hoje estamos vendo um projeto que vai lesar profundamente o bolso do trabalhador mineiro. E por esse projeto não vou ter culpa, graças a Deus. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago\* – Queremos nesta tarde e noite apresentar o que o povo de Minas Gerais já está sabendo. (– Manifestação nas galerias.)

Vejo a felicidade do deputado Pimenta, rindo bastante, e fico preocupado com a situação de alguns deputados.

Deputado Arantes, estou muito preocupado, sabe por quê? Porque é tanta a maldade que o governo do PT faz com a população, tanta a maldade que eles fazem também com sua base e os independentes! É muita maldade. Ontem mesmo, cansaram de falar aqui, quase foi escrita a tragédia grega de Ésquilo toda, com 89 tragédias, e já estamos tendo a 90ª agora, que é esse projeto. Falaram que os hospitais filantrópicos e as Apaes não estavam tendo aumento no ICMS. O que aconteceu? Os deputados tiveram de votar para aumentar o ICMS das Apaes e dos hospitais filantrópicos, e a coisa pegou tão mal!



Deputado João Leite, a sociedade já sabe tudo sobre esse projeto; deputado Gustavo, já sabe tudo o que está acontecendo e quem são os responsáveis por mais essa maldade com a população. Da presidenta da República, o povo só espera maldade, confusão e desgoverno. Acabar com a farmácia popular, demitir ministro por telefone: “Ministro, você não presta mais”. O ministro que fez o programa Mais Médicos, que fez a transferência de R\$4.000.000.000,00 para o governo de Cuba, só através da Opa, deputado Dalmo. E os coitados dos deputados votaram para aumentar o ICMS das Apaes e das entidades filantrópicas. Mas a maldade foi tão grande que o governo, às 7h15min, já convocou a turma e falou: “Vamos tirar pelo menos essa maldade dos hospitais filantrópicos e das Apaes”. E o deputado Felipe Attiê estava lá, às 7h15min, vendo coisas que nunca tinham acontecido neste parlamento: rolha para acabar com os deputados da oposição, pelo menos para nos impedir de falar com o povo, isso em um governo que fala que quer ouvir. E o deputado Felipe Attiê lutou muito: “Gente, tem a Emenda nº 26, do deputado Arlen Santiago, que é para zerar o ICMS da luz elétrica das Apaes, dos hospitais, das entidades filantrópicas, do Hospital da Baleia, do Hospital de Passos e do Hospital Mário Penna”. O que aconteceu? Ficaram com receio da população, porque os hospitais já estavam com as faixas prontas para colocar na porta, mostrando o nome os deputados que votaram a favor de aumento do ICMS.

E o que eles fizeram? Eles voltaram atrás, e o relator acatou parcialmente a emenda de Arlen Santiago, inclusive com o voto favorável da situação – não é, Felipe? – e até da oposição. A deputada Celise também acabou voltando atrás no que havia votado ontem e ajudou pelo menos a não haver o aumento.

Então, meus amigos, estamos muito preocupados. É o momento. Deputados, sabem o que vai acontecer? Vocês vão votar esse projeto e, depois, o governador vai vetar algumas partes. Vocês vão ficar como ruins, e ele como mais ou menos ruim, porque, como bom, também não fica, não, um homem que fica aumentando imposto sem parar e não dá atenção a outras coisas. Dos 84% de investimento no ano passado, para reforma de escolas, este ano foram 84% a menos. Assim, meus amigos, Srs. Deputados, quero pedir-lhes que votem com a própria consciência. Não sintam a mão opressora do PT em cima de vocês. Votem com a população que nos elegeu. Votem contra o aumento dos impostos.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Noraldino Júnior.

O deputado Noraldino Júnior\* – Sr. presidente Adalclever Lopes, caros amigos deputados, público da plateia, boa noite. Sr. Presidente, quero primeiro agradecer aos colegas que se solidarizaram com o meu estado de saúde nessas duas semanas. Quero dizer que, graças a Deus, estou bem, estou melhorando. Na sexta-feira, faço o último procedimento e, na terça-feira, estarei de volta, trabalhando. Nesta manhã, fiz mais uma consulta médica e pedi ao médico autorização para vir aqui votar contrariamente ao aumento do ICMS. Não sou contrário ao governo. Já disse aqui que, desde o início da vida pública, tenho muita dificuldade para assumir situação ou oposição. Acho que cada um de nós tem de ser situação ou oposição dependendo da matéria que está sendo votada.

Então trago essa manifestação. Não concordo que essa seja a solução. Tenho convicção de que estamos passando por dificuldade financeira, mas não acredito que essa seja a solução. A solução do aumento vai sobrecarregar a população da cidade de Juiz de Fora, vai sobrecarregar os seus comerciantes. Por isso não pude deixar de vir a esta tribuna para dar o meu posicionamento e tentar reverter a decisão tomada a favor desse projeto. Agradeço, presidente. Muito obrigado pela oportunidade.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Alencar da Silveira Jr.

O deputado Alencar da Silveira Jr.\* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, caras deputadas, vou falar um pouquinho sério. Mais uma vez, a gente volta a esta tribuna para fazer os deputados que ainda não decidiram o voto pensar mais um pouquinho. Há deputado que não tem necessidade de votar um projeto dessa natureza; há deputado que não precisa votar um projeto dessa natureza; há deputado que sabe perfeitamente que está descendo engasgando um projeto como esse. Esse projeto vai prejudicar a população mais carente; esse projeto vai atrapalhar o trabalhador no dia a dia, aquele que trabalha no comércio, aquele que depende do seu trabalho para sustentar o filho, a filha, a família.

Tenho certeza de que as filhas, as netas ou os netos de muitos que estão aqui, quando chegarem à escola, dirão: “Olha o vovô aqui”. Todo mundo sabe qual é a carga que pesa em cima do político. Seu filho pegará na sua calça e perguntará: “Pai, o senhor votou nesse projeto que aumentou os impostos? O pai da ruivinha da minha escola foi mandado embora porque o patrão não aguenta pagar mais o aumento do imposto. Ele foi dispensado do trabalho”. Isso já estamos vendo todos os dias. Um projeto dessa natureza vai piorar ainda mais essa situação.

Filhos de todos os que estão assentados aqui, de todos os que votarão agora, estão estudando em uma boa escola, em uma escola particular, ninguém tem um filho em escola pública. Eu e muitos de nós estudamos em escola pública. Mas queremos uma escola pública boa, e, por não ser boa hoje, nossos filhos não estão lá. E a grande maioria?

Hoje meu telefone não parou, hoje tenho certeza de que o telefone das senhoras e dos senhores tocou no gabinete com pedidos de revisão da posição na hora do voto. A população hoje bate e pede: “Ajude-nos, porque precisamos agora do Legislativo”. Podemos mostrar a independência do Legislativo numa votação como essa. Amanhã vem mais orçamento, mais taxa, mais impostos. E como você fará? Ponha na sua cabeça: a sua cidade, a cidade em que você é votado continuará tendo, sim, as benfeitorias do governo, porque o Executivo é obrigado a fazer isso. O governador, independentemente de partido político, independentemente de ter seu bloco de situação ou oposição, é governador de todos os mineiros. Qual governador não quer fazer um bom trabalho? O Pimentel foi prefeito de Belo Horizonte, foi ministro, hoje é governador do Estado e terá de fazer um bom mandato, porque é um fórum para ele. O que ele mostrará para os netos e para os filhos dele? Independentemente de ser situação ou oposição, o governo tem de ajudar essas cidades.

É o que eu falo aqui é minha última fala antes da votação: pense um pouquinho, vote “não” pelo futuro de seus filhos e de seus netos, pelo presente dos pais que aí estão. Ninguém aguenta mais os impostos. Quantos telefonemas e quantos apelos V. Exas. receberam hoje... Vamos fazer nossa parte. Estamos aqui para fazer o que o povo quer. Obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Antônio Carlos Arantes.

O deputado Antônio Carlos Arantes\* – Senhoras e senhores das galerias, firmes até duas horas da manhã. Não demorará esse tanto, mas para nós poderia durar o ano inteiro. Para derrubar esse projeto, vale a pena. Apelo.

Mas estamos firmes e acreditamos que muitos deputados ainda podem refletir, podem ter consciência. Vocês foram eleitos por muitos e muitos cidadãos de Minas Gerais. O pessoal que votou em vocês viu suas carinhas nas urnas e tinha esperança de dias melhores, esperança de seriedade e esperança de proteção. O voto é uma ferramenta, um instrumento que só vale quando dá retorno ao eleitor; se não, ele é jogado no lixo.



O cargo também, gente, é um instrumento que só vale a pena quando você olha para trás e vê que as pessoas melhoraram de vida, graças a sua ação, a sua atitude. Como vocês vão olhar para o cidadão que fechou a porta do seu comércio, para o cidadão que perdeu seu emprego, fruto do arrocho, fruto dessa falta de ação proativa e positiva do governo? Eu deito, durmo bem e levanto de madrugada todos os dias – é raro o dia em que eu não me levanto de madrugada –, mas hoje deitarei novamente com a minha consciência tranquila de que lutei bravamente até o fim.

Há um livro que se chama *A arte da guerra*, do chinês Sun Tzu, um famoso general. Ele disse que não se ganha uma guerra sem espíões, que ele classifica em cinco categorias: os nativos, os internos, os flutuantes, os liquidáveis e, principalmente, os agentes duplos. Quem faz o jogo duplo na política? Aquele que, lá no interior, se posiciona, se reveste de protetor e, aqui, massacra o trabalhador. Aí dizem que quem faz o jogo duplo na política fica, mais ou menos, na mesma situação do jogo duplo: tem de acabar a guerra do lado que vai ganhar.

Provavelmente, esse projeto vai passar, porque o Pimentel pediu; vocês vão engolir isso e vão achar que ganharam essa guerra depois de votá-lo. Ledo engano, gente. Vocês não ganharão, porque o preço lhes vai ser muito alto, o povo lhes dará retorno. Vocês vão dar um não ao respeito de cada cidadão e um não a cada deputado. (– Manifestação nas galerias.) Vocês vão receber um não porque traíram o povo. Não adianta. Como disse o Mourão, vai ser uma vitória de Pirro: vocês vão ganhar aqui, mas não vão levar, porque o povo vai levar muitos problemas para casa, fruto dessa ação irresponsável de cada um de vocês, deputado ou deputada, que votar dessa forma.

Não tenham dúvidas disso e não façam jogo duplo. Vocês ficam falando que são protetores daqueles trabalhadores, dos produtores rurais, das cooperativas, das Unimed, das santas casas, das escolas, das Apaes, dos asilos e das associações, mas chegam aqui e votam contra os interesses deles. Portanto, minha gente, chegou a hora.

Tenho uma emenda, uma emenda para os cafeicultores, para os produtores de café do nosso Estado. A emenda diminui de 10% para 5% a tributação; então, espero que ela seja acolhida, como foi acolhida a dos hospitais, quando fiz uma articulação. O deputado Durval caminhou bem, trabalhou com o deputado Léo Portela, e essa emenda foi aceita e será aprovada. Ela inclui hospitais, não só os filantrópicos, mas também os particulares, que fazem muito bem para a saúde.

Peço-lhes que me ajudem. Vamos ajudar os produtores rurais, grande produtor e empresário Dilzon Melo, que conhece e está junto, os produtores de café, os consumidores e diminuir os tributos da cafeicultura. Muito obrigado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Sr. Presidente, Srs. Deputados e amigos da galeria, quero dizer neste momento... Quero saudar todos os amigos e amigas da TV Assembleia... (– Manifestação nas galerias.)

Quero buscar, neste momento, a frase de Júlio Bueno Brandão, nosso ex-governador de Minas, da minha terra de Ouro Fino, da Velha República. Quando governou Minas, ele se manifestou: “Prefiro cair com Minas a cair em Minas”. Com esta manifestação, estamos falando a todos da nossa participação modesta durante este debate. Quero votar mais uma vez e dizer-lhes que o nosso voto é “não”.

Peço a todos e a todas uma reflexão. Apresentamos a Emenda nº 3 para salvar nossas indústrias de guaraná, de refrigerantes. Temos 15 indústrias somente no Estado de Minas Gerais: Passa-Quatro, Itamonte, São Gonçalo do Sapucaí, Campo Belo, Ouro Fino, Campos Gerais, Divinópolis, Ubá, Juiz de Fora, Uberlândia, Uberaba, São Sebastião do Paraíso, Araguari, Patos de Minas e Belo Horizonte. Particularmente no Sul de Minas, temos quatro. Não temos indústria desse porte. A nossa cafeicultura está assolada, arrebatada. O deputado Emidinho Madeira sabe o quanto o momento tem sido difícil para a cafeicultura. Mais propriamente dito, em Ouro Fino temos hoje o Circuito das Malhas com a invasão chinesa, e o desemprego está desenfreado.

Certamente não temos a quem apelar. Gostaríamos de pedir a sensibilidade do deputado e da deputada, que me ajudem, ajudem o Sul de Minas a não fechar suas indústrias. Com certeza, com 10% teremos a inviabilidade de todas essas indústrias, especialmente do Sul de Minas. Hoje, com uma carga de mais de 2%, vai se totalizando 27% na indústria de refrigerantes, e o aumento certamente inviabilizará pelo menos sua manutenção.

Nossa emenda está aí. Quero pedir e fazer um apelo a todos, que esse aumento não seja considerado – excepcionalmente, somente com referência a refrigerantes. Não estou mexendo no art. 12 do inciso IV, mas destacando e manifestando, inclusive, essa emenda somente quanto a refrigerantes. Esses municípios que aqui citamos, como Ubá, terra do deputado Dirceu, Patos de Minas, do deputado Hely, assim como tantos outros e tantas outras indústrias, estão hoje o dia todo aguardando para que não seja, mais uma vez, apresentada essa emenda que onerará certamente todos os investimentos que temos e as nossas indústrias. Temos certeza de que, votando “não” ao projeto, mais do que nunca honraremos esse nosso compromisso em defesa maior dos mineiros.

Peço-lhes encarecidamente que nos ajudem a votar a Emenda nº 3. Somente com excepcionalidade, buscando nos refrigerantes a sobrevivência de nossas fábricas, que não podem fechar. Certamente 2% pesarão muito em toda essa competitividade. Um abraço.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Sargento Rodrigues.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Obrigado, presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 2.817/2015 está propondo aumento da alíquota do ICMS sobre energia elétrica da ordem de quase 39% para as empresas, a indústria, o comércio e serviços.

Olha, estamos aqui, deputados João Leite, Felipe Attiê, Dalmo Ribeiro Silva, Alencar da Silveira Jr., Gustavo Valadares, Gustavo Corrêa, Antônio Carlos Arantes, Dilzon Melo, Bonifácio Mourão, Luiz Humberto Carneiro, Carlos Pimenta, Ione Pinheiro, Lafayette de Andrada, Noraldino Júnior, para dizer “não” à crueldade de Fernando Pimentel; estamos aqui, neste último minuto, deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Vejam a mensagem que acabo de receber, deputado João Leite, e a pessoa me pediu para, se pudesse, não citar seu nome. É apenas um companheiro de farda e coronel da Polícia Militar. Ele diz o seguinte: “Boa noite. Acompanhei durante todo o dia o esforço da oposição para reverter a crueldade que estavam fazendo com o povo mineiro. Infelizmente, não deu, mas ficam aqui os mais sinceros parabéns à bancada oposicionista que atuou como verdadeiros mineiros e brasileiros, lutando sem recuar, até a última munição. Vocês saíram heroicamente vencedores nessa defesa da população”. Ele me pediu para não citar seu nome; é um coronel da Polícia Militar, e vou preservá-lo, mas os ilustres colegas deputados já o viram aqui e sabem quem é. Essa é a mensagem que nos trouxe.

Tomarei emprestadas as palavras do deputado Antônio Carlos Arantes. Deputado Antônio Carlos Arantes, tomarei as palavras de V. Exa. emprestadas. A derrota aqui hoje não é dos senhores e das senhoras das galerias que estão aqui desde as 9 horas da manhã,

conosco; a derrota é do governador Fernando Pimentel e dos deputados que vão dizer “sim” a essa matéria; esses são os verdadeiros derrotados. E são derrotados por um simples motivo: o povo brasileiro não aguenta mais.

O povo brasileiro não aguenta mais; o povo brasileiro não aguenta mais impostos; o povo brasileiro não aguenta mais sofrer tanta covardia, tanta crueldade. Os deputados que compõem a base de governo, que têm a coragem de votar a favor dessa matéria, têm coragem de praticar uma crueldade. O que estão fazendo é crueldade, deputado Gustavo Valadares e deputado Arlen Santiago. Os deputados, mesmo os do bloco parlamentar independente, inclusive o deputado do PT, Elismar Prado, e do PMDB, o deputado Leonídio, tiveram a coragem de dizer: “Somos deputados da base, mas não vamos votar por essa crueldade”. O que estão fazendo com o povo mineiro é uma atrocidade, deputado Carlos Pimenta.

Tenho certeza de que o povo vai se lembrar de cada um dos senhores que votarão a favor desse projeto. Portanto, presidente, o nosso voto, o voto da oposição e de alguns outros deputados do bloco independente, do Elismar Prado e do Leonídio é “não”. Não ao imposto do Pimentel.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo\* – Quero pedir o voto “sim”, mesmo porque esta Casa já votou muitos aumentos de impostos, foram muitos votos, os mais contraditórios possíveis. Não é a primeira vez que estamos tratando de uma matéria polêmica. Com todo o respeito aos meus amigos da oposição, quero pedir o voto “sim”, o voto “sim” pela erradicação da miséria – nós estamos criando um fundo. Não é voto a favor do governador; é voto a favor de políticas de governo.

Estamos num momento difícil, e quero dizer a todos os deputados da nossa base de governo que o voto tem de ser o “sim”. É o voto “sim” para que as políticas sejam feitas; é o voto “sim” pela educação; é o voto “sim” pela saúde; é o voto “sim” pela isenção das entidades filantrópicas e religiosas; é o voto “sim” pelos hospitais; é o voto “sim” pela justiça social. O voto “sim” é o voto da coragem; o voto “sim” é o voto da firmeza na defesa de um governo que ganhou um mandato legítimo nas urnas; o voto “sim” é o voto para que Minas continue de pé; o voto “sim” é a favor das políticas sociais. Nesta primeira votação, quero orientar a base de governo para, com coragem, votar “sim”. E não está votando “sim” por um governo, mas por Minas Gerais.

O presidente – A presidência vai submeter a matéria a votação pelo processo nominal, de conformidade com o parágrafo único do art. 55, c/c o art. 63, da Constituição do Estado. A fim de proceder a votação pelo processo eletrônico, a presidência solicita às deputadas e aos deputados que ainda não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. Em votação, o projeto, salvo emendas e destaques.

– Registram “sim”:

Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Léo Portela – Marcio Santiago – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Doutor Wilson Batista – Elismar Prado – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Fred Costa – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Isauro Calais – João Leite – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Wander Borges.

O deputado Professor Neivaldo – Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Vanderlei Miranda – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 35 deputados; votaram “não” 27 deputados; totalizando 62 votos. Está aprovado o projeto, salvo emendas e destaques. Votação do art. 3º do vencido em 1º turno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado João Vítor Xavier.

O deputado João Vítor Xavier\* – Presidente, Srs. Deputados, caros colegas, infelizmente perdemos uma guerra. Lutamos bravamente desde ontem, deputados João Leite e Dilzon. Quero cumprimentar cada deputado da oposição e dizer que tenho muito orgulho de lutar nessa trincheira com V. Exas. Lutamos bravamente. Lutamos pelo que acreditamos, por um estado mais justo, um estado que sacrifique menos o cidadão, um estado que jogue menos peso nas costas do cidadão.

Quero apenas corrigir, no meu encaminhamento que vai ser breve, o meu colega deputado Durval Ângelo, pessoa que respeito. Há dois minutos, o deputado Durval disse: “Olha, estamos criando o fundo de erradicação”. Não é verdade. Esse fundo foi criado pelo nosso governo, pelo senador Antonio Anastasia, quando foi governador. Tive o privilégio de receber das mãos do senador a responsabilidade de ser o relator desse projeto, de incluí-lo no PMDI, no planejamento do Estado para 30 anos, e no PPAG. Aqui registro e agradeço ao deputado Zé Maia, então presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que me deu essa oportunidade. O Fundo de Erradicação da Miséria foi criado para funcionar com o dinheiro do álcool, do cigarro e das armas, tirando-se o dinheiro da indústria que faz mal à sociedade para combater a pobreza.

O que este governo faz no momento? Ele expande essa lista de produtos e inclui nela produtos de higiene pessoal, como sabonete, pasta de dente, lâminas de barbear e xampu. Esse dinheiro também vai para o fundo, mas como tirar dinheiro de itens de primeira necessidade para jogar no Fundo de Erradicação da Miséria, se os próprios necessitados precisam desses produtos? Os mais simples também precisam de sabonete; os mais simples também precisam de lâmina de barbear; os mais simples, Missionário Santiago, também merecem lavar o cabelo com xampu. Não podemos dar aos pobres com uma mão e tirar com duas; não podemos permitir que isso aconteça.

Assim, o meu encaminhamento para a nossa bancada de oposição é para que possamos suprimir esse artigo, deputado João Leite, porque o que eles querem fazer é dar aos pobres com uma mão e retirar com duas. Nós não podemos permitir que isso aconteça, deputado Antônio Carlos Arantes, com o Fundo de Erradicação da Miséria, essa proposta do bem, criada por consenso nesta Casa, criada pelo senador Anastasia com homens de bem da oposição à época. Quero aqui citar o deputado André Quintão. Nós não podemos permitir que esse fundo do bem seja usado para o mal e que seja desculpa e motivo para fazer o mal. Vamos continuar tirando dinheiro do álcool, tirando dinheiro das armas, tirando dinheiro do cigarro para combater a pobreza, mas não podemos onerar ainda mais os pobres do nosso estado nos artigos de primeira necessidade, que serão tributados com a desculpa de que isso se faz para combater a pobreza. Não se combate a pobreza onerando ainda mais os pobres de Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo\* – Quero encaminhar “sim” a essa emenda ao art. 3º porque, se essa emenda cair, cai o Fundo de Erradicação da Miséria. Por isso, voto “sim” a essa emenda, sim por Minas Gerais.

O presidente – Em votação, o art. 3º do vencido em 1º turno.

– Registram “sim”:

Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Léo Portela – Marcio Santiago – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

O presidente – Votaram “sim” 35 deputados; votaram “não” 19 deputados, totalizando 54 votos. Está aprovado o art. 3º do vencido em 1º turno. Votação do art. 5º do vencido em 1º turno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Felipe Attiê.

O deputado Felipe Attiê\* – Sr. presidente, estamos debatendo no campo das ideias, mas todos aqui têm sua família, sua moral e sua conduta. Está escrito na Bíblia que não devemos julgar para não sermos julgados. Então, vamos com calma quanto às ofensas morais e pessoais nas galerias, porque acreditamos que o respeito e o direito de vocês de manifestarem é justo, mas sem agressões pessoais à moral e à honra, porque a democracia é mais alta que isso. Essa é a minha opinião.

Sobre o encaminhamento da matéria, Sr. Presidente, acredito que precisamos dar um alívio à indústria das senhoras que saem de porta em porta vendendo Natura, vendendo Avon, vendendo Boticário, vendendo Provanza, vendendo os produtos que estão aí. A senhora completa sua renda com o “porta a porta”, com a venda de casa em casa. Na Assembleia há uma senhorinha de cujo nome me esqueço, uma senhora idosa que vende produtos da Natura, uma senhora muito educada, muito humilde, que sempre está na Assembleia vendendo Natura – até comprei um sabonete dela. E precisamos eliminar esse aumento sobre o sabonete e sobre a água-de-colônia.

A água-de-colônia sofreu um aumento muito maior do que está sendo anunciado. Era 18%, vai para 25% e subirá para 27%, equiparando-se aos perfumes, que já são taxados em 25%. Quase tudo era considerado água-de-colônia na indústria, para poder escapar da tributação, e isso era legal, mas estão fechando essa porta, estão apertando o cerco; estão pondo o torniquete na indústria. E vão desempregar essas senhoras, vão fechar empresas, vão diminuir a venda delas de porta em porta.

Essa emenda é para suprimir esse aumento indevido, que não pode passar aqui na Casa. Essa indústria podia até recuperar o Brasil, que está passando por dificuldades, principalmente com a alta do dólar, protegendo-se o contrabando que corre frouxo contra a indústria nacional, que é prejudicada com isso, que paga altos impostos, enquanto o contrabando não paga nada.

Pedimos aos deputados que coloquem a mão na consciência e sintam o que é bom, isto é, o exalar das águas, dos perfumes que usamos e sentimos. Nós, seres humanos, temos essa necessidade de sentir um cheiro agradável e de contemplar o que é belo. Precisamos preservar a indústria da beleza e do cosmético, que vem, cada dia mais, participando da renda do brasileiro e das nossas mulheres. Não podemos subir esse imposto dessa forma. Será que é supérfluo o tanto de pessoas que têm depressão? Será que é supérfluo as pessoas se vestirem bem e ficar cheirosas? Isso não é supérfluo. É um abuso tributário, que o governo quer cometer em um momento de crise, desemprego e recessão.

Vamos votar esses destaques. Nós, da oposição, votamos “sim” à nossa emenda que suprime esse aumento nos produtos de beleza, como a água-de-colônia. Peço aos colegas e aos deputados que ponham a mão na consciência, inclusive àqueles que estão escondidos em comissão. Que eles saiam lá do buraco e venham para cá votar a favor da nossa emenda.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo\* – Quero encaminhar votando “sim” porque os deputados Anselmo José Domingos e Ulysses Gomes fizeram a Emenda nº 6, que corrige essas preocupações. Vamos votar “sim”. Os deputados Anselmo José Domingos e Ulysses Gomes, em cima de uma real preocupação do setor, fizeram uma proposição para corrigir essas preocupações. O voto é “sim”.

O presidente – Em votação, o art. 5º do vencido em 1º turno.

– Registram “sim”:

Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Léo Portela – Marcio Santiago – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Fred Costa – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 35 deputados; votaram “não” 21 deputados, totalizando 56 votos. Está aprovado o art. 5º do vencido em 1º turno. Votação do art. 6º do vencido em 1º turno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Valadares.

O deputado Gustavo Valadares\* – Meus amigos, Srs. Deputados, esse art. 6º é o que trata do aumento do ICMS na conta de energia dos consumidores residenciais. Foi aquele que no 1º turno, ou melhor, quando votamos o 1º turno, nós, deputados da oposição, fizemos um alerta porque, além dos pequenos empresários e dos condomínios residenciais e clubes, estavam ali incluídos os hospitais filantrópicos, as Apaes, e por aí fora. Depois de muita luta e de chamarmos a atenção para esse problema e para essa grande injustiça, conseguimos aprovar na Comissão de Fiscalização Financeira, no substitutivo que veio para ser votado em 2º turno, e manter a isenção desse aumento de 18% para 25% para as entidades filantrópicas, hospitais e Apaes. Foi um trabalho do bloco de oposição.

Continuamos trabalhando e, por essa razão, destacando o art. 6º porque somos contrários à majoração de 18% para 25% do aumento de ICMS que incide sobre a energia elétrica dos estabelecimentos comerciais, que foi o carro-chefe da campanha de Fernando Pimentel. O que ele falou durante toda a campanha, que colocamos aqui várias vezes para vocês escutarem, dizendo que Minas estava perdendo indústrias, comércio e empresários por conta da alta carga tributária cobrada sobre a energia, e que ele, por conta disso, assim que assumisse o governo, se vencesse a eleição, iria reduzi-la. Não só não reduziu, mas está aumentando em 7%, o que encarece a energia de estabelecimentos comerciais em quase 40%. Vai aumentar em 38% o custo da energia para estabelecimentos comerciais.

Mais do que isso, há uma observação feita por nossa assessoria que chama a atenção e é correta. A iluminação de rodovias hoje administradas por concessionárias terá aumento, conseqüentemente teremos aumento no pedágio, porque o custo aumenta, e obviamente será repassado no pedágio. Da mesma forma, os elevadores de condomínio. Esse aumento vai chegar ao cidadão, àquele que mora no prédio. Elevador gasta energia, e vamos ter de pagar mais, a conta vai acabar no bolso de cada um de nós.

Por essa razão, estou pedindo a cada uma das senhoras e dos senhores deputados para votarem “não” – estou encaminhando contrariamente –, para retirarmos esse absurdo, que, na minha opinião, é o maior de todos os absurdos praticados por este governo nesse projeto. “Não” ao aumento de 18% para 25% do ICMS dos estabelecimentos comerciais.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Durval Ângelo.

O deputado Durval Ângelo\* – O art. 6º é o núcleo central do projeto. A alíquota de Minas vai ser igual à do Espírito Santo, de 25%, e à do Rio de Janeiro; vai ser menor do que a do Rio Grande do Sul, que é 30%; e do Paraná, que é 29%. Então acho coerente votar “sim” a essa matéria. Esse artigo é o centro do projeto. Não há como abrir mão dele.

O presidente – Em votação, o art. 6º do vencido em 1º turno.

– Registram “sim”:

Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Léo Portela – Marcio Santiago – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Doutor Wilson Batista – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – João Vítor Xavier – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Wander Borges.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, V. Exa. não pôde me ouvir. Eu o estava chamando para registrar o meu voto “sim”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 35 deputados; votaram “não” 23 deputados; totalizando 58 votos. Está aprovado o art. 6º do vencido em 1º turno. Votação do art. 10 do vencido em 1º turno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Gustavo Corrêa

O deputado Gustavo Corrêa – Boa noite a todos. Peço a atenção de todos os parlamentares neste momento, sobretudo do líder de governo, deputado Durval Ângelo.

Deputado Bonifácio Mourão, veremos agora a coerência desses parlamentares. Tenho o maior respeito pelo deputado Iran Barbosa, que apresentou essa emenda, mas vou alertar os senhores do que pretende ele. Está escrito na emenda do deputado Iran Barbosa: “Será cobrada uma taxa de fiscalização de 5 Ufemgs por quilo”. Isso quer dizer o quê? São 5 mil Ufemgs por tonelada de determinado produto. Da forma como essa emenda foi colocada no projeto, ela vai direto a uma empresa da qual o governo do Estado é acionista com 51%.

Vou fazer uma conta rápida para cada um dos senhores e das senhoras. Essa empresa produz por ano, deputado Tito Torres, cerca de 6.000.000t desse produto. O valor da tonelada, hoje, é cerca de R\$15.000,00. Se multiplicarmos 6.000.000t essa empresa produz por R\$15.000,00, que é a taxa que o deputado Iran quer cobrar dessa empresa e do governo, chegaremos a R\$90.000.000.000,00 por ano. O Estado terá de pagar R\$90.000.000.000,00 por ano – alerta os senhores quanto a isso –, valor muito maior que o orçamento encaminhado a esta Casa, sendo que a empresa fatura apenas, deputado Felipe Attiê, R\$4.000.000.000,00. O que vai acontecer? O Estado realmente ficará deficitário em cerca de R\$80.000.000.000,00 por ano.

Acho que será uma grande incoerência. Se os senhores querem que o Estado saia do déficit, essa emenda do deputado Iran está acabando de afundar o nosso Estado. Então quero ver a coerência de cada um dos senhores e das senhoras em votar “não” a essa emenda, porque, ontem, votaram “sim” e deram o aval de que vão quebrar o Estado.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Iran Barbosa.

O deputado Iran Barbosa\* – O deputado Gustavo Corrêa, por quem tenho extremo respeito, equivocou-se um pouco em relação a certos números. Para quem acessa hoje o *site* da CBMM, empresa da qual estamos falando – posso passá-lo, deputado, [www.cbmm.com.br/produtos](http://www.cbmm.com.br/produtos) –, vai ver que ela produz 90.000t de nióbio. É o que a CBMM diz em seu *site*. Nesse caso, não estamos falando do ferro nióbio.

Segunda parte, o valor desse produto hoje, no exterior, é US\$50,00 o quilo, R\$200.000,00 a tonelada. São R\$200.000,00, e eles pagam R\$3,00. Sabem para quem vai a metade desse lucro? Para o Bradesco. Perdão, Gustavo. Exatamente, é para o Unibanco. V. Exa. tem razão, é para o Unibanco. A principal questão, Gustavo, é que, ainda que o Estado fosse pagar de imposto R\$90.000.000.000,00, R\$45.000.000.000 quem teria de pagar era a CBMM. Temos 90% desse minério no mundo. Se a gente fosse cobrar R\$90.000.000.000,00, eles pagariam, porque não têm outro lugar para puxar isso, não. Então não estamos atrapalhando o processo, não estamos tirando dinheiro de ninguém. A única coisa que estamos fazendo é colocando R\$2.250.000.000,00 no governo de Minas, valor que vai ajudar a pagar os salários em dia, vai ajudar a manter a folha do Estado, vai ajudar a fazer obras e, principalmente, sem impacto financeiro no bolso dos consumidores nem para a própria CBMM.

Volto a dizer, a TFRM é dedutiva do Imposto de Renda, portanto eles não terão sequer esse aumento de imposto.

É uma ideia boa, é uma ideia sólida, é uma ideia que contribui com quatro vezes mais do que o projeto inicial estava tecendo. Peço a vocês o voto “sim”. Obrigado.

O presidente – Em votação, o art. 10 do vencido em 1º turno.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Léo Portela – Marcio Santiago – Nozinho – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

– Registram “não”:

Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Bonifácio Mourão – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Tito Torres.

– Registram “branco”:

Marília Campos – Noraldino Júnior.

O presidente – Votaram “sim” 38 deputados; votaram “não” 14 deputados; houve 2 votos em branco; totalizando 54 votos. Está aprovado o art. 10 do vencido em 1º turno. Votação da Emenda nº 1. Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago\* – Minhas amigas e meus amigos, gostaria primeiramente de cumprimentar os deputados da oposição, que resistiram valentemente; os presentes nas galerias, que também resistiram valentemente à tratorada do PT; e vários deputados que, mesmo correndo o risco da perseguição do PT, que é muito bom nisso, votaram com o povo de Minas Gerais.

Quero perguntar aos colegas quem são os mais protegidos pelo PT, que dá a eles o direito de não votar, de ficar na comissão, escondidos. Gostaria de saber quem realmente são essas pessoas. Estou vendo como o PT trata diferentemente os deputados: um, se votar, está liquidado; o outro tem a benesse, se puder ficar escondido e não aparecer; uns votaram contra e vão aparecer na lista, vão ser cobrados pelos hospitais filantrópicos; outros estão escondidos, têm a benesse do poder. O PT é assim, tem um companheiro de um jeito e um companheiro de outro.

Vamos encaminhar agora para votar “sim” a essa emenda, porque falamos aqui muitas vezes da maldade do PT com as Apaes, com os hospitais. Falamos tanto que eles tremeram e tiveram de votar, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, um projeto pelo qual nós lutamos, pelo qual a oposição lutou e pelo qual a situação votou contra ontem. Essa é a maldade. Colocam vocês para votar e, depois, têm de acatar, porque a maldade é grande demais.

Vimos o deputado Felipe Attiê lutando. O pessoal votou. E o nosso grande líder do PT, deputado Ulysses, cumpre a missão de olhar bem a turma, de fiscalizar bem a turma, de prestar o serviço e de entregar o serviço, até colocando a turma protegida lá na comissão. Dessa maneira, vamos votar “sim”, e peço o apoio de vocês para votarem a favor dos hospitais filantrópicos e a favor das Apaes. Sabemos que o PT tremeu com medo de fazer essa maldade com os hospitais filantrópicos e com as Apaes.

Gostaria de saber realmente quem são aqueles que se escondem, que têm o beneplácito do PT. O PT fica com medo do voto deles, e eles foram lá para a comissão na hora H, deputado Carlos Pimenta. Por que fizeram isso, deputado João Leite? Quem são eles, deputado Dilzon Melo? Deixa eu ver quem é? Douglas Melo...

Voto “sim” porque o PT tremeu. Muito obrigado, conto com vocês.

O presidente – Com a palavra, para encaminhar a votação, o deputado Léo Portela.

O deputado Léo Portela – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, encaminharemos o voto “não” a essa emenda, para que a Emenda nº 4 seja aprovada. A Emenda nº 4 é de minha autoria, e a construí com a sugestão de vários colegas da Casa, da deputada Celise e dos deputados Vanderlei Miranda, Gilberto Abramo e Cabo Júlio. É uma emenda mais abrangente, é a quarta, e abrange também os hospitais privados.

Para vocês que querem que as igrejas não sejam taxadas com aumento, que as igrejas, as comunidades terapêuticas e as santas casas não sofram aumento e que a Apae não seja atingida, gostaria de dizer que estamos reconhecendo o valor da parceria do terceiro setor com o Estado, o trabalho que as igrejas têm com o Estado e o trabalho das Apaes com o Estado. Assim sendo, daremos a isenção da majoração desse imposto para essas entidades do terceiro setor que fazem o bem, que recuperam vidas e que garantem futuros. Então é de minha autoria a Emenda nº 4, que aprovaremos, rejeitando agora a Emenda nº 1. Ela segura a majoração para as igrejas. Ela não deixa que as igrejas sejam majoradas e amplia essa questão para todo o terreno da igreja.

O governo passado havia feito uma lei em que apenas o templo, apenas a nave era beneficiada, mas nesse caso não, atingiremos todo o imóvel, que não sofrerá com aumento nenhum. É bem verdade que já existe isenção do governo passado, mas 90% das igrejas não conseguiram a isenção porque a lei é complicada, a regulamentação é complicada.

Assim sendo, gostaria de dizer para você que é a favor do terceiro setor, que é a favor das Apaes, que é a favor dos hospitais filantrópicos, que é a favor das entidades de educação e de saúde, que é a favor das comunidades terapêuticas e do trabalho das igrejas em Minas Gerais, que nosso voto é “não” para a emenda de agora, para votarmos “sim” na Emenda nº 4, de minha autoria. Muito obrigado, presidente.

### Questão de Ordem

O deputado João Leite – Presidente, só uma orientação para a votação. Se votarmos “não” nessa emenda atual, fica prejudicada a Emenda nº 4? Podemos aprovar as duas?

O presidente – Se votar “não”, não fica prejudicada.

O deputado João Leite – Se aprovarmos, poderemos aprovar as duas?

O presidente – Não.

O presidente – Em votação, a Emenda nº 1.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Geisa

Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Léo Portela – Marcio Santiago – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 16 deputados. Votaram “não” 42 deputados. Está rejeitada a Emenda nº 1. Votação da Emenda nº 2.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, solicito que se faça a leitura da emenda na íntegra.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da Emenda nº 2.

O secretário (deputado Ulysses Gomes) – (– Lê a Emenda nº 2, publicada na edição do dia 1º/10/2015.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 2.

– Registram “sim”:

Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Léo Portela – Marcio Santiago – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Wander Borges.

O deputado Fred Costa – Registre meu voto “não”, Sr. Presidente.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 37 deputados; votaram “não” 22 deputados; totalizando 59 votos. Está aprovada a Emenda nº 2.

### Questões de Ordem

O deputado João Leite – Sr. Presidente, pela ordem. Mais uma pessoa foi presa. O deputado Rogério Correia já prendeu um, agora já levaram outro. Não é possível. Já tive de ir lá em cima para liberar uma pessoa que foi presa e agora outra foi levada.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, estamos em processo de votação, e o deputado Rogério Correia não prende ninguém. Peça ao deputado João Leite para ter, pelo menos... (– É interrompido.)

O presidente – A presidência vai pedir licença aos deputados, pois está se manifestando, pela ordem, o deputado João Leite. Vou pedir a compreensão dos deputados. Temos ainda quatro emendas, deputado João Leite.

O deputado João Leite – Sim, eu sei, mas quero saber a situação do cidadão que vem à Assembleia Legislativa – e esse é o terceiro hoje – e é levado pela Polícia Legislativa.

O presidente – A presidência convoca para amanhã, ao meio-dia, reunião de líderes para analisar a situação da Polícia Legislativa em relação ao comportamento de quem está na galeria. Hoje esta polícia, deputado João Leite, muito bem preparada, está tomando providências, e, se houver qualquer coisa fora da norma legal, a presidência tomará as providências necessárias.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, eu queria as informações sobre a pessoa que está detida e sobre quem determinou a detenção. Não adianta o deputado Rogério Correia vir aqui gritar, pois é ele quem manda prender, manda levar para a Polícia Legislativa. Não vamos aceitar. Essa é uma ditadura. O PT quer controlar a Assembleia Legislativa, mas não adianta, da mesma maneira que eles vieram para cá eu também vim. Quero informações, Sr. Presidente, sobre a pessoa que foi levada pela Polícia Legislativa.

O presidente – Deputado João Leite, a presidência vai tomar as providências devidas.

O deputado João Leite – O deputado Rogério Correia acha que manda na Assembleia Legislativa, vai colocando suas pessoas e acha que manda. Estou com a palavra, quero informações sobre a pessoa detida. Deputado Durval Ângelo, é a terceira pessoa detida hoje pela Polícia Legislativa por determinação de deputados. Nesse caso, o deputado Vanderlei Miranda pediu, mas, no anterior, foi o deputado Rogério Correia; e ainda outro, anterior, que foi outro deputado. Quem manda aqui? O presidente da Assembleia Legislativa é o chefe da Polícia Legislativa.

O deputado Rogério Correia – Pela ordem, Sr. Presidente.

O presidente – Logo após o deputado João Leite, V. Exa. terá a palavra pela ordem. A palavra está com o deputado João Leite.

O deputado João Leite – Obrigado. Estou tentando falar. Sr. Presidente, quero lamentar porque, repito, é a terceira detenção. Não temos isso no histórico da Assembleia Legislativa, ficamos aqui com o governo do PSDB e de outros partidos por 12 anos, e não me lembro de nenhuma detenção. Agora, os deputados começam a mandar deter pessoas. Vou-me retirar e acompanhar a pessoa que está lá. Isso não é possível. Agora, em toda sessão da Assembleia Legislativa, sai alguém detido; alguém manda prender as pessoas. O chefe da Polícia Legislativa é o presidente da Assembleia. Em seis mandatos, nunca fiz isso aqui. Agora, alguns deputados mandam deter, qualificar as pessoas. Ora, esta é a Casa do povo, e o chefe da Polícia Legislativa é o presidente da Assembleia Legislativa. Há aqueles que pensam que mandam na Casa, e um deles é o deputado Rogério Correia, que vai colocando as pessoas e determinando quem é detido. Não adianta, não tenho medo, estou aqui com o mandato do povo de Minas Gerais e vou defendê-lo. O PT não vai mandar na Assembleia Legislativa, o presidente é o chefe da Polícia Legislativa.

O presidente – Com a palavra, pela ordem, o deputado Rogério Correia.

O deputado Rogério Correia – Sr. Presidente, serei breve, pois a intenção do deputado João Leite é melar o processo de votação, e não vou contribuir com isso. Primeiro, ele tem de provar que mandei prender alguém, e não vai conseguir, portanto vai passar por mentiroso; vai ficar claro que ele mentiu, pois não há prova nenhuma em relação a eu ter mandado prender. Agora, um cidadão ameaçou agredir o deputado Iran Barbosa, e vimos na sua ficha que ele bateu em mulher, tem Lei Maria da Penha, é advogado de mentira, delinquente. Se o João Leite quer defender esse tipo de gente, o problema é dele. Apenas quero registrar que também não aceito ameaças de deputados. Obrigado.

O presidente – Quanto à questão de ordem do deputado Rogério Correia e do deputado João Leite, estão liberados os deputados. As pessoas estão livres para ir e vir, com um detalhe: aqui na Assembleia Legislativa, as pessoas têm de se comportar com ordem, caso contrário a Polícia Legislativa agirá. Todos os casos serão submetidos à Mesa da Assembleia Legislativa. Votação da Emenda nº 3.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria que fosse feita a leitura da emenda. A leitura da emenda é para saber do que se trata. A emenda é de minha autoria, em defesa das indústrias de refrigerantes. São 15 em todo o Estado. O Sul de Minas está ansioso por essa emenda.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da Emenda nº 3.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 3, publicada na edição do dia 2/10/2015.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 3.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Antonio Lerin – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Carlos Pimenta – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Ulysses Gomes – Wander Borges.

– Registram “não”:

Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Léo Portela – Marcio Santiago – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tony Carlos.

O deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado Noraldino Júnior – Sr. Presidente, meu voto é “sim”.

O deputado João Leite – Voto “sim” presidente.

O deputado Vanderlei Miranda – Sr. Presidente, registre meu voto “não”, por favor.

O presidente – Estão computados. Votaram “sim” 23 deputados; votaram “não” 35 deputados; totalizando 58 votos. Está rejeitada a Emenda nº 3. Votação da Emenda nº 4.

O deputado Sargento Rodrigues – Todas as emendas precisam ser lidas, presidente. Nós precisamos saber o que estamos votando.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da Emenda nº 4.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 4, publicada na edição do dia 2/10/2015.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 4.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Arlete Magalhães – Bonifácio Mourão – Cabo Júlio – Carlos Pimenta – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Elismar Prado – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Felipe Attiê – Fred Costa – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gil Pereira – Gilberto Abramo – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Hely Tarquínio – Inácio Franco – Ione Pinheiro – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Leite – João Magalhães – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Léo Portela – Luiz Humberto Carneiro – Marcio Santiago – Marília Campos – Noraldino Júnior – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Sargento Rodrigues – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda – Wander Borges.

O presidente – Votaram “sim” 58 deputados. Não houve contrário. Está aprovada a Emenda nº 4. Votação da Emenda nº 5.

O deputado Antônio Carlos Arantes – Peço a leitura da emenda.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da Emenda nº 5.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 5, publicada na edição do dia 2/10/2015.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 5.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Anselmo José Domingos – Antônio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Inácio Franco – Ione Pinheiro – João Leite – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Noraldino Júnior – Nozinho – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Léo Portela – Marcio Santiago – Marília Campos – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Cristiano Silveira – Presidente, Cristiano Silveira vota “não”.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 23 deputados; votaram “não” 30 deputados; totalizando 53 votos. Está rejeitada a Emenda nº 5. Votação da Emenda nº 6.

O deputado Lafayette de Andrada – Solicito a leitura da emenda para conhecer o seu teor, presidente.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da Emenda nº 6.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 6, publicada na edição do dia 2/10/2015.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 6.

– Registram “sim”:

Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fabiano Tolentino – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Marcio Santiago – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.



– Registram “não”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – Lafayette de Andrada – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues.

O presidente – Votaram “sim” 34 deputados; votaram “não” 15 deputados; totalizando 49 votos. Está aprovada a Emenda nº 6. Votação da Emenda nº 7.

O deputado Lafayette de Andrada – Sr. Presidente, solicito a leitura do texto da emenda.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da Emenda nº 7.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 7, publicada na edição do dia 2/10/2015.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 7.

– Registram “sim”:

Antônio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Cabo Júlio – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Fabiano Tolentino – Felipe Attiê – Fred Costa – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – Lafayette de Andrada – Leandro Genaro – Luiz Humberto Carneiro – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Wander Borges.

– Registram “não”:

Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Léo Portela – Marcio Santiago – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, registre meu voto “sim”, por favor.

O presidente – Está computado. Votaram “sim” 22 deputados; votaram “não” 33 deputados; totalizando 55 votos. Está rejeitada a Emenda nº 7. Votação da Emenda nº 8.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Sr. Presidente, peço que leia a emenda. É justiça para aqueles que pagam IPVA em janeiro e poderão pagá-lo em fevereiro.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da Emenda nº 8.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 8, publicada na edição do dia 2/10/2015.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 8.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – João Leite – Lafayette de Andrada – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Anselmo José Domingos – Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Isaura Calais – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Léo Portela – Marcio Santiago – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 16 deputados; votaram “não” 34 deputados; totalizando 50 votos. Está rejeitada a Emenda nº 8. Votação da Emenda nº 9.

O deputado Alencar da Silveira Jr. – Peço a leitura da emenda que faz justiça ao setor moveleiro da região de Ubá.

O presidente – É regimental. A presidência solicita ao secretário que proceda à leitura da Emenda nº 9.

O secretário – (– Lê a Emenda nº 9, publicada na edição do dia 2/10/2015.).

O presidente – Em votação, a Emenda nº 9.

– Registram “sim”:

Alencar da Silveira Jr. – Antônio Carlos Arantes – Arlen Santiago – Bonifácio Mourão – Dalmo Ribeiro Silva – Dilzon Melo – Felipe Attiê – Gil Pereira – Gustavo Corrêa – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Isaura Calais – João Leite – Lafayette de Andrada – Luiz Humberto Carneiro – Sargento Rodrigues – Tito Torres.

– Registram “não”:

Arlete Magalhães – Cabo Júlio – Celinho do Sinttrocel – Celise Laviola – Cristiano Silveira – Cristina Corrêa – Dirceu Ribeiro – Doutor Jean Freire – Durval Ângelo – Emidinho Madeira – Fábio Cherem – Geisa Teixeira – Geraldo Pimenta – Gilberto Abramo – Hely Tarquínio – Iran Barbosa – Ivair Nogueira – João Alberto – João Magalhães – Léo Portela – Marcio Santiago – Marília Campos – Nozinho – Paulo Lamac – Professor Neivaldo – Ricardo Faria – Rogério Correia – Rosângela Reis – Thiago Cota – Tiago Ulisses – Ulysses Gomes – Vanderlei Miranda.

O presidente – Votaram “sim” 17 deputados; votaram “não” 32 deputados; totalizando 49 votos. Está rejeitada a Emenda nº 9. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.817/2015 na forma do vencido em 1º turno com as Emendas nºs 2, 4 e 6. À Comissão de Redação.

### **Declarações de Voto**

O deputado Durval Ângelo – Quero agradecer aos deputados do governo e da oposição o embate democrático que tivemos aqui. Acho que, no final desta votação, não há vencedores nem vencidos. Dizia hoje ao deputado Alencar da Silveira Jr. que o que aprendemos aqui é a relação de companheirismo e amizade. Para nós que já estamos aqui há 21 anos, acho que a democracia implica o contraditório, esse debate. Falava também ao deputado Alencar da Silveira Jr. da necessidade de termos aqui um clima respeitoso e cordial, até nas divergências. Democracia é isso mesmo. Temos um governo que tem um projeto para Minas Gerais. Aqui não votamos a favor de um projeto de um governo, mas “sim” pela educação, “sim” pela saúde, “sim” pelo piso salarial dos professores e “sim” pelo Fundo de Erradicação da Miséria. Por isso agradeço a todos os deputados: quem votou a favor, quem votou contra, quem se absteve e quem desempenhou seu papel nas comissões. É bom destacar que tivemos sérios deputados nas comissões. Então, quero dizer a esses deputados: a Casa está de parabéns! Na sua presidência, cumprimos nosso trabalho sem precisar de lei delegada, sem

precisar de nenhum instrumento de medida provisória ou ditatorial, porque, nos últimos 12 anos, tudo se resolvia com lei delegada. Na presidência do deputado Adalclever e com o governador Fernando Pimentel, não temos lei delegada. Quero dizer que isso é fundamental. Acho que ganha hoje a democracia, e o governo vai ter mais condições de gerir um Estado que pegou falido, com um déficit de R\$7.200.000.000,00 – e sabe que governar é assumir também o ônus. Parabéns à coragem do governador Fernando Pimentel. Parabéns a esse grande governador, que está demonstrando o grande governo que está fazendo em Minas Gerais. Obrigado a todos.

O deputado Doutor Wilson Batista – Sr. presidente, gostaria de declarar o meu voto e deixar claro que votei contrário ao projeto por entender que não é o momento da sociedade pagar o preço dos erros da política. O mais vergonhoso que vi, nesta Casa, hoje, foi deputados eleitos para representar o povo se ausentarem de um momento tão importante como este para a sociedade. O silêncio dos deputados que tiveram a coragem de ir às ruas pedir votos dizendo que iam lutar por uma sociedade, lutar pelos interesse do povo e não participaram dessa votação é uma demonstração de covardia. Não entendo isto: poderiam estar aqui defendendo o governo e o seu projeto ou defendendo a sociedade, mas calaram-se diante do sofrimento das pessoas, calaram-se diante da necessidade de um governo de aumentar impostos por erros de políticas malfeitas. Essa é a verdadeira covardia. Venham aqui dar o seu voto “sim” ou “não”; venham defender o papel pelo qual foram eleitos: estar presentes nesta Casa e participar das votações. Acho que a mais vergonhosa das listas é a dos deputados ausentes hoje, com desculpas de que estão com problema pessoal ou de saúde, que usaram a doença para justificar a sua incompetência, a sua falta de coragem para estar hoje, neste parlamento. Sr. Presidente, tudo é absurdo, mas nada é chocante, porque eles julgam que a sociedade não vai dar importância a nada disso. Mas vai dar, sim, porque a sociedade, hoje, está presente, está ciente e vai cobrar cada vez mais dos seus representantes. Mais uma vez, Sr. Presidente, quero deixar claro que não votei contra o governo; votei contra o projeto, porque entendo que não é a sociedade que deve ser a principal punida pela crise que o Brasil está enfrentando. Não é com a criação de impostos que vamos resolver o caos instalado no Brasil – e não foi pelos últimos governadores, não. Esse caos vem se instalando com políticas malfeitas há mais de 4, 8, 12 anos. Quem conduziu os estados, quem conduziu o País nos últimos anos é que levou o Brasil ao fracasso, porque colocou os interesses partidários, colocou os interesses pessoais acima dos interesses da Nação. Foram esses os erros da política nos últimos anos. É isso que temos de condenar, é isso que temos de fazer. Não podemos nos ausentar. Estar presente nessas votações é o único papel que podemos tomar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Emidinho Madeira – Boa noite, Sr. Presidente. Parabéns pela forma como vem conduzindo os trabalhos. Cumprimento todos os colegas. Quero justificar por que votei com o governo. Na campanha, também bati muito no valor dos impostos que são cobrados em Minas Gerais e ouvi o governador prometer que os baixaria. Assim, com a chegada desse projeto, prometi que, além de fazer força para se baixarem os impostos, eu viria aqui não para fazer politicagem, mas sim para dar condição para o governador governar. Então entre votar contra o projeto e dar condição, achei melhor votar favoravelmente ao pedido do governador. Achei que o Pimentel teve muita coragem em subir os impostos neste momento de crise. Este é o momento em que ele tomou uma decisão muito importante. Já vi muitas empresas quebrarem. Se em dois, três anos o governo houvesse tomado uma medida mais radical, essas empresas não teriam quebrado. Às vezes, é melhor avermelharmos agora e enfrentarmos o povo que arroxearmos no ano que vem, e o governo não ter condições de tocar o Estado. Pelo amor que tenho a Minas Gerais e por todos os que me elegeram, achei melhor dar condição de trabalho ao governo que fazer politicagem. Também quero parabenizar a oposição pela forma como ela tentou convencer todos nós. Toda vez que eu tiver de votar, vou fazê-lo com a minha consciência. Jamais vou trair os produtores e os meus eleitores e tenho a consciência de que votei certo. Não existe descida sem subida. Na hora em que o Estado entrar nos eixos, serei um dos primeiros a apresentar um projeto aqui para baixar os impostos. Se o governador que prometeu que baixaria os impostos tivesse pegado um Estado 100% estabilizado, agora não estaria subindo os impostos. Com certeza, na época em que prometeu, não sabia em que situação encontraria o Estado. Assim, votei de acordo com a minha consciência. Às vezes é melhor passarmos por dificuldade agora, avermelharmos agora, que arroxearmos depois e vermos o nosso estado em dificuldade. Muito obrigado a todos.

#### **Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final**

O presidente – Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.817/2015, do governador do Estado, que altera a Lei nº 6.763, de 26/12/1975, que consolida a legislação tributária do Estado, e dá outras providências. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O presidente – É regimental. A presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às deputadas e aos deputados que não registraram sua presença no painel que façam o registro biométrico no terminal e, em seguida, registrem seu voto. A presidência solicita às deputadas e aos deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

– Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Votaram apenas 25 deputados. Portanto, não há quórum para votação. A presidência a torna sem efeito e, nos termos do § 6º do art. 249 do Regimento Interno, solicita ao secretário que proceda à chamada dos deputados para a recomposição de quórum.

O secretário – (– Faz a chamada.)

O presidente (deputado Adalclever Lopes) – Responderam à chamada 44 deputados. Portanto, há quórum para votação. A presidência vai renovar a votação do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 2.817/2015. Em votação, o parecer. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (– Pausa.) Aprovado.

#### **Declarações de Voto**

O deputado Isauro Calais – Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente, amigos telespectadores que veem a TV Assembleia. Sr. Presidente, primeiro quero parabenizar V. Exa. pela condução desta votação, dos últimos trabalhos, pois tem dado demonstração de ser um cidadão democrata e tranquilo. Parabéns, deputado Adalclever Lopes, por essa condução e pelo que V. Exa. tem feito para todos nós nesta Casa. Segundo, Sr. Presidente, queria justificar porque votei contrariamente ao projeto que aumenta o ICMS em Minas Gerais. Primeiramente, no nosso informativo de campanha, no nosso primeiro informativo como deputado e nesse informativo que saiu recentemente, estamos pedindo que seja revisto o ICMS na Zona da Mata, pois perdemos 2.200 postos de trabalho em Juiz de Fora e 600 empresas e estabelecimentos comerciais. Essa região foi muito atingida nos últimos anos, vem

perdendo empresas para o Estado do Rio de Janeiro, e não poderíamos permitir, obviamente, que mais comerciantes e cidadãos que estão investindo em nossa região fechassem seus negócios. Então, votei contrariamente em nome de Juiz de Fora e da Zona da Mata. O governador Fernando Pimentel disse à Frente Parlamentar da Zona da Mata que vai rever também o ICMS da região para podermos dar mais competitividade para suas empresas. Então, meus queridos deputados e minhas queridas deputadas, a nossa justificativa do voto contrário ao projeto é o fato de a Zona da Mata estar morrendo e necessitar da atenção do governador. Esperamos que essa comissão constituída por ele possa, o mais rápido possível, dar um parecer para salvar nossa região, salvar Juiz de Fora, salvar a Zona da Mata da ganância do Rio de Janeiro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O presidente (deputado Hely Tarquínio) – Com a palavra, para declaração de voto, a deputada Marília Campos.

A deputada Marília Campos – Sr. presidente, Srs. Deputados, pessoas que nos ouvem pela TV Assembleia, vivemos dias tensos esta semana. Discutimos o aumento da carga tributária sobre vários produtos no Estado de Minas Gerais. Votei “sim” no 1º turno e votei “sim” no 2º turno. Votei “sim” não porque acho fácil aumentar impostos, mas porque, na situação em que Minas se encontra, o governo Pimentel precisa do nosso apoio. Ele precisa do nosso apoio para pagar a dívida de 7 bilhões que herdou do governo anterior; precisa do nosso apoio para conseguir implementar os investimentos de que Minas Gerais necessita; precisa do nosso apoio para que Minas Gerais tenha um novo tempo. Fiz campanha para esse governo e critiquei os impostos e tributos em Minas Gerais, mas não poderia deixar de apoiar o nosso governador. Por essa razão, votei “sim”, Sr. Presidente, e não tenho cargo algum neste governo, não negocieei nenhuma secretaria neste governo, não indiquei nenhum secretário neste governo. E, quanto às emendas a que tenho direito e que receberei do governo do Estado, vou creditá-las à Secretaria de Saúde, deputado Arlen Santiago, porque, na minha avaliação, é o setor que mais precisa de investimento no Estado. Portanto, meu voto não é fruto de negociação, mas apoio incondicional ao governo Pimentel, porque acho que essa votação separou quem apoia e quem não apoia o governo, quem acredita e quem não acredita no projeto que Pimentel defendeu no processo eleitoral. Por essas razões, votei “sim”, além de ter a expectativa de que, nos próximos dias, o governo Pimentel apresente um projeto à Assembleia Legislativa para diminuição do custeio da máquina e em defesa da sua austeridade.

O deputado Felipe Attiê – Sr. Presidente, Srs. Deputados, é pena que o presidente não nos tenha concedido a palavra para declaração de voto após a votação dos projetos. É uma pena que o Plenário já se encontra vazio a esta hora, e nós, que já estamos desde as 7h30min nesta Casa, há exatamente 14 horas trabalhando, não pudemos fazer a justificativa do nosso voto na hora certa, conforme determina o Regimento Interno. Mas o presidente deixou a declaração de voto para o final, quando a audiência é pequena e o processo já se esvaziou. Nós, da oposição, lutamos bravamente para que esse projeto não fosse aprovado. E nós, Sr. Presidente, procuramos impedir algumas coisas nesta Casa, mas conseguimos alguns pequenos resultados, como o IPVA dos veículos *off-road* e a energia elétrica das entidades filantrópicas, dos hospitais, das creches, das Apaes, desses segmentos sociais que teriam sua energia elétrica majorada, teriam o seu ICMS elevado de 18% para 25%. A oposição bateu nisso sempre, falou nisso sempre, mostrou isso sempre. Em segunda votação, o governo corrigiu esse erro aceitando nossa proposta inicial, votando e isentando os templos religiosos, o templo em si, e as instituições filantrópicas de tanta relevância social, como as santas casas e outras que existem no projeto. Essas instituições não poderiam arcar com 38% de ICMS na luz. Elas já estão sem dinheiro. Todos os hospitais já estão nessa dificuldade. Retiramos dos hospitais, dessas entidades educadoras e conseguimos com isso uma pequena vitória nesse embate. Não conseguimos impedir, sobre o comércio e o serviço, o aumento do ICMS em 38% para energia elétrica. Não conseguimos impedir o aumento da ração de cachorros e dos perfumes. Não conseguimos impedir outras coisas que aumentaram, como as chamadas de telefone celular e de internet, aquele mundo de aumentos que o governo colocou. Nós, presidente, queremos deixar claro que nosso voto e nosso trabalho aqui foi para que isso não fosse aprovado, mas o governo tem de, neste momento, entender que nós dificultamos, vamos dificultar e deveríamos ter dificultado ao máximo porque precisamos, aqui na Casa, ter uma definição mais clara de quem é oposição, quem é situação, quem está a favor e quem está contra determinado projeto. E esta é a hora de o povo olhar, de o povo prestar atenção. As pessoas têm de ter posição, têm de ter postura, têm de assumir os ônus e os bônus que existem na vida. E nós, presidente, procuramos fazer isso. Travamos um bom combate, travamos a boa batalha, procuramos mostrar os erros, procuramos mostrar o que esses aumentos indevidos fariam com a sociedade mineira. Tivemos aqui todas as entidades contrárias. As Associações Comerciais de Uberlândia, de Belo Horizonte, de Sete Lagoas e de várias cidades de Minas Gerais. O Sinduscon do Estado, de forma geral. A Federação do Comércio, os CDLs, todas as entidades querendo defender o consumidor, porque empresário não paga imposto, repassa para que o consumidor o pague. O empresário recolhe, cria a riqueza, e o governo pega os seus tributos para pagar os seus funcionários, manter a máquina pública e prestar serviços à sociedade em termos de serviços públicos. Procuramos fazer isto o tempo todo aqui: mostrar que era hora de enxugar essa máquina, de reduzir despesas, de cortar despesas. O governo em Minas Gerais entra hoje no limite da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF –, por isso nomeou 4.800.000 de boca, de cargos neste mês, antes que a LRF o impedisse de nomear esses apaniguados; eles correram e nomearam quase R\$60.000.000,00/ano de cargos de confiança para não serem impedidos pela LRF. Nós temos que continuar no Tribunal de Contas, acompanhando a execução orçamentária, fiscalizando, fazendo o nosso papel para que o governador não cometa nenhum equívoco e não prejudique os mineiros. Vamos estar firmes nesse processo o tempo que for necessário, aqui fazendo o trabalho democrático e cívico da oposição, de representar as ruas, representar o povo, representar a sociedade mineira. Muito obrigado, presidente.

A deputada Cristina Corrêa – Eu quero declarar o meu voto. Votei favoravelmente a essa emenda porque o meu trabalho sempre foi pautado na defesa social, no caráter, na ética e na melhor qualidade de vida para o cidadão. Acredito que esse projeto esteja de acordo com as minhas convicções, com o meu trabalho político e com a minha ideologia. Essa tributação do ICMS beneficiará em torno de 3 milhões de pessoas que terão o valor de suas contas de luz reduzidas, fora que a tributação se dará, principalmente, em bebida e em cigarro, itens que – acredito – só atrapalham a vida das pessoas. Então, essa tributação sobre o álcool e o cigarro, muitas vezes, pode vir a desestimular as pessoas a consumir essas drogas que atrapalham e, muitas vezes, destroem a vida das pessoas. Baseando-me no meu trabalho, do ponto de vista da ética, sempre tento votar pensando naquilo que é melhor para as pessoas, porque estou aqui como representante do povo que me elegeu. Tenho a certeza de que essa tributação vai beneficiar muitas pessoas de baixa renda, porque o ICMS não vai tributar 3 milhões de pessoas, que vão pagar uma conta de luz menor, com essa nova revisão. Muitos aqui utilizaram argumentos contra a nossa votação; utilizaram argumentos, muitas vezes, pejorativos, baixos, querendo desabonar o nosso governo. O governo Pimentel pegou o Estado em uma situação difícilíssima, e sabemos de toda a sua dificuldade para administrar Minas. Então é necessário que seja feito esse ajuste para que o Estado funcione e venha a favorecer as pessoas que mais precisam. Fora isso, o que motivou meu voto foi que a maior parte dessa arrecadação, cerca de R\$400.000.000,00, será destinada ao Fundo Estadual de

Erradicação da Miséria – FEM –, que garante o custeio de importantes programas sociais do governo do Estado. Por isso, votei favoravelmente a esse aumento do ICMS. Muito obrigada.

O deputado Rogério Correia – Presidente Hely Tarquínio, deputados e deputadas, apesar de já estar tarde, fiz opção de declarar meu voto, porque é preciso que algumas coisas fiquem claras para o eleitorado, do ponto de vista das visões diferentes que existem no Parlamento. Hoje, por força do Regimento Interno, e por termos de votar, falamos pouco. Mas é agora, ao final, que podemos apresentar uma posição mais clara acerca desse projeto e da sua votação favorável. Primeiro, queria esclarecer algumas questões para que os eleitores compreendam o que está no projeto. Esse projeto vale até 2019. O aumento das alíquotas feitas valerá até 2019; é temporário e condiz com o processo de crise que a deputada Marília e a deputada Cristina Corrêa citaram. Além disso, do ponto de vista da energia elétrica, ele vai equiparar-se à maioria dos estados brasileiros que cobram alíquota acima de 25% – Minas cobrava alíquota de 18%. Assim já é, por exemplo, no Estado do Paraná, cuja alíquota é de 27%; no Estado de Goiás, que é de 29%; no Estado do Rio de Janeiro, 25%, e assim por diante. A grande maioria dos estados brasileiros já tem alíquota de 25% ou superior a ela. Quanto às alíquotas que estão sendo aumentadas em produtos, na sua maioria, supérfluos, não há esse desatino que a oposição quis mostrar. Por exemplo, 2% de aumento na tributação da cerveja significa o aumento real de R\$0,06, o que não será repassado sequer ao preço do produto, com certeza. Para quem vai comprar um telefone celular de cerca de R\$2.000,00, esse percentual significará um valor a mais de R\$40,00. Então, não existe falência de nada e nem algo abusivo. Ressalte-se que isso é feito em momento de crise, em que o governador precisa fazer opções. A opção do governador é governar, é dar a Minas condição de continuar existindo. Estou falando de um governador que encontrou um estado com um rombo, este ano, de R\$7.200.000.000,00, herdados do governo anterior. Um governador que também recebeu um estoque de dívida de R\$90.000.000.000,00 e que terá de pagar, ainda este ano, R\$7.000.000.000,00 do serviço da dívida. O serviço da dívida foi um dos empréstimos feitos durante o governo passado, em sua maioria. No próximo ano, o governo terá de pagar R\$6.800.000.000,00 do serviço da dívida e dos empréstimos; no terceiro ano de governo, R\$7.800.000.000,00; e, no quarto ano, R\$9.300.000.000,00. Ou seja, o governador Pimentel terá de pagar uma herança que recebeu de dívida e um serviço de juros e amortização de R\$31.000.000.000,00, fruto de empréstimos que foram feitos pelos governos anteriores e da dívida herdada pelo governo Pimentel. São R\$31.000.000.000,00 de pagamento de juros e amortização. É evidente que o governador também precisa ter suas definições para continuar governando Minas. Não é a primeira vez que há aumento de imposto. Em 1998, o governador Azeredo remeteu a esta Casa, e foi aprovado, o aumento de 18% na alíquota residencial, passando para 30% no caso da energia elétrica. Depois o Aécio Neves aumentou o IPVA, de 2% para 4%, em seguida, criou a taxa de incêndio. Tudo foi aprovado pelos deputados que aqui tanto nos criticaram. Mais do que isso, o governador Pimentel faz uma opção por um recurso que certamente – isso está claro no projeto – será aplicado, e muito bem-aplicado, para a formação profissional, para a habitação, para o acesso à água nas zonas rurais, em especial no Jequitinhonha e no Norte de Minas, para a assistência social e para a promoção de melhoria de padrão de vida com o Fundo de Erradicação da Miséria. Isso também vale para arcar com compromissos importantes com o setor educacional, com o serviço público, com as escolas, com o reajuste dos professores e com o piso salarial para as professoras, que já está sendo cumprido. Portanto, o governador está governando. Estou terminando, presidente. Sei que existem muitas pessoas que não queriam que o governador Fernando Pimentel de fato governasse. Na verdade, eles querem que dê errado. Torcem para dar errado e fazem de tudo para dar errado. Vimos hoje um pouco desse *show* aqui. É por isso que a aprovação do projeto dará a Minas Gerais melhores condições de governabilidade. Apesar de toda herança maldita, Pimentel vai triunfar, Minas Gerais vai triunfar. Aqueles que estão contra Minas e contra o governo popular do governador Pimentel hoje perderam e vão perder em 2018, embora queiram encurtar, na forma de golpe, as eleições do governo e as eleições presidenciais. Muito obrigado, presidente.

O deputado Doutor Jean Freire – Sr. presidente, caros colegas que aqui estão até este momento, caros telespectadores. Foram dias de muito trabalho, e agradeço a todos os deputados que tiveram a coragem de ficar aqui por todos estes dias e de vir aqui para dar seu voto a favor ou em contrário. Votei “sim” a esse projeto, Sr. Presidente, e fiz isso com muita convicção. Aliás, ao longo desses dias ouvi muitas inverdades, e nós, deputados do governo, ficamos muito calados para que esse projeto pudesse ter andamento e fosse votado logo. É um projeto de suma importância para a governabilidade do Estado. Votei “sim” a esse projeto, presidente, mas não simplesmente por acreditar neste governo que aí está. Ouvi muitos deputados se manifestarem aqui. Não quero detalhar que, no passado, muitos desses mesmos deputados votaram aumento de IPVA e tantos outros impostos que não eram destinados para políticas públicas. Por falar em políticas públicas, esse foi o principal motivo que me fez votar “sim” a esse projeto. Venho da região que menos se desenvolve neste Estado, e o Fundo de Erradicação da Miséria vai atuar, como sempre atuou, principalmente nessa região, no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas. Esse fundo acabaria no final deste ano, portanto votar esse projeto é dizer “sim” à erradicação da miséria; é dizer “sim” aos mais pobres; é dizer “sim” à luta contra a seca; é dizer “sim” à luta pela moradia digna. Engraçado, Sr. Presidente: somente no final, depois da votação do texto principal, ouvi alguns deputados da oposição falando em Fundo de Erradicação da Miséria; somente depois da votação do texto principal, ouvi alguns deputados da oposição falando que o projeto estava taxando armas, cigarro e bebida alcoólica; somente depois da votação, ouvi os deputados falando que o projeto estava taxando produtos supérfluos e que isso iria para erradicar a miséria. Votei “sim” ao projeto e gostaria de dizer aos meus mais de 52 mil eleitores que me confiaram o voto que não tive medo de ficar aqui todo esse tempo e de assumir essa responsabilidade. Fiz isso por acreditar que esse projeto vem, sim, ao encontro da governabilidade. Fernando Pimentel, parabéns! Não somente os deputados que votaram a favor desse projeto acreditam nesse governo. Esta semana, pesquisas mostraram que 70% da população do Estado de Minas Gerais também acredita nesse governo. Muito obrigado. Peço aos meus eleitores que continuem acreditando neste deputado. Fico feliz porque alguns, ao verem a propaganda maldosa da oposição, questionaram nas redes sociais: “Não acredito. Até o Doutor Jean?”. Fico feliz. Vocês podem acreditar que não compactuo com aquele tipo que eles fizeram ali. Se o governo atual fosse do PSDB, vocês podem ter a certeza de que este deputado também votaria a favor desse projeto, caso tivesse o mesmo viés. Muito obrigado, presidente.

O deputado João Leite – Sr. Presidente, deputada Marília Campos, deputados que permanecem aqui, servidores e Patriotas que estão representados ainda – sobraram os que não foram presos –, o interessante nesta Assembleia é que até garrafada já tomei, mas nunca prendi ninguém. Lamentei a garrafada e vi deputados tomarem moeda na testa, como a deputada Lúcia Pacífico. E a carreguei. As galerias estavam lotadas, e a gente era vaiado, tomava moedas, no entanto nunca prendemos ninguém. Chegamos a um novo tempo na Assembleia Legislativa. Talvez, as pessoas que vierem tenham de pedir um *habeas corpus* preventivo. As pessoas acreditam no que quiserem, mas os números são cabais. O Brasil tem um déficit nominal de 9,1% do PIB, ou seja, de R\$528.294.000.000,00. Tem gente que tem coragem de dizer que pegaram herança maldita do governo passado. A herança é do governo do PT, é do governo federal. É o

que aconteceu com o Brasil, querido Arlen Santiago. Por isso a saúde está sofrendo tanto; por isso hoje saíram os ministros da Saúde e da Educação, e o PMDB vai assumir esse governo. É porque o PT é incompetente? A carga tributária a que o PT votou favoravelmente aumentou e já está em 36% do PIB. E ainda querem culpar o governo passado. Os juros cobrados pelo governo... Eu estava aqui e votei a negociação da dívida em 1997. Depois de o governo do PMDB ter arrasado Minas Gerais, São Paulo e outros estados, votamos, porque fizeram negociatas com o Bemge, o Credireal e a Minascaixa. A dívida é a que se paga hoje. Pelo que disseram aqui, parece que foi Aécio Neves quem fez a dívida, mas não: a dívida lhe é anterior. Estávamos aqui, e podemos dizer que ela foi toda negociada. O governo federal a assumiu, e o Estado tinha de pagar. Naquela altura, os juros eram baixos na referência, mas hoje essa referência é cobrança de agiotagem. E não há uma palavra do governo do Estado nem do governador, que não vai buscar R\$1.097.000.000,00 que estão no Banco do Brasil. Eles não dizem também que, com o aumento da alíquota da energia elétrica, quase já receberam isso. Não dizem também que meteram a mão nos depósitos judiciais, e vem esse governo agora penalizar a população. Na mesma linha, o governo federal aumentou, hoje, a gasolina e o diesel e acha que isso não vai penalizar as pessoas. Claro: é transporte, é diesel, e vai aumentar o preço das coisas. Querem dizer que foi o governo passado, mas é esse governo do PT, o pior governo da história do Brasil. O PT quebrou o Brasil, quebrou Minas Gerais. Esse governador que está aí, o Sr. Fernando Pimentel, fez parte do governo passado da Dilma e tem uma grande obra no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio: fez 15 aeroportos em Cuba, fez o Porto de Mariel em Cuba e emprestou dinheiro do BNDES, com juros pequeninhos. Aécio, Anastasia e Alberto Pinto Coelho pagaram juros o tempo todo aqui. Para a Venezuela, não. O projeto bolivariano do PT, com juros pequeninhos, já está na sexta linha do metrô de Caracas. E teve também dinheiro para a Bolívia e para o Equador. O Fundo da Erradicação da Miséria, foi Anastasia quem o criou. O dinheiro veio do imposto do álcool, do cigarro e das armas. Agora o PT inovou: é supérfluo sabonete; você não precisa de sabonete; creme dental é supérfluo; bloqueador é supérfluo. Você, com essa entrada avantajada, Arlen Santiago, no governo do PT vai sofrer, porque bloqueador solar ficou mais caro. Por fim, gente, vamos falar a verdade: pesquisa Vox Populi. A Vox Populi, hoje, ocupa o mesmo prédio do Otilio Prado, o cara que recebeu R\$1.100.000,00 das empresas de ônibus, R\$500.000,00 das mineradoras e pagava as contas particulares do Pimentel. Faz favor, não é? Quem vai acreditar? A pesquisa da D. Dilma está aí, hoje, com quase 90% de rejeição. A pesquisa que está aí hoje de D. Dilma, quase 90% de rejeição. A pesquisa que está aí hoje é essa: 18% de desemprego entre os jovens entre 18 e 24 anos. O PT quebrou o Brasil. Mas vamos recuperar, vamos lutar – a oposição está aqui firme –, vamos continuar denunciando. Quero agradecer as manifestações aqui. Muito obrigado. Continuaremos, estamos aqui e vamos permanecer o tempo todo denunciando esse desgoverno do PT. Esse partido, Patriotas, quebrou o seu país e quebrou Minas Gerais.

O deputado Arlen Santiago – Sr. Presidente, Sras. deputadas, Srs. deputados, telespectadores da nossa TV Assembleia, vou repetir uma frase que ouço: há pessoas que dizem que entram mais pobres numa reunião e saem mais ricas. Hoje estamos vendo que o governo do PT sai mais rico, e a população sai mais quebrada. Qualquer comércio de Coração de Jesus, de Salinas, de Betim, de Uberaba hoje está mais pobre, porque o PT, em vez de cortar na carne, em vez de diminuir o custo, em vez de diminuir os mais de 100 mil cargos de confiança, fora os terceirizados... Lembro-me de quando havia o programa Luz para Todos. Em Furnas, saíam contratando inúmeras pessoas: Renatão, Pataguim, pai de não sei quem. Saíam recebendo um dinheiro que ajudou a quebrar o País para falarem bem. Vemos hoje o que todos os jornais estampam: são mais de R\$200.000.000,00 de um país quebrado pagos para sindicatos, para movimentos. Gente, tem de apertar o cinto. Estamos vendo o que o ministro da Saúde disse, no Estado de São Paulo. Parece-me que esse ministro não é mentiroso demais; mentiroso ele é, porque disse que o Mais Médicos era bom. O que acontece? O levantamento da Confederação Nacional dos Municípios mostra que, em muitas cidades, diminuíram os médicos, mas o Mais Médicos ficou muito bom. Dentro do Ministério da Saúde, existe um filme que saiu na Bandeirantes em que o pessoal disse: “Temos de ver como faz para passar o dinheiro para Cuba”. Em quatro anos, tivemos R\$8.000.000.000,00 de investimento no Ministério da Saúde. O que é investimento? É construção e equipamentos. Em quatro anos, R\$8.000.000.000,00; foi o investimento para toda a saúde do Brasil. Imaginem V. Exas. que, só num programa do Ministério da Saúde, num convênio com a Opas, nestes quatro anos, foram repassados R\$4.000.000.000,00 para Cuba, fora o que o governador de Minas, quando era ministro, repassou por meio do BNDES. Qualquer hospitalzinho em Teófilo Otônio... Estão fechando vários hospitais; em Nanuque há hospital fechando, a santa casa de Ouro Preto. Estamos vendo os hospitais fechar, porque a tabela não muda, e o ministro diz que o orçamento de 2016 não tem dinheiro para pagar nada da saúde depois do dia 30 de setembro. Povo de Minas, cuide-se antes do dia 30 de setembro do ano que vem, porque depois o governo decretou. Como o deputado Edson Moreira disse, o bandido tinha virado para a amante do Bruno e dito: “Você vai morrer”. O brasileiro vai morrer. Aqui em Minas Gerais, hoje rapa-se o tacho, rapa-se, cada vez mais, acabando com tudo. Recebi uma correspondência do hospital público federal de Uberaba dizendo que está com R\$7.000.000,00 de déficit. Estivemos em Uberlândia numa audiência pública, e o representante do hospital público federal de Uberlândia disse que já não há dinheiro para comprar esparadrapo. Então o governo neoliberal, privatista do PT faz pedágio na BR-040 sem duplicar e, com o aumento da energia elétrica das concessionárias, vai aumentar o pedágio. Estamos vendo que o governo federal prometeu a Barragem de Berizal, prometeu a Barragem de Congonhas, e não cumpriu. Vimos aqui na Assembleia a derrota de uma emenda que foi apresentada para 20% do dinheiro do Fundo de Erradicação da Miséria ir para as barragens. Infelizmente, em Minas Novas, no Jequitinhonha, o governo passado fez um convênio para haver hemodiálise lá e passou uma parte do dinheiro, mas o governo do PT entrou e acabou, cortou-se o pescoço. Povo de Minas Novas, povo do Jequitinhonha, vocês terão de continuar andando 220km, 300km, 400km para ir até Diamantina e fazer hemodiálise três vezes por semana. Quero dizer que recebi o pessoal de Minas Novas hoje e vou conchamar o pessoal da Comissão de Saúde para irmos ao nosso secretário Fausto e lhe pedirmos que não deixe o pessoal do Jequitinhonha ficar sem hemodiálise. O PT agora vai arrebentar e fechar mais comércios em Minas Gerais, mas o governo vai ter um pouco mais de dinheiro. Encerrou meu tempo? Apenas gostaria de dizer ao governador Pimentel que diminua o gasto do governo. Sabemos que a Secretaria de Estado de Educação, comparando-se este com o ano passado, investiu em reformas de escolas 84% a menos. O governo, agora, vai se desesperar para empenhar sem pagar, porque, hoje mesmo, aprovamos na Comissão de Saúde um requerimento para sabermos quantos convênios não estão sendo pagos, convênios em dólar, convênios de hemodiálise e convênios de CTIs que o governo, infelizmente, está deixando de pagar. Vimos aqui uma manobra, um artifício para se criar mais uma taxa, que vai dar mais R\$2.000.000.000,00, além dos R\$6.000.000.000,00 do dinheiro do povo em que meteram a mão e jogaram para dentro do governo. E não vão dividir essa taxa com os municípios. Quebraram os municípios, e, para a saúde, realmente, toda emenda será muito bem-vinda, porque, infelizmente, o PT acabou com a saúde do Brasil, acabou com o Brasil, acabou com tudo. E a crise não é deles, é de Pedro Álvares Cabral, é de Fernando Henrique; é uma crise mundial que só eles enxergam, mas o discurso vai sendo batido a cada

minuto, a cada minuto, na orelha do brasileiro, na orelha do brasileiro, só que o brasileiro acordou, o gigante acordou e está vendo o que o PT está fazendo. Para que o PT não tenha de sair do governo, a presidente da República poderia renunciar neste momento, em vez de ficar lá como uma peça de decoração, porque já entregou o governo para o PMDB. Muito obrigado.

O deputado Professor Neivaldo – Obrigado, presidente. Nesta declaração de voto, quero também dialogar na convicção de ter votado favoravelmente a esse projeto. Passamos por dias difíceis, por momentos de sufoco não pelo projeto, porque acreditamos nele, assim como no governo Fernando Pimentel, conforme disse a deputada Marília, mas pelas mentiras que foram expostas nesta tribuna. A oposição a todo o momento tentou confundir a cabeça da população, e sofremos, sim, a consequência disso. Em Uberlândia, estou sofrendo a consequência disso. Muitos ainda estão cobrando de mim uma outra postura, acreditando na oposição e no extremismo das taxações e dos produtos de primeira necessidade, que não serão taxados. Como disse o Doutor Jean, muitos nos cobraram uma postura, mas estamos firmes, conscientes e dialogaremos com a nossa base porque temos a certeza de que o que se fez aqui no dia de hoje foi o melhor para a população de Minas Gerais. Essa mesma oposição que veio, atacou o governo Fernando Pimentel, expôs mentiras e tentou fazer a cabeça da população de Minas Gerais trouxe aqui no dia de ontem pessoas que precisam desse projeto e que, com certeza, também utilizam a tarifa social de energia. Na verdade, fez com que essas pessoas viessem aqui para dizerem que eram contrárias. Algumas com as quais conversamos nem sabiam o motivo por que estavam aqui. Isso foi o que aconteceu nesta Casa. Só que temos a certeza de que conseguiremos dialogar com nossa base e mostrar que a verdade prevalece. Nesses dias ouvimos falar muito da Bíblia, e utilizaram vários versículos dela. Na Bíblia é dito que a verdade prevalece, que tem de estar acima de tudo. Por isso tenho a consciência tranquila. Os deputados que aqui vieram para falar do “absurdo” que estávamos fazendo não diz à população que eles taxaram a energia das residências, inclusive as residências da população carente, de 18% para 30%. Eles não explicaram isso. Temos deputados ainda na Casa que, na época do governo Azeredo, votaram favoravelmente, e a taxa de 18% passou para 30%. Além disso, esses mesmos deputados também votaram no IPVA de 2% para 4%. Ainda temos a taxa de incêndio nas residências, que também foram eles que votaram, mas a oposição da época conseguiu barrá-la. Deputada Marília Campos e deputado Jean, eles queriam taxar as residências da população de Minas Gerais, mas, como eu disse, a oposição da época conseguiu barrar. Essa mesma oposição foi lá ao Funpemp e extinguiu o instituto, rapando o tacho; pegou o dinheiro dos trabalhadores da educação. Alguns cujas mães são dessa área não tiveram nem dó delas, raparam o tacho do Funpemp e pegaram o dinheiro do servidor. Esses mesmos deputados também congelaram as carreiras dos trabalhadores e das trabalhadoras de educação, criaram o subsídio e aprovaram aqui, deputado Rogério Correia, o choque de gestão, que acabou com os servidores do Estado, cuja situação tentamos corrigir hoje, o que não é fácil: como corrigir a situação de servidores da superintendência regional que ganham R\$900,00? Não é fácil. A herança maldita que vocês deixaram é muito complicada, não é possível resolvê-la da noite para o dia. Esses deputados vêm aqui, como donos da verdade, contar um monte de mentiras: a mãe está chorando em casa, ele não conseguiu explicar isso para o filho. Ouvi tanta demagogia nestes dias que me senti mal. Alguns deputados da oposição são verdadeiros artistas. Eu ficava olhando e imaginando como eles tinham coragem de se colocar nessa posição de defensores dos trabalhadores, dos mineiros, logo eles que acabaram com as carreiras dos trabalhadores de Minas Gerais, que tiveram a coragem de aumentar de 18% para 30% a energia das residências de Minas Gerais. Agora, eles dão uma de bom moço. Espero que a população de Minas Gerais tenha uma memória mais consistente para não esquecer o que foi feito neste estado. Já estou encerrando. Só gostaria, presidente, de esclarecer que o projeto que foi votado regula casos de circulação de mercadoria de um estado para outro, uniformizando o cálculo de imposto em todo território nacional. Essa é uma norma federal que esse projeto coloca como prática; essa lei uniformiza o cálculo dos impostos e acaba com aquele problema de o Estado estar assim ou assado. O projeto, ao contrário do que diz a oposição, estende a garantia da tarifa social de energia para milhões de consumidores residenciais, o que proporcionará algo em torno de 30% de redução no valor final da conta de energia. (– Intervenção fora do microfone.) Eu gostaria que o V. Exa. me respeitasse como o respeitei na sua fala. O que é mais importante: a grande maioria dos recursos levantados por meio dessa reforma tributária será destinada ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e isso não acontece porque o Estado quer, mas sim porque é seu dever, está na Constituição Federal; é dever do Estado majorar até 2% dos impostos para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, e a população mineira precisa ter essa consciência, como foi exposto aqui pelo deputado Doutor Jean Freire. Há regiões mais pobres e mais carentes que precisam dessa consciência de Minas Gerais. Então, finalizando, presidente, estou tranquilo, vou para casa tranquilo, durmo tranquilo de que fiz o melhor por acreditar que o governo Pimentel fará muito e fará melhor por Minas Gerais, fará aquilo que os governos anteriores não fizeram, deixando como herança uma dívida enorme para este estado. Muito obrigado.

#### **Encerramento**

O presidente – Cumprido o objetivo da convocação, a presidência encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 1º de outubro, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

### **ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE PROTEÇÃO DOS ANIMAIS, EM 13/8/2015**

Às 15h3min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Noraldino Júnior e Glaycon Franco (substituindo o deputado Agostinho Patrus Filho, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Ione Pinheiro, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Marco Túlio Simões Coelho, superintendente do Ibama, publicado no *Diário do Legislativo* em 6/8/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos nºs 2.916 a 2.921/2015. A seguir, são recebidos pelo presidente, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.068/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao delegado regional da Polícia Civil de Nazareno pedido de informações sobre o boletim de ocorrência e o inquérito policial referente ao suposto envenenamento de dezenas de cães nesse município;

nº 3.069/2015, do deputado Noraldino Júnior e da deputada Ione Pinheiro, em que solicitam seja encaminhado ao Sr. Roberto Ferreira de Macedo, médico-veterinário, voto de congratulações pelo tratamento dado a um cão encontrado coberto de piche e com sinais de maus-tratos dentro de um saco de cimento na cidade de Montes Claros;

nº 3.070/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria-Geral da Polícia Rodoviária Federal pedido de providências com vistas a investigar o abatimento de um cavalo a tiros por um agente da Polícia Federal de Porto Velho (RO) e dê ciência a esta comissão dos desdobramentos e sanções aplicadas ao agente na conclusão da investigação;

nº 3.071/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Procuradoria-Geral da República pedido de providências para que se investigue o abatimento de um cavalo a tiros por um agente da Polícia Federal de Porto Velho (RO);

nº 3.072/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à CPI Federal de Maus-Tratos de Animais pedido de providências para que se investigue o abatimento de um cavalo a tiros por um agente da Polícia Federal de Porto Velho (RO), conforme denúncia entregue em CD a esta comissão;

nº 3.073/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de providências para que sejam aplicadas as multas e sanções administrativas por infrações sanitárias pertinentes ao casal que mantinha no município comércio irregular e criadouro clandestino de animais que funcionava como uma fábrica de filhotes em que foram constatados maus-tratos a animais, conforme denúncia recebida por esta comissão;

nº 3.074/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura de Juiz de Fora pedido de providências para que realize estudo de viabilidade de programa de controle populacional das capivaras da zona urbana do município por meio de castração dos animais;

nº 3.075/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Núcleo de Atendimento às Ocorrências de Maus-tratos a Animais pedido de providências para que investigue os responsáveis pelo abandono dos equinos que foram recolhidos pela Prefeitura de Juiz de Fora nas regiões Sul e Norte dessa cidade.

A seguir são aprovados os relatórios das visitas ao Canil Municipal de Manhauçu, ocorrida em 13/7/2015, e ao abrigo para cães mantido pela Prefeitura de Barbacena, ocorrida em 25/6/2015, que seguem publicados após as assinaturas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 27 de agosto de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Ione Pinheiro.

## **RELATÓRIO DE VISITA**

### **Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais**

#### **Local visitado: Barbacena**

#### **Apresentação**

A requerimento do deputado Noraldino Júnior, esta comissão visitou Barbacena em 25/6/2015 para averiguar denúncias de condições precárias e maus tratos a animais no município, verificou a situação de animais de rua e animais abrigados, discutiu a proposta da prefeitura de construção de um novo canil no local do antigo lixão da cidade e sugeriu políticas públicas direcionadas a esses animais.

Participaram da visita o deputado Noraldino Júnior, presidente da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, e equipe da Casa, com a cobertura da TV Assembleia.

#### **Relato**

Para bem compreender as denúncias e contribuir para a busca de soluções, o deputado Noraldino Júnior, acompanhado da vereadora Vânia Castro, visitou inicialmente o secretário de Saúde de Barbacena, que expôs a intenção do município de construir um novo canil para abrigar animais de rua. Apesar da insatisfação dos protetores de animais com o local, considerado insalubre, por se tratar do lixão da cidade, o secretário alegou possuir um laudo atestando sua adequação para a finalidade.

Em seguida, foi visitado o abrigo de cães mantido pela Associação Barbacenenense de Proteção Animal, que se encontra em reforma e ampliação e onde está em construção um centro cirúrgico para castração de animais resgatados, medida esta essencial para o manejo populacional ético. As melhorias no local estão sendo custeadas pelos próprios protetores e por doações de munícipes e empresas, mas os recursos são insuficientes para arcar com as obras, a manutenção, a alimentação e o tratamento dos animais.

Após o diálogo com integrantes da proteção animal presentes, o deputado e a vereadora foram recebidos pelo prefeito, com quem acordaram que um novo canil não mais será construído, pois a prefeitura passará a utilizar a estrutura física, material e de pessoal da Associação Barbacenenense de Proteção dos Animais, com quem firmará convênio para repasse de recursos para adequação e expansão do abrigo existente e para realizar um programa de castração.

#### **Conclusão**

O prefeito Antônio Carlos Doorgal de Andrada reconheceu a importância da participação da comissão para se chegar a um bom modelo de política pública para os animais e assumiu o compromisso de acatar integralmente as sugestões.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Ione Pinheiro – Glaycon Franco.

## **RELATÓRIO DE VISITA**

### **Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais**

#### **Local visitado: Manhauçu**

#### **Apresentação**

A requerimento do deputado Noraldino Júnior, esta comissão visitou Manhauçu em 13/7/2015 para averiguar denúncias de maus-tratos e extermínio de animais no município e de condições precárias do canil municipal.

Participaram da visita o deputado Noraldino Júnior, presidente da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, e a equipe da Casa, com a cobertura da TV Assembleia.



## **Relato**

A visita ao canil municipal foi acompanhada pelo secretário municipal de Saúde, Sr. José Rafael Oliveira Filho, pela coordenadora da Vigilância Ambiental do município, Sra. Emilce Estanislau, e pelo veterinário que atua no canil, Sr. Leandro de Carvalho. No momento da visita, o canil se encontrava praticamente vazio, havendo apenas três cães no local.

Desde 2013, o canil municipal de Manhuaçu vem sendo alvo de denúncias de ativistas, que relatam o desaparecimento de cães das ruas, do próprio canil e denunciam a existência de valas com ossadas de animais.

Os responsáveis pelo canil foram questionados em relação ao processo de licitação para aquisição de mil ampolas de cloreto de sódio, mistura reconhecidamente utilizada para a prática de eutanásia. Foram questionados também sobre outro caso emblemático da situação do local, o sumiço de grande parte de um grupo de 28 gatos encaminhados ao canil.

Apesar das várias denúncias, o veterinário do canil negou o extermínio de animais. Ele assegurou que o sacrifício de cães segue as determinações da Resolução 1.000, de 2012, do Conselho Federal de Medicina Veterinária. Entre as razões para a morte induzida dos animais, o veterinário citou o risco que eles podem representar para a saúde pública e para outros animais, além de doenças crônicas e fatores que os levam a perder condições de bem-estar.

A coordenadora da Vigilância Ambiental do município, embora tenha admitido que as instalações não são as mais adequadas, defendeu os serviços prestados no canil. Segundo ela, o canil estava com apenas três cães porque o caminhão de recolhimento de animais estava com problemas e também porque se aguardava a licitação de medicamentos. Em relação aos gatos desaparecidos, ela negou que tivessem sido mortos, alegando que alguns foram adotados e outros fugiram, uma vez que não há uma estrutura preparada para receber esses animais. A representante da prefeitura apontou ainda mal-entendidos como responsáveis pela fama do canil de descaso para com os bichos. Esclareceu que nem todas as mil ampolas de cloreto de sódio que constam em edital de licitação da prefeitura seriam para o canil; a maior parte delas seria encaminhada a hospitais, por solicitação da Secretaria de Saúde. Já as ossadas encontradas nos fundos do canil seriam de responsabilidade do serviço de limpeza urbana de Manhuaçu, que estaria desovando ali carcaças de animais mortos.

No local, os representantes da prefeitura informaram que, por exigência anterior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG –, a prefeitura de Manhuaçu chegou a firmar com aquele órgão um termo de ajustamento de conduta – TAC –, no qual se comprometeu a promover melhorias de infraestrutura, treinar adequadamente os funcionários e implantar uma política pública de controle populacional de animais domésticos. O município obteve prorrogação do prazo para o cumprimento das cláusulas acordadas.

O secretário de Saúde informou que a prefeitura irá construir um novo canil, em terreno próximo ao atual, onde atualmente funciona o matadouro municipal. O projeto já estaria pronto, e a administração do município aguarda apenas a liberação do local. O secretário calcula que o novo canil estará pronto no primeiro semestre de 2016.

O deputado Noraldino Júnior mostrou-se preocupado com as condições do canil, localizado a poucos metros de um lixão a céu aberto, e reprovou a forma como vem sendo encarada a “eutanásia” dos animais, já que ela estaria sendo aplicada em praticamente todos os animais encaminhados ao canil. Segundo ele, isso não seria eutanásia, procedimento justificado para aliviar o sofrimento dos animais que não tenham condições de ser tratados e salvos, mas sim extermínio.

Para o parlamentar, as explicações dos responsáveis sobre a forma de condução da política pública destinada aos animais não foram convincentes.

Ele sugeriu aos representantes da prefeitura a realização de convênios com entidades e clínicas da região para que se possa dividir com outras instituições a responsabilidade pela prestação de serviços aos animais recolhidos, reduzindo os custos. Segundo o deputado, a castração, junto com campanhas educativas sobre a guarda responsável e sobre a adoção, são medidas fundamentais para o controle populacional dos animais, com reflexos positivos nas áreas de saúde pública e ambiental, além de demonstrar a preocupação ética do município para com os animais.

Após a visita ao canil, o deputado visitou o delegado da 3ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Manhuaçu, Sr. Fábio de Sousa Henrique, e o promotor do Ministério Público local, Sr. Carlos Samuel Cunha, para apresentar o trabalho da comissão e sugerir encaminhamentos às denúncias contra o canil e para solicitar a apuração de crimes de maus-tratos aos animais.

O delegado concordou com a necessidade de criação de um núcleo especializado de atendimento aos crimes que envolvem animais.

O promotor se comprometeu a repassar para a promotora responsável pela área ambiental a solicitação de agilidade para apurar as denúncias de maus-tratos e os procedimentos utilizados pelos responsáveis pelo canil para controle populacional dos animais. Ele sugeriu ainda que a lei municipal de Manhuaçu, que permite a eutanásia em animais, seja encaminhada à Procuradoria de Controle de Constitucionalidade do Ministério Público.

Tendo em vista que o prefeito, Sr. Nailton Heringer, não se encontrava no município no dia da visita, o deputado fez contato telefônico com ele no dia seguinte para apresentar suas preocupações, solicitações e sugestões quanto às políticas públicas destinadas aos animais da cidade.

O prefeito garantiu ao deputado que não serão realizadas eutanásias no canil sem que haja antes uma avaliação do responsável pela Sociedade Manhuaçuense Defensora de Animais. O deputado sugeriu ao prefeito que terceirizasse o canil da cidade e também que o local passasse a funcionar como um centro de acolhimento e tratamento de animais, mudando-se assim a ótica, já que canis não são bem-vistos por defensores dos animais como a melhor forma de acolher animais por serem associados a depósitos ou prisões, sem a perspectiva do cuidado e da tentativa de que sejam um local passageiro. Além disso, o parlamentar solicitou que a gestão do local fique a cargo dos protetores. Também sugeriu ao prefeito a criação de um projeto municipal de castração gratuita de animais, seguindo um modelo de convênio com as clínicas veterinárias, para que haja uma política pública de manejo populacional ético. O modelo do projeto já foi encaminhado ao prefeito, que determinou ao procurador-geral do município, Sr. Dângelo dos Santos Maurício, dar início ao processo de chamada pública para credenciamento das clínicas veterinárias. De acordo com o deputado, esse modelo de castração tem se mostrado mais eficiente, tendo em vista que não depende de investimento em infraestrutura por parte da prefeitura.

O deputado solicitou ainda ao prefeito que sejam realizadas campanhas educativas na cidade, mostrando a importância da castração, da guarda responsável dos animais pelos seus tutores e do incentivo à adoção, como forma de reduzir a proliferação descontrolada de animais, o abandono e os maus-tratos e também como uma medida de saúde pública.

## **Conclusão**

A visita da comissão foi considerada importante pelo deputado, pois possibilitou a aproximação entre protetores, poder público e sociedade civil, em busca de um melhor modelo de política pública para os animais do município.

Sala das Comissões, 13 de agosto de 2015.

Noraldino Júnior, presidente – Glaycon Franco – Ione Pinheiro.

### **ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/8/2015**

Às 10h42min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Cássio Soares, Inácio Franco e Dilzon Melo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Cássio Soares, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Dilzon Melo, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria contante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.132/2015 (relator: deputado Cássio Soares) é convertido em diligência à Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.811/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.118/2015, do deputado Neilando Pimenta, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no Município de Teófilo Ottoni, para debater o licenciamento ambiental para as rochas ornamentais, problemas com a Autorização Ambiental de Funcionamento – AAF – e propostas do governo para simplificar e agilizar o licenciamento ambiental;

nº 3.121/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado ao Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM – pedido de providências para que se apure possíveis irregularidades em atividades de extração de areia do Rio Pará realizadas pela empresa Dragagem e Terraplanagem Irineu Ltda. e DW Parreiras Dragagem e Materiais de Construção Ltda., devido às denúncias feitas durante a visita da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada em 17/8/2015;

nº 3.122/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado à Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Alto São Francisco – Supram do Alto São Francisco – pedido de providências para intensificar ações de fiscalização e acompanhamento das atividades de extração de areia do Rio Pará, no Município de Carmópolis de Minas e região, em especial a dragagem realizada pelas empresas Dragagem e Terraplanagem Irineu Ltda. e DW Parreiras Dragagem e Materiais de Construção Ltda., devido às denúncias feitas durante a visita da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada em 17/8/2015;

nº 3.123/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado ao subsecretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre o processo de regularização ambiental dos empreendimentos de extração de areia pelas empresas Dragagem e Terraplanagem Irineu Ltda. e DW Parreiras Dragagem e Materiais de Construção Ltda., em Carmópolis de Minas, devido às denúncias feitas durante a visita da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada em 17/8/2015;

nº 3.124/2015, do deputado Cássio Soares, em que solicita seja encaminhado à Promotoria de Defesa do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual pedido de providências para fiscalizar a atividade de extração de areia no Rio Pará, no Município de Carmópolis de Minas e região, em especial, a dragagem realizada pelas empresas Dragagem e Terraplanagem Irineu Ltda. e DW Parreiras Dragagem e Materiais de Construção Ltda., devido às denúncias feitas durante a visita da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizada em 17/8/2015.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2015.

Cássio Soares, presidente – Marília Campos – Dilzon Melo.

### **ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 19/8/2015**

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Cristina Corrêa (substituindo o deputado Léo Portela, por indicação da liderança do BMM) e os deputados Gilberto Abramo e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gilberto Abramo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar pareceres de redação final. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados os pareceres de redação final dos Projetos de Lei nºs 694, 978, 1.108, 1.190 e 1.194/2015 (relator: deputado Wander Borges) e 1.201, 1.204, 1.208, 1.275, 1.385, 1.506 e 1.808/2015 (relator: deputada Cristina Corrêa). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2015.

Gilberto Abramo, presidente – Fabiano Tolentino – João Leite.

### **ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/9/2015**

Às 11h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Anselmo José Domingos, Geraldo Pimenta e Fábio Avelar Oliveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Anselmo José Domingos, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Fábio Avelar Oliveira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a presença das torcidas divididas em jogos disputados entre Atlético e Cruzeiro e discutir e votar proposições da

comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Diego Otávio Portilho Jardim, assessor da Superintendência de Gestão de Estruturas Esportivas, representando o Sr. Carlos Henrique Alves da Silva, secretário de Esportes, Major Harley Wallace Moreira, diretor de apoio operacional, representando o Sr. Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Paulo César Ribeiro, assessor administrativo do Clube Atlético Mineiro, representando o Sr. Daniel Nepomuceno, presidente do Clube Atlético Mineiro, Adriano Guilherme de Aro Ferreira, secretário – geral da Federação Mineira de Futebol, representando o Sr. Castellar Modesto Guimarães Neto, presidente da Federação Mineira de Futebol, Helber Gurgel Carneiro, gerente operacional da Arena Independência, representando o Sr. Bruno Balsimelli, sócio – diretor da BWA – Administração de Arenas – São Paulo, Otávio Oliveira Goes, gerente técnico Minas Arena, representando o Sr. André Luis Santana Moraes, presidente da Minas Arena, Gestão de Instalações Esportivas S.A.; Afonso Alberto dos Santos, presidente da Associação Brasileira de Cronista Esportivo – Abrace –, e Orlando Augusto Carneiro Guerra, editor-chefe de esportes da Rede Minas de televisão, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na qualidade de autora do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é recebido pelo presidente e aprovado o seguinte requerimento:

nº 3.289/2015, do deputado Anselmo José Domingos, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude, para debater a profissionalização da arbitragem do futebol.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2015.

Anselmo José Domingos, presidente – Fábio Avelar Oliveira – Geraldo Pimenta.

### **ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/9/2015**

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Douglas Melo, Ivair Nogueira e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Cássio Soares, Elismar Prado, Fabiano Tolentino e Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Presidente da Comissão de Cultura da ALMG convidando os membros da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para a reunião de 25/8/2015, às 16 horas, no salão nobre, com a finalidade de receber o projeto de lei do Poder Executivo contendo o Plano Estadual de Cultura de Minas Gerais; e *e-mail* do Sr. Walisson, denunciando a invasão do terreno pertencente a Escola Estadual Princesa Isabel, no Bairro Aparecida, e pedindo providências, já que o invasor está construindo no local. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Mariah Brochado Ferreira, secretária adjunta de Casa Civil (2/7/2015, 21/8/2015 e 22/8/2015), e dos Srs. Herculano Macedo, chefe de gabinete da Secretaria de Educação (18/7/15 e 10/8/15), e Sérgio Antônio Condé, presidente da Câmara Municipal de Caratinga (4/7/15). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.022, 1.180, 1.263 a 1.265, 1.335, 1.388, 1.490, 1.494, 1.518, 1.547, 1.595, 1.597, 1.599 a 1.605, 1.765, 1.810, 1.840, 1.841, 1.855, 1.892, 1.938, 1.957, 1.966, 1.988 a 1.998, 2.027 a 2.056, 2.078 a 2.092, 2.116, 2.121 e 2.123/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.626, 2.628, 2.643, 3.049, 3.059 e 3.060/2015. São recebidos pelo presidente e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.318/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para proceder à entrega do voto de congratulações à banda mineira Sepultura, pelos 30 anos de existência;

nº 3.322/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Educação, Ciência e Tecnologia e de Cultura, para proceder à entrega do voto de congratulações à banda mineira Sepultura, pelos 30 anos de existência;

nº 3.323/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater os avanços alcançados pelas micro e pelas pequenas empresas e empreendedores individuais na área de ciência, tecnologia e inovação em Minas Gerais e apresentar o lançamento da Frente Parlamentar de Apoio aos Pequenos Negócios;

nº 3.324/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita a participação desta Casa no projeto "Túnel das Drogas", realizado pelo Quadragésimo Nono Batalhão de Polícia Militar, no Shopping Estação BH, no período de 31 de agosto a 4 de setembro de 2015;

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.325/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater sobre a necessidade do diagnóstico e o tratamento do TDAH e Dislexia na educação básica em Minas Gerais;

nº 3.326/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater a necessidade de adequação dos horários de funcionamento das escolas para melhorar o desempenho dos adolescentes nos estudos;

nº 3.332/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado pedido de providências para que sejam avaliados os critérios de licitação para aquisição de mobiliário escolar no valor de R\$276.143.589,00, tendo em vista que os vencedores do certame são em torno de 90% provenientes de outros estados, o que traz prejuízos para as empresas estabelecidas em Minas Gerais; e, ainda, para que se reconsidere a realização da referida compra via caixa escolar, de forma a possibilitar a aquisição de forma regionalizada.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de setembro de 2015.  
Paulo Lamac, presidente – Professor Neivaldo.

### **ATA DA 10ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 1º/9/2015**

Às 14h30min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Douglas Melo, Ivair Nogueira e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Cássio Soares, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Dirceu Ribeiro e Arnaldo Silva. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os resultados do processo de absorção e a situação atual das unidades e cursos incorporados à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, bem como questões relativas a sua autonomia administrativa e financeira e a reeleição de reitor, e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Renata Nunes Vasconcelos, pró-reitora da Uemg, e os Srs. Dijon Moraes Junior, reitor da Uemg, Márcio Rosa Portes, subsecretário de Ensino Superior da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Elias José Lopes de Freitas, presidente do Sindicato dos Professores da Universidade do Estado de Minas Gerais – Sinduemg –, Allynson Takehiro Fujita, diretor da Fundação Educacional de Ensino Superior de Frutal – Fesf –, e Adailton Vieira Pereira, pró-reitor de Planejamento, Gestão e Finanças da Uemg, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na qualidade de autor de um dos requerimentos que deram origem ao debate, tece suas considerações iniciais e, logo após, concede a palavra ao deputado Arnaldo Silva, autor de outro requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Retiram-se do recinto os deputados Ivair Nogueira e Douglas Melo, e estão presentes os deputados Paulo Lamac, Professor Neivaldo e Arnaldo Silva (substituindo o deputado Ivair Nogueira, por indicação do BMM). Estão presentes, também, os deputados Cássio Soares, Elismar Prado, Fabiano Tolentino e Dirceu Ribeiro. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pelo presidente e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.332/2015, do deputado Fabiano Tolentino, em que solicita seja encaminhado pedido de providências para que sejam avaliados os critérios de licitação de aquisição de mobiliário escolar no valor de R\$276.143.589,00, tendo em vista que os vencedores do certame são, em torno de 90%, provenientes de outros estados, o que traz prejuízos para as empresas estabelecidas em Minas Gerais; e, ainda, para que se reconsidere a realização da referida compra via caixa escolar, para possibilitar a aquisição de forma regionalizada;

nº 3.341/2015, do deputado Inácio Franco, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para proceder a entrega dos votos de congratulações ao Senai de Pará de Minas, denominado Centro de Formação Profissional Dr. Celso Charuri, e aos estudantes Caíque Ferreira de Faria e Djalma Rodrigues de Assis pelas medalhas conquistadas nas competições Worldskill Leipzig, Worldskill América Bogotá e Worldskill São Paulo;

nº 3.343/2015, dos deputados Professor Neivaldo, Cássio Soares, Fabiano Tolentino, Paulo Lamac, Arnaldo Silva e Elismar Prado, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para aumento dos recursos orçamentários destinados à Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –, tendo em vista a absorção de novas unidades e a oferta de novos cursos e objetivando a melhoria da estrutura e da qualidade dos serviços de ensino prestados por essa instituição;

nº 3.344/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da reunião extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, realizada em 1º de setembro de 2015, para que seja reservado, no orçamento do Estado, o percentual de 1% das receitas para a Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg;

nº 3.345/2015, dos deputados Arnaldo Silva e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes – e à Reitoria da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg – pedido de providências para viabilizar a criação de bolsas para os alunos dessa instituição, com a finalidade de contribuir para sua manutenção nos cursos oferecidos;

nº 3.347/2015, dos deputados Arnaldo Silva e Paulo Lamac, em que solicitam seja encaminhado ao Secretário de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Sectes – pedido de informações sobre a aplicação dos princípios e normas da autonomia universitária aos câmpus da Universidade do Estado de Minas Gerais – Uemg –;

nº 3.348/2015, dos deputados Paulo Lamac e Arnaldo Silva, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Educação pedido de providências para que seja apurada a denúncia de que o terreno pertencente à Escola Estadual Princesa Isabel, localizada no Bairro Aparecida, Município de Belo Horizonte, sofreu invasão e está com edificações em construção no local; e seja encaminhada ao Ministério Público e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte cópia desse requerimento, para conhecimento e providências cabíveis.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.340/2015, dos deputados Inácio Franco e Fabiano Tolentino, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para debater e solicitar providências cabíveis às reivindicações dos técnicos e analistas educacionais das Superintendências Regionais de Ensino – SREs – de Pará de Minas, Divinópolis e do órgão central da Secretaria de Estado de Educação.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 3 de setembro de 2015.

Professor Neivaldo, presidente.

### **ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/9/2015**

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Arnaldo Silva, Felipe Attiê, Durval Ângelo e João Alberto (substituindo, respectivamente, os deputados Rogério Correia e Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM),

Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC) e Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Cabo Júlio, Dalmo Ribeiro Silva e Inácio Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 425, 1.793, 2.252 e 2.353/2015 são retirados de pauta por determinação do presidente, por não cumprirem pressupostos regimentais. O presidente determina a distribuição em avulso dos pareceres que concluem pela aprovação da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2, apresentadas ao Projeto de Lei nº 484/2015, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 7, apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.544/2015, dos quais é relator (do primeiro, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, no 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 266/2015 (relator: deputado Arnaldo Silva), 212/2015 e 1.552/2015 na forma do Substitutivo nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Felipe Attiê). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Felipe Attiê – Agostinho Patrus Filho – Durval Ângelo – João Magalhães – Sargento Rodrigues.

#### **ATA DA 31ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/9/2015**

Às 11h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Felipe Attiê, Agostinho Patrus Filho (substituindo o deputado Thiago Cota, por indicação da liderança do BCMG), Durval Ângelo, João Alberto e João Magalhães (substituindo, respectivamente, os deputados Rogério Correia, Arnaldo Silva e Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM), e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Tito Torres, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Cabo Júlio e Inácio Franco. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O deputado Felipe Attiê retira-se da reunião. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição do Projeto de Lei nº 1.106/2015, registrando-se o voto contrário do deputado Sargento Rodrigues. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Rogério Correia – Durval Ângelo – João Alberto.

#### **ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/9/2015**

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Geisa Teixeira e os deputados Celinho do Sinttrocel e Dirceu Ribeiro, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Celinho do Sinttrocel, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Geisa Teixeira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a votar proposições da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 16, 740, 1.296, 1.776 e 1.890/2015, em turno único (deputado Celinho do Sinttrocel); e 471, 1.279, 1.943, 1.944 e 2.189/2015, em turno único (deputada Geisa Teixeira). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 1.741/2015, que recebeu parecer por sua aprovação. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 1.894/2015. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 1.190, 1.194, 1.201, 1.204, 1.208, 1.275, 1.506 e 1.808/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.352/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater o sistema prisional do Vale do Aço;

nº 3.353/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater a crise vivida pelo Município de Nova Lima e seus impactos na vida da população e dos trabalhadores municipais;

nº 3.354/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho à luz do Estatuto da Pessoa com Deficiência;

nº 3.355/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater a crise nos municípios mineiros, o Fundo de Participação dos Municípios, a Lei de Responsabilidade Fiscal e o desenvolvimento de políticas públicas;

nº 3.356/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Governo pedido de providências para que seja doado um veículo para facilitar o transporte dos idosos amparados pela instituição Associação Casa de Apoio da Divina Providência do Município de Almenara; e

nº 3.357/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social e ao Serviço Voluntário de Assistência Social pedido de providências para a concessão de auxílios à Associação de Apoio à Divina Providência de Almenara, que desenvolve atividades de apoio a idosos e necessita de auxílio para a manutenção de suas atividades.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2015.

Celinho do Sinttrocel, presidente – Geisa Teixeira – Isauro Calais.

#### **ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 2/9/2015**

Às 15h1min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Fabiano Tolentino, Emidinho Madeira, Rogério Correia e Antônio Carlos Arantes, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Carlos Pimenta, Cabo Júlio, Wander Borges e Roberto Andrade. Havendo número regimental, o presidente, deputado Fabiano Tolentino, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a regularização fundiária no Estado, apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Rosário Dehon César Mota, chefe da Divisão Fundiária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária em Minas Gerais, representando o Sr. Gilson de Souza, superintendente regional desse instituto; Aliane Maria Motta Baeta, diretora de Ciências Geodésicas e de Ordenamento Territorial do Instituto de Geoinformação e Tecnologia, representando o Sr. Daniel Lisbeni Marra Fonseca, diretor-geral desse instituto; e os Srs. Danilo Daniel Prado Araújo, subsecretário de Acesso à Terra e Regularização Fundiária da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário, representando o Sr. Glênio Martins de Lima Mariano secretário dessa pasta; Luiz Tadeu Leite, secretário de Estado de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana; Nauto Martins, coordenador técnico estadual da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. Amarildo José Brumano Kalil, presidente dessa empresa; Vilson Luiz da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais; Sérgio de Freitas Barbosa, oficial do Cartório de Registro de Imóveis de Rio Pardo de Minas; e Francisco José Rezende dos Santos, presidente do Colégio Registral Imobiliário do Estado de Minas Gerais, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Roberto Andrade e aos demais deputados autores do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2015.

Fabiano Tolentino, presidente – Emidinho Madeira – Antônio Carlos Arantes.

#### **ATA DA 32ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/9/2015**

Às 8h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Rogério Correia, Durval Ângelo e João Alberto (substituindo, respectivamente, os deputados Vanderlei Miranda e Arnaldo Silva, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado João Magalhães. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições das comissões. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela aprovação, em turno único, do Projeto de Lei nº 1.793/2015 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Rogério Correia); pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 425/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Rogério Correia); pela aprovação da Emenda nº 1 e pela rejeição da Emenda nº 2 apresentadas ao Projeto de Lei nº 484/2015; e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 7 apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.544/2015, ambos no 1º turno, (relator: deputado Tiago Ulisses). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o seguinte requerimento:

nº 3.217/2015, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para debater a redução da alíquota do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – incidente sobre o serviço de fornecimento de energia elétrica para as empresas da região da Zona da Mata e Campo das Vertentes.

Submetidos a votação, cada um por sua vez, são rejeitados os seguintes requerimentos:

nº 3.120/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Transporte, Comunicações e Obras Públicas para debater a isenção do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – e a redução do seguro Dpvat dos ciclomotores;

3.216/2015, do deputado Felipe Attiê, em que solicita seja realizada reunião com convidados para debater questões relacionadas com o requerimento protocolizado pelo Banco Central do Brasil no Supremo Tribunal Federal, solicitando sua admissão nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.353-MG como *amicus curiae*.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 3.389/2015, do deputado Rogério Correia, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o sistema tributário no Brasil e no Estado de Minas Gerais.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca a reunião extraordinária da mesma data, às 10h30min, convoca os membros da comissão para as reuniões da mesma data, às 14 e às 17 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Cabo Júlio – Cristiano Silveira – João Magalhães.

**ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/9/2015**

Às 9h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite, Cabo Júlio e Professor Neivaldo, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a criação de força-tarefa para investigar, identificar e provocar a punição dos envolvidos na morte de profissionais da segurança pública. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. Ten.-Cel. Wanderlúcio Ferraz dos Santos, chefe da Seção de Análise da Corregedoria da Polícia Militar, representando o Cel. PM Marco Antônio Badaró Bianchini, comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Hugo e Silva, delegado-geral da Polícia Civil, representando Wanderson Gomes da Silva, chefe; Luis Gustavo Melo Beltrão, promotor de justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado de Belo Horizonte, representando André Estevão Ubaldino Pereira, procurador de justiça e coordenador da Promotoria de Combate ao Crime Organizado; 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Berlinque Antônio Monteiro Cantelmo, diretor jurídico da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais; Alan Nogueira, vice-presidente representando Adeilton de Souza Rocha, presidente do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais; Luiz Carlos dos Reis, diretor do Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária do Estado de Minas Gerais; Ronan Rodrigues, presidente da União Mineira dos Agentes de Segurança Prisional do Estado de Minas Gerais; Marco Antônio de Paula Assis, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais; Denilson Aparecido Martins, presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 1.833 a 1.836, 1.844 a 1.846, 1.875 a 1.879, 1.890, 1.891, 1.903 e 2.118/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pelo presidente e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.390/2015, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de informações sobre as análises atuais (últimos períodos de 12 ou 18 meses) referentes a quantidade de acidentes de trânsito, de prisões por tráfico de drogas e de entorpecentes, de furtos, de roubos, de violência contra a mulher, de assassinatos, de apreensão de armas, munições e drogas ocorridos no Estado de Minas Gerais, segmentado por município;

nº 3.391/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações aos policiais militares lotados no 28º Batalhão de Polícia Militar, pela participação em operação, em Unai, que resultou na apreensão de 470 mil maços de cigarros sem nota fiscal e na detenção de três pessoas;

nº 3.392/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para debater a situação da cadeia pública do Município de Albertina, na Comarca de Jacutinga, em razão das péssimas condições em que se encontra, trazendo insegurança a toda a comunidade;

nº 3.393/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Segurança Pública, de Assuntos Municipais e Regionalização e Extraordinária das Mulheres para discutir a violência contra a mulher no Estado de Minas Gerais;

nº 3.394/2015, do deputado Bonifácio Mourão, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para discutir as peculiaridades do Projeto de Lei Complementar nº 2/2015, que acrescenta inciso e parágrafo ao art. 136 da Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, e dá outras providências;

nº 3.395/2015, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Cabo Júlio, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Segurança Pública para debater denúncia de que cerca de 4.600 agentes penitenciários estariam no exercício de suas atividades sem o devido treinamento com arma de fogo, bem como para ouvir o agente penitenciário William Rocha, que, mesmo sem o aludido treinamento, estaria escalado para a realização de escolta de presos;

nº 3.396/2015, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado Cabo Júlio e do deputado Professor Neivaldo, em que solicitam, nos termos do art. 165 do Regimento Interno, seja encaminhada questão de ordem ao Presidente desta Casa para que se pronuncie sobre o Requerimento de Comissão nº 3.352/2015, aprovado no dia 2/9/2015, em reunião da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, o qual solicita seja realizada audiência pública dessa comissão para debater o sistema prisional do Vale do Aço, tendo em vista que, nos termos do art. 102, VX, alínea "c", do Regimento Interno, é competência da Comissão de Segurança Pública discutir a política carcerária do Estado;

nº 3.397/2015, do deputado Sargento Rodrigues, do deputado Cabo Júlio e do deputado Professor Neivaldo, em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Procuradoria-Geral de Justiça, ao Comando-Geral da Polícia Militar, à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral dos Bombeiros Militares do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a criação imediata de uma força-tarefa permanente e interinstitucional voltada para a investigação e combate da violência contra profissionais da área de segurança pública, tendo em vista levantamento segundo o qual, desde 2003, já foram assassinados 184 profissionais da segurança pública;

nº 3.398/2015, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e à Chefia da Polícia Civil pedido de providências para a designação de equipe e instalação de posto ou serviço de medicina legal no Município de São Sebastião do Paraíso;

nº 3.399/2015, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao Tribunal de Justiça pedido de providências para a ampliação do quadro de servidores na Comarca de São Sebastião do Paraíso;

nº 3.400/2015, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado, à Secretaria de Estado de Defesa Social, à Chefia da Polícia Civil e ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para reforçar o cinturão de segurança pública nos municípios que fazem divisa com o Estado de São Paulo, com vistas a conferir maior efetividade às ações de combate ao tráfico de drogas, tráfico de armas, roubo à mão armada e demais



crimes conexos, e para a ampliação dos efetivos das polícias civil e militar, bem como para reforço de recursos destinados ao aparelhamento e qualificação das unidades, considerando-se a localização próxima às divisas;

nº 3.401/2015, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado à Superintendência da Polícia Federal em Minas Gerais pedido de providências para intensificar a atuação e fortalecer as ações de repressão qualificada ao tráfico de drogas, de armas e de explosivos nos municípios mineiros que fazem divisa com o Estado de São Paulo, considerando-se o aumento expressivo da incidência desses crimes nessas regiões;

nº 3.402/2015, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e à Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de providências para o fortalecimento das ações e campanhas de prevenção ao uso de drogas, especialmente dos trabalhos do Proerd, a cargo da Polícia Militar;

nº 3.403/2015, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao prefeito municipal de São Sebastião do Paraíso pedido de providências para que sejam implementadas ações direcionadas à prevenção social da criminalidade, também com ampliação de câmeras de videomonitoramento nos locais de maior índice de infrações; destinação de guardas municipais para atuação nas escolas e ampliação das ações de iluminação pública;

nº 3.406/2015, do deputado Sargento Rodrigues e do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicitam seja encaminhado ao Comando-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedido de providências para que sejam ampliadas a fiscalização e o monitoramento das vias de São Sebastião do Paraíso e região, incluindo, no âmbito de sua competência, a BR-265, considerando-se a proximidade com o Estado de São Paulo e o crescimento dos índices de criminalidade da região;

nº 3.407/2015, do deputado Professor Neivaldo, em que solicita seja encaminhado ao Comando da Polícia Militar de Montes Claros pedido de providências para que seja apurada a denúncia de abuso de poder durante manifestação popular, em 7/9/2015, contra uma indígena xacriabá.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o seguinte requerimento:

nº 3.411/2015, do deputado Ivair Nogueira, em que solicita seja realizada reunião da Comissão de Segurança Pública no Município de Liberdade para debater o aumento da criminalidade no município e região.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2015.

Sargento Rodrigues, presidente.

#### **ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/9/2015**

Às 10h15min, comparece na Câmara Municipal de Pará de Minas o deputado Antônio Jorge, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Fabiano Tolentino. Havendo número regimental, o presidente, deputado Antônio Jorge, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o avanço do uso de crack no Município de Pará de Minas e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Sandra Maria de Almeida Lima, diretora de Qualidade Educacional, representando Valéria de Assis Mendonça, secretária municipal de Educação de Pará de Minas; Neide Maria de Almeida, presidente do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas da Secretaria Municipal de Saúde de Pará de Minas; e Viviane Cristina de Soares Carvalho, coordenadora do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas – CAPS–AD de Pará de Minas; e os Srs. Antônio Júlio de Faria, prefeito municipal de Pará de Minas; Carlos Roberto Lázaro, presidente da Câmara Municipal de Pará de Minas; Cléber de Faria Silva, secretário municipal de Saúde de Pará de Minas; Daniel Fioravante Barbosa, secretário municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de Pará de Minas; José Raimundo de Almeida, vice-presidente do Conselho Municipal dos Direitos dos Idosos de Pará de Minas da Secretaria Municipal de Saúde Pará de Minas; Francis Diniz Guerra, delegado de Polícia Civil de Pará de Minas; e Pedro Henriques de Lima, coordenador da Comunidade Terapêutica Feminina Só Vida – Pará de Minas, que são convidados a tomar assento à mesa. Na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, o presidente, deputado Antônio Jorge, tece suas considerações iniciais. Em seguida, passa a palavra ao deputado Fabiano Tolentino para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam sua exposição. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2015.

Antônio Jorge, presidente. – Ione Pinheiro – Leandro Genaro.

#### **ATA DA 33ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/9/2015**

Às 14h8min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Tiago Ulisses, Cabo Júlio, Cristiano Silveira e João Magalhães (substituindo estes, respectivamente, os deputados Arnaldo Silva, Rogério Correia e Vanderlei Miranda, por indicação da liderança do BMM), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. São retirados da pauta por determinação do presidente da comissão os Projetos de Lei nºs 425, 484, 1.793 e 2.544/2015, por haverem sido apreciados em reunião anterior, e as Mensagens nºs 60, 62 a 71/2015 e o Projeto de Lei nº 2.720/2015, por não cumprirem pressupostos regimentais. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela retificação do regime especial de tributação encaminhado pela Mensagem nº 61/2015, o qual conclui pela apresentação de projeto de resolução (relator: deputado Tiago Ulisses). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, desconvoca reunião da mesma data, às 17 horas, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 9 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Felipe Attiê – Rogério Correia – João Alberto.

**ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/9/2015**

Às 14h40min, comparecem na Câmara Municipal de Montes Claros os deputados Gil Pereira e Bosco, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Dilzon Melo, Carlos Pimenta e Felipe Attiê. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a energia solar fotovoltaica e as demandas de energia elétrica do Norte de Minas, bem como discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. José Guilherme Ramos, subsecretário de Política Mineral e Energética, representando o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico; Samuel Franklin Fernandes Maurício, gestor ambiental da Supram Norte de Minas, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; João dos Reis Canela, reitor da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes; Ruy Adriano Borges Muniz, prefeito municipal de Montes Claros; José Marcos Martins de Freitas, presidente da Câmara Municipal de Montes Claros; Márcio Eli Moreira, engenheiro de Tecnologia e Normatização, representando o presidente da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig; Lúcio Regis de Souza Cruz, assessor da presidência, representando o presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A.; Rodrigo Sawaia, diretor executivo, representando o presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - Absolar - São Paulo; Pávilo Bernardina de Miranda, presidente da Agência de Desenvolvimento da Região Norte de Minas – Adenor; Orlando Machado Pinto, presidente da Associação dos Irrigantes do Norte de Minas – Adirnorte; Jamil Habib Curi, presidente do Conselho Superior da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros – ACI; João Nilton Castro Martins, superintendente do Banco do Nordeste; Vinícius Versiani de Paula, prefeito municipal de Patis; Léo Silveira, prefeito municipal de Pirapora; João Aparecido de Souza, representante do Distrito de Irrigação de Jaíba; Décio Bruxel, empresário da região, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência, na qualidade de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos deputados presentes e aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de setembro de 2015.

Bosco, presidente – Sargento Rodrigues – Elismar Prado.

**ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/9/2015**

Às 14h35min, comparecem na Sala das Comissões os deputados João Magalhães, Agostinho Patrus Filho, Cabo Júlio e Fábio Cherem, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Tony Carlos. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Magalhães, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Agostinho Patrus Filho, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 3/9/2015: ofícios da Cel. PM Rosângela de Souza Freitas, diretora de Educação Escolar e Assistência Social da Polícia Militar de Minas Gerais; e da Sra. Sinara Inácio Meireles Chenna, presidente da Copasa-MG. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.039/2015 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça (relator: deputado Cabo Júlio). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.290, 3.291, 3.292 e 3.293/2015. São recebidos pelo presidente e aprovados os requerimentos:

nº 3.405/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Administração Pública com a finalidade de reivindicar solução rápida quanto a ausência de prestação de serviço pelo Samu, bem como a existência de ambulâncias estacionadas em pátios de prefeituras sem a devida utilização;

nº 3.408/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais pedido de providências para a abertura de negociação com o Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância do Estado de Minas Gerais – Sinjus-MG – quanto ao alcance de melhorias salariais, conforme pauta reiteradamente apresentada pela categoria.

É recebido pela presidência, para posterior apreciação, o requerimento:

nº 3.404/2015, dos deputados Ivair Nogueira e João Alberto, em que solicitam seja realizada audiência pública da Comissão de Administração Pública para debater as parcerias público-privadas do Estado de Minas Gerais, o acompanhamento da gestão dos contratos, o desenvolvimento das atividades e os indicadores de desempenho.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2015.

João Magalhães, presidente – Cristina Corrêa – Gustavo Valadares – Cabo Júlio – Sargento Rodrigues.

**ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 8/9/2015**

Às 15h39min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir, Elismar Prado e Neilando Pimenta (substituindo o deputado Bonifácio Mourão, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de

requerimento do deputado Neilando Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mail* do Sr. Otacílio Júnior, aprovado dentro do número de vagas de portadores de deficiência física no concurso da Polícia Civil e considerado não deficiente pela perícia realizada pela Acadepol, questionando os critérios utilizados pela perícia. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* em 20/8/2015: do Sr. Jorge Bastos, diretor-geral da ANTT. O presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 1.910/2015, em turno único, do qual designou como relator o deputado Bonifácio Mourão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 1.015/2015 é retirado da pauta por deliberação da comissão a requerimento do deputado Arnaldo Silva. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.131 e 2.144/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 3.206, 3.207, 3.208 e 3.209/2015. Em seguida, são recebidos e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.427/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para discutir a interrupção do pagamento da Bolsa Caade, tendo como convidado o secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania;

nº 3.430/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja realizada reunião com convidados da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência para exibição das filmagens da visita técnica realizada por esta comissão ao Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa – no dia 31/8/2015.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.436/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para avaliar a possibilidade de encaminhamento à Assembleia Legislativa de Minas Gerais de projeto de lei que trate da isenção tributária sobre impostos estaduais, entre eles o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação – ITCD – às pessoas com deficiência que sejam hipossuficientes;

nº 3.437/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado à Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte – BHTrans – pedido de providências para promover a capacitação dos motoristas e agentes de bordo para garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida que utilizam o serviço de transporte coletivo de passageiros por ônibus no Município de Belo Horizonte;

nº 3.438/2015, do deputado Arnaldo Silva, em que solicita seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte pedido de informações sobre o Programa Maior Cuidado, com dados sobre o público atendido e as ações desenvolvidas;

nº 3.440/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon–MG – pedido de providências para orientar e fiscalizar os estabelecimentos comerciais em funcionamento no Estado com relação às adequações de acessibilidade para atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;

nº 3.441/2015, do deputado Duarte Bechir, em que solicita seja encaminhado ao chefe da Polícia Civil de Minas Gerais pedido de informações sobre os critérios utilizados pela perícia médica para verificação da deficiência dos candidatos inscritos nos concursos públicos em andamento naquela instituição.

A seguir, é aprovado relatório de visita da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência ao Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção realizada no dia 31/8/2015, às 14h30min, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de setembro de 2015.

Duarte Bechir, presidente – Bonifácio Mourão – Dalmo Ribeiro Silva.

## **RELATÓRIO DE VISITA**

### **Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência Local visitado: Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção Apresentação**

A requerimento do deputado Duarte Bechir, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência visitou, no dia 31/8/2015, o Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa –, em Betim, com o objetivo de conhecer as atividades desenvolvidas pela instituição e ouvir as demandas das famílias por ela atendidas.

Participaram da visita o deputado Duarte Bechir, presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, e Márcia Brandão Magalhães, mãe de um adolescente com deficiência e representante da Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais – Apape. O parlamentar foi recebido pela diretora-presidente do Censa, Natália Inês Costa, pelo gerente de desenvolvimento, Luiz Henrique da Silva Pimentel, e por Marcelo Simões Lima, gerente financeiro. Também estiveram presentes familiares de pessoas atendidas pela instituição.

### **Relato**

No início da visita, a diretora-presidente fez um breve histórico do Centro Especializado Nossa Senhora D'Assumpção – Censa – e discorreu sobre a sua estrutura, o público atendido e a proposta de trabalho.

O Censa foi fundado em 1964 pela educadora Ester Assumpção, a partir de uma iniciativa de hospedar crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais, provenientes de diferentes localidades do Brasil e que se dirigiam a Belo Horizonte para participar das atividades do Instituto Pestalozzi e de atendimentos de saúde. Para evitar o deslocamento diário, a educadora passou a promover as atividades escolares e os atendimentos terapêuticos no próprio estabelecimento.

Atualmente a instituição dispõe de quatro prédios em que funcionam as instalações administrativas, alojamento, consultórios, enfermaria, farmácia, salas de aula, de informática e para realização de oficinas, lavanderia industrial, rouparia, cozinha industrial, refeitório e instalações de apoio para os funcionários. A entidade ainda conta com uma área verde de 22.000m<sup>2</sup>, com duas piscinas, parque adaptado para adultos, um campo de futebol e uma quadra poliesportiva.

O Censa atende adolescentes, adultos e idosos com deficiência intelectual, associada ou não a outras deficiências, e que apresentem um grau de dependência que demande um apoio pervasivo. Esse tipo de apoio integra a classificação da Associação Americana de Deficiências Intelectuais e do Desenvolvimento, que sugere quatro níveis de apoio conforme o tipo e o grau de dependência apresentados.

O apoio pervasivo é o mais intenso da classificação, voltado a pessoas que, em virtude do seu comprometimento, necessitam de suporte constante de uma equipe multiprofissional em todos os ambientes, durante toda a vida.

São atendidas 98 pessoas, e a equipe é composta por 131 funcionários. A capacidade atual de atendimentos, segundo Marcelo Simões, é de 200 pessoas. A maior parte do público é hospedada em período integral, por tempo indeterminado. De acordo com a proximidade e a possibilidade de acolhimento pela família, o atendido costuma sair da instituição em alguns períodos, como datas comemorativas ou feriados. São também previstas as modalidades de atendimentos diários, em que a pessoa volta para casa à noite, e de hospedagem periódica durante finais de semana, férias ou conforme as necessidades da família.

De acordo com Natália Costa, o foco do trabalho da instituição é o estímulo ao comportamento adaptativo, com base no pressuposto de que as potencialidades do indivíduo coexistem com as suas limitações. O comportamento adaptativo diz respeito ao conjunto de habilidades sociais, práticas e conceituais necessárias para se responder às exigências da vida cotidiana.

Ainda segundo a diretora-presidente, o modelo de intervenção compreende o treino individual, a organização de rotinas fixas e estruturadas e a orientação familiar.

A entidade proporciona acompanhamento clínico em diversas áreas, como clínica geral, psiquiatria, pediatria, psicologia, fisioterapia, terapia ocupacional, fonoaudiologia, nutrição, enfermagem e farmácia. O Censa também funciona como escola especial, com atividades voltadas para a alfabetização ou a manutenção de habilidades de escrita e leitura de educandos já alfabetizados.

São desenvolvidas ainda atividades esportivas, artísticas e recreativas, além de oficinas pedagógicas, em que os atendidos produzem trabalhos artesanais. Nessas oficinas, o foco não é apenas o trabalho realizado, mas a exploração do potencial do educando, o treino de habilidades e o estímulo à responsabilidade dos participantes.

Conforme a diretora-presidente, o modelo de atuação da entidade tem funcionado devido à falta de serviços públicos similares, embora exista uma grande demanda por eles (especialmente devido à desestruturação ou ao envelhecimento das famílias). Além disso, Natália Costa destacou a viabilidade econômica do modelo, que possibilita a concentração de diferentes modalidades de serviços em um único espaço.

O gerente financeiro informou que os custos para cada pessoa atendida variam bastante, pois as necessidades são muito diversas. Assim, os gastos podem variar de R\$2.000,00 a R\$12.000,00 por mês. Alguns indivíduos requerem maiores gastos por causa de necessitarem de cuidados especiais, como o uso de cilindros de oxigênio.

O atendimento do Censa é particular ou por meio de convênios. A diretora-presidente destacou um aumento no número de famílias que conseguem vaga na entidade por meio da judicialização – nesses casos, os recursos podem ser oriundos do Estado ou dos municípios, de acordo com a decisão judicial.

Os familiares presentes à visita relataram suas experiências e falaram sobre a instituição. Um ponto comum nesses relatos foi a preocupação pelo bem-estar das pessoas com deficiência no momento em que os pais ou responsáveis já não tiverem condições de prover a atenção necessária. Alguns pais disseram já não ter possibilidade de cuidar adequadamente de seus filhos, em virtude da idade ou de problemas de saúde, ou ainda devido à intensidade de apoio requerida – principalmente nos casos em que o comportamento do atendido pode apresentar risco à sua segurança ou à de outras pessoas, demandando vigilância constante.

Os relatos dos familiares acerca do Censa são muito positivos. Para os pais, a instituição atende adequadamente a seus filhos e proporciona certos cuidados que não seriam possíveis em casa.

### **Conclusão**

A visita foi proveitosa, pois permitiu à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência conhecer um serviço de atenção que tem sido objeto de demanda dos pais de pessoas com deficiência.

Cabe observar que o Sistema Único de Assistência Social – Suas – prevê serviços de acolhimento em unidades institucionais ou residenciais para a pessoa com deficiência sem condições de autossustentabilidade e suporte familiar. O Suas também prevê o serviço de centro-dia, que recebe, durante o período diurno, jovens e adultos com deficiência em situação de dependência.

A rede de serviços, no entanto, ainda é insuficiente para atender à grande demanda da população. Deve-se considerar ainda a importância de quebra das barreiras que impedem a participação das pessoas com deficiência, mesmo que graves, na sociedade. Dessa forma, é fundamental que as pessoas e os serviços disponíveis na comunidade, nas diversas áreas, estejam preparados para receber a pessoa com deficiência, com foco na inclusão social.

Sala das Comissões, 8 de setembro de 2015.

Duarte Bechir, presidente.

## **ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 9/9/2015**

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e os deputados Bosco, Thiago Cota e Wander Borges, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Wander Borges, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar matéria constante na pauta e discutir e votar proposições da Comissão. A seguir, o presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 2.157/2015, em turno único (deputada Ione Pinheiro), Projeto de Lei nº 1.308/2015, no 1º turno (deputado Thiago Cota). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação é aprovado o Requerimento nº 2.143/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.470/2015, das deputadas Ione Pinheiro e Cristina Corrêa e do deputado Wander Borges, em que solicitam seja encaminhado ao governador do Estado e à Prefeitura de Belo Horizonte pedido de providências para estudar a viabilidade de criação da Casa dos Artistas para o acolhimento desses artistas;

nº 3.474/2015, da deputada Ione Pinheiro e do deputado Wander Borges, em que solicitam seja formulada manifestação de pesar pelo falecimento de Lourdes Araújo, atriz do grupo de teatro Ponto de Partida, no Município de Barbacena;

nº 3.475/2015, das deputadas Ione Pinheiro e Cristina Corrêa e do deputado Wander Borges, em que solicitam sejam encaminhadas ao governador do Estado e ao prefeito de Belo Horizonte as notas taquigráficas da audiência pública da comissão, realizada em 26/8/2015, para debater a situação dos Teatros da Cidade e Kleber Junqueira, ambos localizados na capital;

nº 3.476/2015, das deputadas Ione Pinheiro e Cristina Corrêa e do deputado Wander Borges, em que solicitam seja realizada visita à Prefeitura de Belo Horizonte para discutir a situação dos Teatros da Cidade e Kleber Junqueira;

nº 3.479/2015, do deputado Paulo Lamac, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia para a entrega dos diplomas referentes a votos de congratulações com a banda mineira Sepultura, pela ocasião de seus 30 de anos de carreira;

nº 3.482/2015, do deputado Ulysses Gomes, em que solicita seja realizada audiência pública para debater, com a presença do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha-MG –, o Projeto de Lei 2.130/2015, que declara patrimônio cultural do Estado o processo de fazer tricô do Município de Monte Sião;

nº 3.484/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Fundação Clóvis Salgado pelos 45 anos de sua fundação;

nº 3.485/2015, do deputado Ricardo Faria, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Cultura pedido de providências para a inclusão de programa de música erudita da Orquestra Sinfônica de Minas Gerais na programação da Rádio Inconfidência, nos moldes do programa *Um Toque de Classe*, da extinta Rádio Guarani;

nº 3.486/2015, das deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e dos deputados Bosco, Thiago Cota e do deputado Wander Borges, em que solicitam seja entregue ao Sr. Augusto Nunes Filho, presidente da Fundação Clóvis Salgado, em reunião da Comissão de Cultura, diploma referente a voto de congratulações pelos 45 anos dessa fundação;

nº 3.487/2015, das deputadas Cristina Corrêa e Ione Pinheiro e do deputado Wander Borges, em que solicitam seja formulado voto de congratulações com o grupo Ponto de Partida por ocasião dos 35 anos dessa companhia de teatro do Município de Barbacena.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2015.

Bosco, presidente – Wander Borges – Ione Pinheiro – Cristina Corrêa.

#### **ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/9/2015**

Às 9h45min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Paulo Lamac, Douglas Melo e Ivair Nogueira, membros da supracitada comissão. Estão presentes também os deputados Rogério Correia, Duarte Bechir e Noraldino Júnior. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a gestão democrática nas escolas públicas, especialmente no que se refere aos requisitos para habilitação dos interessados em concorrer a eleição ao cargo de diretor e à função de vice-diretor escolar e a discutir e votar proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Maria Belo de Abreu, presidente da Associação de Diretores de Escolas Oficiais do Estado de Minas Geras – Adeomg; e Elizete Alves Macedo Matoso, presidente do Colegiado dos Dirigentes de Escolas da Regional de Curvelo; e os Srs. Antônio David de Sousa Júnior, subsecretário de Gestão de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Educação representando a secretária dessa pasta; Leonardo de Souza Lima, presidente do Colegiado de Diretores Escolares da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana A; Márcio Antonio Fonseca, presidente do Colegiado de Diretores Escolares da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana B; Frederico Maximiliano Vieira dos Santos, presidente do Colegiado de Diretores Escolares da Superintendência Regional de Ensino Metropolitana C; Hércules Macedo, chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Educação; e Webter Silvino, superintendente da Regional Metropolitana B, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de setembro de 2015.

Paulo Lamac, presidente – Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/9/2015**

Às 10h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Bosco, Elismar Prado (substituindo o deputado Tony Carlos, por indicação da liderança do BMM) e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado João Vítor Xavier, por indicação da liderança do BVC), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Bosco, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Alex Sandro Feil, superintendente de Comunicação e Relações Institucionais da Aneel, publicado no *Diário do Legislativo* em 3/9/2015. Comunica também o recebimento de mensagem do Sr. Luiz José Vieira, recebida por meio do Fale com a Assembleia, em 23/8/2015, pedindo ajuda para a comunidade de Água Nova, no Município de Luizlândia, que está precisando de 800m de tubulação para ligar água numa caixa prestes a rachar, por estar ficando seca, e eles sem água. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são

aprovados os Requerimentos nºs 2.015 e 2.145/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pelo presidente, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.488/2015, do deputado João Alberto, em que solicita seja realizada audiência pública para debater acerca de soluções que garantam a implementação da universalização do acesso e uso da energia elétrica, visando atender todos os usuários cadastrados que ainda não foram contemplados em programas do governo;

nº 3.489/2015, do deputado Lafayette de Andrada, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a redução da alíquota do ICMS incidente sobre o serviço de fornecimento de energia elétrica para as empresas da região da Zona da Mata e Campo das Vertentes;

nº 3.490/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Administração Pública para debater a instalação de sistema de energia solar e captação de água da chuva nos prédios públicos do Estado;

nº 3.491/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de providências para viabilizar a extensão da rede de energia elétrica até a comunidade de Água Nova, no Município de Luislândia, conforme solicitado por meio da mensagem nº 52140, de 23/8/2015, encaminhada ao Centro de Atendimento ao Cidadão da ALMG – CAC;

nº 3.492/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Paranaíba – Codevasf –, pedido de providências para viabilizar a instalação de 800 metros de tubulação para o abastecimento de água à comunidade de Água Nova, no Município de Luislândia, conforme solicitado por meio da mensagem nº 52140, de 23/8/2015, encaminhada ao Centro de Atendimento ao Cidadão da ALMG – CAC;

nº 3.493/2015, do deputado Isauro Calais, em que solicita seja realizada audiência pública para debater a utilização de energia solar, aquecimento solar de água e reaproveitamento de água de chuva nas residências, comércios e indústrias mineiras;

nº 3.494/2015, do deputado Deiró Marra, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com as Comissões de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em Patrocínio, para debater a implantação do projeto de exploração de minério pela Vale nesse município;

nº 3.495/2015, do deputado Gustavo Valadares, em que solicita seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 2.817/2015, que altera a lei nº 6.763, de 26 de dezembro de 1975, que consolida a legislação tributária do Estado, e os impactos na energia elétrica na área comercial;

nº 3.496/2015, dos deputados João Vítor Xavier e Luiz Humberto Carneiro, em que solicitam seja realizada audiência pública, em Patrocínio, para debater a exploração de minério nesse município e as razões da não implantação da planta química, uma vez que a população não se conforma em ficar com os prejuízos decorrentes do extrativismo sem ter a contrapartida dos empregos que poderão ser gerados com a implantação;

nº 3.497/2015, do deputado Antônio Carlos Arantes, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para debater, com os órgãos governamentais e com a Cemig, a bioeletricidade, visando equacionar entraves, como a falta de estrutura da rede e as negociações das conexões das empresas do setor sucroenergético;

nº 3.498/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita seja realizada visita à Exposibram 2015 – Exposição Internacional de Mineração – e ao Congresso Brasileiro de Mineração – Mineração no Mundo da Inovação – no período de 14 a 19/9/2015, no Expominas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2015.

Gil Pereira, presidente – Dilzon Melo – Glaycon Franco.

#### **ATA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 10/9/2015**

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo, Sargento Rodrigues e Isauro Calais (substituindo o deputado Noraldino Júnior, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Dilzon Melo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Sargento Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a fazer um balanço dos 25 anos do Código de Defesa do Consumidor e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício do Sr. Paulo Cesar de Souza Rangel, diretor-presidente do BH Airport, prestando esclarecimentos referentes aos Requerimentos nºs 2.609, 2.613 e 2.615/2015, aprovados pela comissão; comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* de 27/8/2015: ofícios dos Srs. Marcos Antônio Borges, executivo de relações institucionais da Oi – Minas Gerais (27/8/2015); Paulo Cesar Marcondes Pedrosa, presidente do Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Belo Horizonte; e em 3/9/2015, dos Sr. Geraldo Flávio Vasques, procurador-geral de justiça adjunto institucional. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Maria Lúcia Scarpelli dos Santos, coordenadora-geral do Procon Municipal de Belo Horizonte; e Lúcia Pacífico, presidente do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais; e os Srs. Fernando Ferreira Abreu, coordenador do Procon Estadual de Minas Gerais; Marcelo Rodrigo Barbosa, coordenador do Procon Assembleia; Rodrigo Fabiano de Almeida, analista do Banco Central do Brasil; e Bruno de Almeida Lewer Amorim, diretor do Lar do Consumidor, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência faz uso da palavra, como autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pelo presidente e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 3.501/2015, do deputado Cabo Júlio, em que solicita sejam encaminhados à Caixa Econômica Federal as notas taquigráficas da reunião da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, ocorrida em 27/8/2015, e pedido de informações sobre a possibilidade legal de financiar imóveis sem o “habite-se”;

nº 3.502/2015, do deputado Cabo Júlio e do deputado Elismar Prado, em que solicitam seja realizada visita da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte à Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, juntamente com a Comissão de Moradores do Residencial Santa Luzia Life, para debater as irregularidades na entrega dos imóveis deste condomínio pela Construtora Tenda S.A.;

nº 3.503/2015, do deputado Cabo Júlio e do deputado Elismar Prado, em que solicitam seja encaminhado às operadoras de telefonia móvel pedido de informações sobre o motivo pelo qual o Residencial Santa Luzia Life não possui acesso ao sinal de telefonia fixa e móvel e sobre as providências que serão tomadas para a resolução desse problema;

nº 3.504/2015, do deputado Elismar Prado, em que solicita seja a manifestação de aplauso prevista no Requerimento nº 1.894/2015, ao Sr. Marco Aurélio Cunha de Almeida, contador, e aos os membros da comissão organizadora da 10ª Convenção de Contabilidade de Minas Gerais, entregue presencialmente pela comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte;

nº 3.505/2015, do deputado Fred Costa, em que solicita seja realizada audiência pública conjunta das Comissões de Defesa do Consumidor e do Contribuinte e de Assuntos Municipais e Regionalização para debater as alterações relativas à quantidade e ao peso de produtos oferecidos ao consumidor, sem a devida informação clara, precisa e ostensiva;

nº 3.506/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja realizada audiência pública da comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte com a finalidade de verificar a destinação das verbas oriundas das multas de trânsito, conforme determina o Código de Trânsito Brasileiro;

nº 3.507/2015, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja encaminhado ao prefeito municipal de Belo Horizonte e ao presidente da BHTrans pedido de informação sobre o montante de multas efetuadas nos últimos cinco anos das multas categorizadas por agentes públicos municipais e policiais, bem como aquelas geradas por radares, considerando a Lei de Acesso à Informação nº 12.527, de 2011, além do art. 37, *caput*, da Constituição Federal, bem como arts. 73 e 76 da Constituição Estadual.

São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.499/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja realizada visita da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte ao Detran de Juiz de Fora, tendo em vista as inúmeras reclamações referentes ao agendamento para vistoria de veículos;

nº 3.500/2015, do deputado Noraldino Júnior, em que solicita seja encaminhado ao Detran-MG pedido de providências para a melhoria na prestação do serviço de agendamento de exames para a renovação da carteira nacional de habilitação em Juiz de Fora.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 17 de setembro de 2015.

Elismar Prado, presidente – Noraldino Júnior – Anselmo José Domingos.

#### **ATA DA 26ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 23/9/2015**

Às 15h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago, Carlos Pimenta, Doutor Jean Freire, Glaycon Franco e Geraldo Pimenta, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Antônio Jorge. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação dos leitos de CTI no Estado, apreciar a matéria constante na pauta e discutir votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofício da Sra. Rochele Vignoli Fujimoto, da diretoria hospitalar do Centro Psíquico da Adolescência e Infância – Cepai – da Fhemig, informando que o caso do menor G.P.S.C. foi referenciado ao Programa de Saúde da Família para avaliação pela equipe complementar de saúde mental (psiquiatria e psicologia) e por neurologista; e que a mãe foi ainda orientada, caso na regional não exista esse atendimento, sobre a necessidade de um encaminhamento por escrito, para que o Cepai possa reavaliar e atender o paciente, respeitando-se o protocolo de fluxo do SUS; *e-mail*, em 17/9/2015, da Sra. Maria de Fátima Teles, solicitando que esta comissão se empenhe em uma solução ao problema do fechamento do Hospital São João de Deus, no Município de Santa Luzia; e ofício da Sra. Cláudia Navarro Carvalho Duarte Lemos, 1ª-secretária do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, publicado no *Diário do Legislativo* em 17/9/2015. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 1.183 e 2.266/2015, ambos em turno único (deputado Arlen Santiago), Projeto de Lei nº 2.205/2015, em turno único (deputado Carlos Pimenta), Projeto de Lei nº 893/2015, em turno único (deputado Doutor Jean Freire), e Projeto de Lei nº 2.167/2015, no 1º turno (deputado Glaycon Franco). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Yara Cristina Neves Marques Barbosa Ribeiro, diretora assistencial da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig –, representando a presidente; Cibele Alves de Carvalho, vice-presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado; Maeli Estrela Borges, engenheira sanitária e membro do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Minas Gerais – ABES – MG –; Fátima Lúcia Guedes Silva, presidente da Sociedade Mineira de Terapia Intensiva – Somiti –; Lourdes A. Machado, diretora de Comunicação do Conselho Estadual de Saúde; e os Srs. Danilo Borges Matias, diretor de Políticas e Gestão Hospitalar da Secretaria de Estado de Saúde, representando o secretário; Gilmar de Assis, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado; Porfírio Marcos Rocha Andrade, superintendente-geral do Grupo Santa Casa de Belo Horizonte, representando o provedor; Bruno Diniz, secretário Municipal de Saúde de Sarzedo e presidente do Cosems –Regional BH – Guilherme Gonçalves Riccio, superintendente de Assistência à Saúde do Grupo Santa Casa de Belo Horizonte; Carlos Eduardo Ferreira, assessor científico do Núcleo de Pesquisa do Instituto Mário Penna; Ederson Alves da Silva, vice-presidente, Júlio César Pereira Souza, 1º-secretário da Mesa e Renato Barros, 2º secretário, todos do Conselho Estadual de Saúde, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Doutor Jean Freire, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Nesse momento, o presidente recebe cópia do documento com a apresentação feita pelo prefeito de Conselheiro Lafaiete, em audiência pública realizada no dia 16/9/2015, nesse município, com o título “Pronto-Socorro Municipal ou Hospital Regional – Desejo x Realidade”. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 2.218, 2.226, 2.246, 2.273 e 2.274/2015. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem



do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, para posterior apreciação, os seguintes requerimentos:

nº 3.657/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão de Saúde para debater o convênio celebrado entre a Fundação Badaró Júnior, de Minas Novas, e a Secretaria de Estado de Saúde, em 2013, para a realização de obra e a aquisição de equipamentos de hemodiálise para atender os cidadãos do município e região;

nº 3.658/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde – CAO Saúde –, à Defensoria Pública e à Procuradoria da República em Minas Gerais – PRMG – pedido de providências para ajustarem um termo de cooperação técnica cujo objeto seja a possibilidade de os defensores públicos estaduais e os promotores de justiça demandarem contra a União nas ações que versem sobre direito à saúde;

nº 3.659/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde Indígena do Ministério da Saúde pedido de providências, acompanhado do Ofício nº 143/2015, da Prefeitura de São João das Missões, para a apuração das denúncias relativas à não aplicação dos recursos destinados ao atendimento de saúde indígena pelo Hospital Municipal Gerson Dias, em Itacarambi, e para a transferência desses recursos para o Hospital de Amparo ao Homem do Campo, em Manga;

nº 3.660/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde pedido de providências com vistas à celebração de convênio para a reabertura de 15 leitos do CTI da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, principalmente de UTI neonatal cardíaca, que foram abertos na época da Copa do Mundo e depois fechados;

nº 3.661/2015, do deputado Arlen Santiago, em que solicita seja encaminhado ao Ministério Público Federal pedido de providências, acompanhado do Ofício nº 143/2015, da Prefeitura de São João das Missões, para a apuração das denúncias relativas à não aplicação dos recursos destinados ao atendimento de saúde indígena pelo Hospital Municipal Gerson Dias, em Itacarambi.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2015.

Arlen Santiago, presidente – Carlos Pimenta.

#### **ATA DA 44ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/9/2015**

Às 7h42min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Celise Laviola e os deputados Tiago Ulisses, Vanderlei Miranda, Felipe Attiê e Rogério Correia, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Geisa Teixeira e os deputados Durval Ângelo, Léo Portela, Paulo Lamac, Cristiano Silveira e Professor Neivaldo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Tiago Ulisses, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e anunciada a votação do Projeto de Lei nº 2.817/2015, no 2º turno, são apresentados requerimentos pelo deputado Felipe Attiê em que solicita o adiamento da votação e que este requerimento seja votado pelo processo nominal. Submetidos a votação, são rejeitados os requerimentos, registrando-se o voto contrário do deputado Felipe Attiê. Submetido a votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.817/2015, na forma do vencido no 1º turno, com as Emendas nºs 1 e 2 (relator: deputado Tiago Ulisses), registrando-se o voto contrário do deputado Felipe Attiê. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de setembro de 2015.

Tiago Ulisses, presidente – Vanderlei Miranda – Celise Laviola – Professor Neivaldo.

#### **ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 30/9/2015**

Às 15h10min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Arlen Santiago e Carlos Pimenta, membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Wilson Batista e Felipe Attiê. Havendo número regimental, o presidente, deputado Arlen Santiago, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater os impactos do programa de prevenção ao câncer de mama realizado pela Secretaria de Estado de Saúde em parceria com a Sociedade Brasileira de Mastologia e o Projeto de Lei nº 2.876/2015, que cria o Programa de Prevenção e Combate ao Câncer Infantojuvenil – PreCoC – I, discutir e votar pareceres de redação final e proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no *Diário do Legislativo* em 26/9/2015: ofício da Sra. Adriana Lustosa Elói Vieira, coordenadora-geral de Certificação do Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde do Ministério da Saúde, e do Sr. Daniel Vergilino Flores Nunes, gerente de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Ana Maria Cardoso, coordenadora da Atenção à Mulher da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, representando o secretário, Márcia Dayrell, coordenadora da Rede de Atenção às Doenças Crônicas da Secretaria de Estado da Saúde, Cibele Alves de Carvalho, vice-presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais, Maria Ângela Ferraz Mosqueira, diretora administrativa do Instituto Mário Penna, Karla Emília de Sá Rodrigues, coordenadora médica da Pediatria do Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais, Graziela Hauck Dias, gerente da Unidade de Cuidados Pediátricos da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte, Elenice M. Medeiros, produtora de Eventos do Instituto Mário Penna, Márcia Daniela Groth Barakat, ex-paciente e voluntária Volmape do Instituto Mário Penna, Mônica Gonçalves de Moraes, gerente de Faturamento do Hospital Márcio Cunha, e Telma Campos dos Anjos, voluntária da Fundação Sara; e os Srs. Clécio Ênio Murta de Lucena, presidente da Sociedade Brasileira de Mastologia – Regional Minas Gerais –, Lincoln Lopes Ferreira, presidente da Associação Médica de Minas Gerais – AMMG –, José Maurício Lima Rezende, presidente do Conselho de Secretarias Municipais de Saúde de Minas Gerais – Cosems – MG –, também representando o presidente do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Wagner Antônio Paz, chefe da Mastologia dos

Hospitais Luxemburgo e Alberto Cavalcanti, Éder Lúcio de Souza, superintendente de Gestão Hospitalar da Fundação Benjamim Guimarães, Carlos Gutemberg, superintendente financeiro e administrativo da Fundação Sara, Carlos Eduardo Ferreira, assessor científico do Instituto Mário Penna, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais e concede a palavra ao deputado Felipe Attiê, também coautor do requerimento, para suas considerações. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 1º de outubro de 2015.

Arlen Santiago, presidente.



## ORDENS DO DIA

---

### ORDEM DO DIA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/10/2015

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 213/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre a paralisação das obras dos hospitais regionais no Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 286/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações acerca da falta de água e da superlotação no Ceresp, em Betim, que motivou o princípio de motim em 9/3/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 383/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Mineiro de Gestão de Águas pedido de informações sobre a situação do Rio Capivari, sobre o prazo de concessão de outorga às empresas de eucalipto e café presentes na região e sobre o volume de vazão autorizado para captação de água por essas empresas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 385/2015, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao comandante-geral e ao corregedor-geral da PMMG pedidos de informações sobre as medidas adotadas por essa corporação ao final das apurações de crimes militares e infração disciplinar supostamente praticados pelo 2º-Ten. PM Paulo César Pereira Chagas e sobre os resultados da adoção dessas medidas e cópias dos Requerimentos de Comissão nºs 761 e 762/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 537/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Cemig pedido de informações acerca da relação de municípios que receberam transferência de ativos de iluminação pública da companhia e qual o motivo do atraso de transferência para alguns municípios. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 681/2015, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Transportes pedido de informações acerca da situação geral dos lotes das obras da Rodovia BR-381. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 711/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita sejam encaminhados à presidente da Copasa-MG e ao diretor-geral da Arsae-MG pedidos de informações quanto ao aumento de 15,04% da tarifa de água e esgoto, principalmente os aspectos jurídico e econômico que autorizam o reajuste e o cálculo utilizado para se alcançar esse percentual. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 748/2015, do deputado Gil Pereira, em que solicita a inserção nos anais da Casa do artigo “Crise de identidade no setor elétrico”, de Diogo Mac Cord de Faria, coordenador do MBA em Setor Elétrico da FGV/Faculdade IBS, publicado no jornal *Estado de Minas* de 24/4/2015. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 783/2015, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações quanto ao andamento do projeto para construção de um presídio no Município de Poços de Caldas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 812/2015, da Comissão de Defesa do Consumidor, em que solicita sejam encaminhados à presidente da Copasa-MG pedido de informações consubstanciadas em cópia da ata do dia 23/4/2015, dessa empresa, que faz referência a aporte de R\$128.000.000,00 relativo a aditivo de parceria público-privada do setor hídrico, para cuja execução seriam empregados recursos do tesouro do Estado; e cópia do registro desse aditivo e o fundamento legal para esse aporte. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 1/2015, do deputado Fred Costa, que altera a Lei Complementar nº 89, de 12 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A Comissão de Justiça concluiu pela

constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Assuntos Municipais opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Assuntos Municipais que perdeu o prazo para emitir parecer sobre a Emenda nº 1.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 264/2015, do deputado Inácio Franco, que altera a Lei nº 20.304, de 26 de julho de 2012, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Juscelino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 266/2015, do deputado Inácio Franco, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais – IFN-MG – o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 423/2015, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Bom Despacho o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 425/2015, do deputado Paulo Guedes, que dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 20.847, de 7 de agosto de 2013, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brasília de Minas o imóvel que menciona. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 618/2015, do deputado Gustavo Valadares, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Jaboticatubas. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 974/2015, do deputado Braulio Braz, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Muriaé o trecho de rodovia que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.006/2015, do deputado Braulio Braz, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Brás Pires o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.092/2015, do deputado Wander Borges, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Caeté o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.405/2015, da deputada Ione Pinheiro, que dispõe sobre a desafetação de bem público e autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mariana o trecho rodoviário que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.552/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.497, de 19 de maio de 2008, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ouro Fino o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.609/2015, do deputado Adalclever Lopes, que autoriza a cessão de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Conceição dos Ouros. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 13/10/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.810/2015, do deputado João Vítor Xavier.

Requerimentos nºs 2.231, 2.234 a 2.236, 2.238, 2.255 a 2.262, 2.275 e 2.286/2015, do deputado Cabo Júlio; 2.403, 2.474, 2.476, 2.479, 2.482 e 2.483/2015, do deputado Noraldino Júnior; 2.436, 2.440, 2.466, 2.467, 2.527, 2.544, 2.556 a 2.558, 2.562 e 2.573/2015, do deputado Sargento Rodrigues; 2.451/2015, das Comissões do Trabalho, da Previdência e da Ação Social, de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo e de Assuntos Municipais e Regionalização; 2.528/2015, do deputado Iran Barbosa, e 2.551/2015, do deputado Paulo Lamac.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 13/10/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 13/10/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Finalidade: debater soluções que garantam a implementação da universalização do acesso e do uso da energia elétrica, visando a atender os usuários cadastrados que ainda não foram incluídos em programas do governo.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 13/10/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.457/2015, do deputado Cássio Soares, e 2.499/2015, do deputado Ulysses Gomes.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/10/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/10/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Debater, em audiência pública, a padronização do transporte escolar.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 13/10/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 13/10/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/10/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 13/10/2015**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

## 2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.412/2015, do deputado Deiró Marra.

Requerimentos nºs 2.553, 2.554 e 2.555/2015, do deputado Léo Portela.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Discussão e votação de proposições da comissão.



## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

---

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doutor Jean Freire, Emidinho Madeira, Fábio Cherem e João Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/10/2015, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a presença de convidados, com a finalidade de debater o Projeto de Lei nº 2.719/2015, que torna obrigatório o diploma de técnico em radiologia para a operação de equipamentos emissores de radiação ionizante no território mineiro, conforme solicitado pelo Conselho Regional de Técnicos em Radiologia da 3ª Região –MG; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2015.

Marília Campos, presidente.

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

#### Reunião Extraordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Nos termos regimentais, convoco os deputados Anselmo José Domingos, Celinho do Sinttrocel, Gustavo Valadares e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 13/10/2015, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 265/2015, do deputado Inácio Franco, 1.109 e 1.196/2015, do deputado Tito Torres, 1.452/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr., 1.588/2015, do deputado Carlos Pimenta, de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 1.375/2015, do deputado Durval Ângelo, 1.773/2015, do deputado Anselmo José Domingos, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 2.268/2015, do deputado Antônio Jorge, 2.290, 2.291 e 2.293/2015, do deputado Anselmo José Domingos, 2.329/2015, da Comissão de Saúde e da Comissão de Direitos Humanos, 2.387/2015, do deputado Anselmo José Domingos, 2.402/2015, do deputado Douglas Melo, 2.406/2015 e 2.407/2015, do deputado Noraldino Júnior, 2.431/2015, do deputado Duarte Bechir, 2.485/2015, do deputado Douglas Melo, 2.511/2015, da Comissão de Administração Pública, de discutir e votar pareceres de redação final e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2015.

Deiró Marra, presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

---

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.127/2015

#### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

##### Relatório

De autoria do deputado Thiago Cota, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Barro Preto, com sede no Município de Mariana.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

##### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 2.127/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Barro Preto, com sede no Município de Mariana, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo o desenvolvimento comunitário e a promoção da cidadania.

Com esse propósito, a instituição realiza ou promove, em cooperação com órgãos afins, estudos e pesquisas concernentes ao universo de questões que afetam a cidadania e a qualidade de vida de todos os que se relacionam com o bairro; incentiva a realização de atividades sociais, culturais e desportivas de maneira a criar oportunidades de lazer, intercâmbio e solidariedade entre os moradores e comerciantes; promove campanhas de mobilização e esclarecimento da opinião pública acerca dos direitos e deveres dos cidadãos da região.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela entidade em prol dos moradores do Município de Mariana, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

##### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.127/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2015.

Geisa Teixeira, relatora.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.158/2015**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório**

De autoria do deputado Tiago Ulisses, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Sara Aparecida, com sede no Município de Lagoa da Prata.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.158/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Sara Aparecida, com sede no Município de Lagoa da Prata, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social e a promoção da cidadania.

Com esse propósito, a instituição fornece alimentação a famílias carentes previamente cadastradas; oferece educação infantil, norteada pelos princípios de igualdade, liberdade, ideais de solidariedade, buscando o desenvolvimento integral da criança em seu aspecto físico, afetivo, cognitivo e social; e, ainda, apoia e realiza ações que promovam a cidadania.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Associação Sara Aparecida no Município de Lagoa da Prata, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.158/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2015.

Geisa Teixeira, relatora.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.199/2015**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório**

De autoria do deputado Bosco, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Obras Sociais Augusto Lima, com sede no Município de Araxá.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.199/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Obras Sociais Augusto Lima, com sede no Município de Araxá, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social, o trabalho comunitário e a promoção humana.

Com esse propósito, a instituição desenvolve e promove atividades por meio do ensino de artesanato, pintura, costura, bordado, crochê, tricô, arte culinária e outros; dá assistência e proporciona amparo social e material; incentiva o trabalho voluntário e a participação das pessoas nos assuntos comunitários; promove e estimula palestras, encontros, seminários, cursos e outras atividades que contribuam para o alcance dos objetivos da associação.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela entidade em prol dos moradores do Município de Araxá, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.199/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2015.

Geisa Teixeira, relatora.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.204/2015**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório**

De autoria do deputado Cristiano Silveira, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Fraternidade Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de São João del-Rei.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.204/2015 pretende declarar de utilidade pública a Fraternidade Sagrado Coração de Jesus, com sede no Município de São João del-Rei, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social à população em situação de rua.

Com esse propósito, a instituição busca dar assistência à população em situação de rua nas suas necessidades essenciais para a sobrevivência, dentro das condições possíveis.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela Fraternidade Sagrado Coração de Jesus em prol dos mais necessitados do Município de São João del-Rei, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.204/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2015.  
Geisa Teixeira, relatora.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.309/2015**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Deiró Marra, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Monte Alegre de Minas, com sede no Município de Monte Alegre de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.309/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Monte Alegre de Minas, com sede no Município de Monte Alegre de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a inclusão produtiva, a assistência social e a promoção da cidadania.

Com esse propósito, a instituição trabalha pelo reconhecimento dos catadores; propicia condições de trabalho adequadas, evitando a ação dos atravessadores, intermediários e exploradores; integra seus associados aos programas de saúde, cultura, lazer, educação e assistência social, ofertados pelo poder público; incentiva e promove encontros, simpósios, palestras e outros eventos que colaborem para o alcance dos objetivos da Associação.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela entidade em prol dos catadores de materiais recicláveis de Monte Alegre de Minas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.309/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2015.

Geisa Teixeira, relatora.

## **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 2.326/2015**

### **Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social**

#### **Relatório**

De autoria do deputado Deiró Marra, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Congado Moçambique São Benedito Estrela Guia de Monte Alegre de Minas, com sede no Município de Monte Alegre de Minas.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 2.326/2015 pretende declarar de utilidade pública a Associação Congado Moçambique São Benedito Estrela Guia de Monte Alegre de Minas, com sede no Município de Monte Alegre de Minas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, que tem como escopo a assistência social, o desenvolvimento e o fortalecimento da cultura e do folclore popular.

Com esse propósito, a instituição desenvolve ações de proteção à família, à infância, à maternidade, à adolescência e à velhice; promove a integração de seus associados ao mercado de trabalho; oferece assistência educacional e de saúde gratuitamente; e colabora com a realização de atividades culturais e esportivas.

Tendo em vista o relevante trabalho desenvolvido pela referida entidade para os moradores do Município de Monte Alegre de Minas, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.326/2015, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de outubro de 2015.

Geisa Teixeira, relatora.



**CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO 1º-SECRETÁRIO**

### **CORRESPONDÊNCIA**

– O Sr. 1º-secretário despachou, em 8/10/2015, a seguinte correspondência:

#### **OFÍCIOS**

Do Sr. Claudio Marcassa, diretor regional do Senai – DRMG –, prestando informações relativas ao Requerimento no 1.621/2015, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Djailson Dantas de Medeiros, coordenador de Apoio ao Caminho da Escola do Ministério da Educação, prestando informações relativas ao Requerimento no 2.026/2015, da Comissão da Pessoa com Deficiência.

Do Sr. Jorge Bastos, diretor-geral da ANTT, prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário no 1.986/2015, do deputado Noraldino Jr.



Do Sr. José Antônio Ribeiro Portella, gerente da Copasa do Distrito de Contagem, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.227/2015, da Comissão de Assuntos Municipais.

Do Sr. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior, superintendente administrativo adjunto do Tribunal de Justiça do Estado (2), prestando informações relativas aos Requerimentos nos 1.907 e 2.112/2015, da Comissão de Segurança Pública.

Do Sr. Marco Tulio Simoes Coelho, superintendente do Ibama em Minas Gerais, prestando informações relativas ao Requerimento nº 1.018/2015, da Comissão de Meio Ambiente.

Do Sr. Moacir Ribeiro da Silva, prefeito de Formiga, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 2.409/2015, em atenção a pedido de diligência da Comissão de Justiça. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)

Do Sr. Ricardo Fragoso, diretor-geral da ABNT, prestando informações relativas ao Requerimento Ordinário nº 1.980/2015, da Comissão de Minas e Energia.

Do Sr. Ricardo Mascarenhas Lopes Caçado Diniz, da Diretoria de Relações Institucionais e Corporativas da Regional Vivo Minas (2), prestando informações relativas aos Requerimentos Ordinários nºs 1.911 e 1.945/2015, do deputado Douglas Melo.

Do Sr. Suriêtte Apolinário dos Santos, diretor adjunto da Diretoria de Fiscalização da ANS, prestando informações relativas aos Requerimentos Ordinários nºs 1.533 e 1.534/2015, da Comissão de Saúde.



## **PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**

### **80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA**

#### **Discursos Proferidos em 6/10/2015**

O deputado Sargento Rodrigues – Dr. Hely, é uma honra atender o chamamento de V. Exa. para ocupar a tribuna na tarde deste dia 6/10/2015. Deputado João Leite, nós tivemos o dessabor, hoje pela manhã, de ter o quórum da Comissão de Segurança Pública esvaziado pelos deputados do PT e do PMDB, em total sintonia com o governador Fernando Pimentel. Ou seja, o governador pediu e os deputados do PT e do PMDB não compareceram à Comissão de Segurança Pública para dar quórum. Mesmo sabendo que havia dezenas de requerimentos de autoria de diversos deputados, inclusive requerimentos importante de desdobramentos de audiências públicas. Mas eles não compareceram. É um boicote, deputado Dalmo, que o governo do PT faz até com a Comissão de Segurança Pública.

Tanto eu quanto o deputado João Leite, vice-presidente da comissão, não deixaremos de trabalhar por isso. Pelo contrário, já tivemos oportunidade de fazer uma visita *in loco* ao 22º BPM e fomos muito bem atendidos pelo Maj. Olímpio, pelo Cap. Jackson e pelo Cap. Alexandre, que é o P4 da unidade; para quem não sabe, o P4 cuida da logística da unidade. O Cap. Alexandre nos recebeu muito bem e nos acompanhou à oficina mecânica. Lá, deputado João Leite, constatamos o que o governo Pimentel vem fazendo com o Estado de Minas Gerais na segurança pública. Aliás, nós estamos constatando o que a população já está reclamando nas ruas. Ontem, a TV Alterosa fez imagens dos Bairros Betânia, Estrela Dalva e Palmeiras, onde os moradores foram às ruas clamar por mais segurança pública.

Está na hora de o governador Fernando Pimentel nascer enquanto governo. São nove meses, deputado João Leite, e é um período em que o governador Fernando Pimentel já poderia ter aparecido para mostrar a Minas Gerais o que tem feito pela segurança pública. Foi-nos apresentado logo cedo este gráfico. Gostaria que a nossa repórter fotográfica e a TV Assembleia fizessem imagem fotográfica e de vídeo desse gráfico. A nossa competente assessora Luíza obteve o gráfico nos dados do Siafi, do sistema de informação do próprio governo do Estado. (– Mostra gráfico.) Deputado João Vítor Xavier, V. Exa. poderá ver o quanto o Estado de Minas Gerais está sofrendo com o sucateamento da segurança pública.

Deputados Antônio Jorge e Dalmo, fizemos aquela audiência belíssima em Andradás, que o deputado João Leite acompanhou. Despesas que aqui aparecem são extremamente preocupantes quando observamos esse gráfico. Deputado João Leite, o governo anterior investiu na Polícia Civil, nos nove primeiros meses, R\$40.000.000,00; o atual governo investiu nos nove primeiros meses R\$2.400.000,00. Estão aqui os dados do Siafi. E não adianta deputado da base de governo tentar contrapor esses números, porque é o próprio governo do Estado que está nos fornecendo. Imaginem que a Polícia Militar teve como custeio, nos nove primeiros meses do ano passado, R\$343.000.000,00. O que é custeio? É exatamente para consertar dezenas de viaturas encalhadas no pátio do 22º Batalhão.

Essas viaturas têm problemas de freio, de pneu, de cabo de embreagem, do giroflex da viatura que não está funcionando, porque o governo do Estado não está passando verba de custeio. Olhe, deputado Antônio Jorge, quando o governo deixa de fazer isso, ele está atingindo diretamente o cidadão que depende dessa prestação de serviço. O gráfico está muito claro. Em vermelho, não poderia também ser outra cor, até porque reflete bem o governo do PT, são R\$191.000.000,00 de custeio. Há uma diferença de R\$152.000.000,00, deputado João Leite. Em nove meses desse governo, comparados com nove meses do governo anterior, o corte é de R\$152.000.000,00, deputado João Leite. Por isso nós encontramos na frota do 22º Batalhão, conforme palavras do Maj. Olímpio, que respondia pelo comando, a ordem de 37% de viaturas paradas dentro do batalhão. Resultado disso: redução da capacidade de resposta ao crime e à violência. E a população está sentindo diretamente na pele.

Concedo aparte ao ilustre deputado João Leite, vice-presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia.

O deputado João Leite (em aparte)\* – Deputado Sargento Rodrigues, quero parabenizá-lo; V. Exa., com sua coragem, apesar do boicote da base do governo na Comissão de Segurança Pública. Eu não sei o que o governo está pensando. Ele acha que atinge V. Exa., que me atinge? Nós estávamos, antes das 9 horas da manhã, prontos para abrir a reunião da comissão. Não atinge a nós, atinge a população. Eles não vão querer mais discutir segurança. Nós não vamos receber os anseios da população em relação à segurança pública. Muito bem, se eles não querem que a Comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa atue, que receba as pessoas, mesmo assim nós vamos para as ruas, como fomos hoje, no 22º Batalhão e vimos lá que vários policiais, agora, saíram das ruas para tentar consertar as viaturas. Isso para subir o Morro do Papagaio, o Morro das Pedras. Como vão subir, a pé, se as viaturas estão todas estragadas? Olhem a situação em que o PT está colocando a Polícia Militar de Minas Gerais.

Depois, além da questão grave dos plantões regionalizados, agora nasceu outra coisa, que são as Ceflans. O policial militar fica até 14 horas lá dentro. Alguns acham que não é problema. Mas é problema, sim. Enquanto o policial militar está dentro da Ceflan, esperando a ocorrência, as ruas estão abandonadas. E aí, especialmente no 22º Batalhão, há duas zonas vermelhas – que boa essa cor



vermelha! –, que são zonas quentes de criminalidade em Belo Horizonte. A população está à mercê dos criminosos. Explicava para nós o comandante: “Há viaturas paradas e policiais que tirei das ruas para tentar consertar as viaturas. E ainda, policiais parados, dentro das delegacias, que não podem voltar para as ruas porque estão fazendo custódia de presos”.

É tão simples, não é, deputado Sargento Rodrigues? É como V. Exa. mesmo ensinou. Pega-se um ou dois agentes penitenciários, eles recebem e o policial volta para as ruas. Mas esse governo, até hoje, teve três subsecretários de Administração Prisional e agora não tem nenhum. Lá o Dr. Rodrigo está batendo escanteio e cabeceando. Ele é adjunto, é subsecretário de Administração Prisional. Agora mudaram o superintendente do preso. Colocaram um diretor de uma unidade sem preso para cuidar dos presos de Minas Gerais. Não vai dar certo.

Enquanto isso, o PT e o PMDB boicotam a Comissão de Segurança Pública. Avisem-me que não será preciso eu chegar aqui às 9 horas para a reunião da Comissão de Segurança Pública. Os deputados do PT e do PMDB continuarão não vindo? Avisem-me, que eu não venho mais nesse horário. Eu já vou, com o deputado Sargento Rodrigues, ajudar a polícia na rua. Enquanto isso os deputados do PT e do PMDB ficam em casa. Eles acham que estão me prejudicando? Prejudicando o deputado Sargento Rodrigues? Não. O alvo é a população de Minas Gerais, que está abandonada pelo governo e pelos deputados do governo.

O deputado Sargento Rodrigues – Deputado João Leite, quero agradecer-lhe a intervenção porque V. Exa. está acompanhando. Boicotaram a reunião com 900 concursados da Polícia Civil. No dia 29 de setembro, terça-feira da semana passada, abrimos a reunião ordinária e os deputados da base de governo boicotaram porque não tiveram coragem de ir à audiência pública, em que estavam 900 pessoas, deputado Antônio Jorge, V. Exa. esteve lá, assim como os deputados Dalmo Ribeiro Silva, Antônio Carlos Arantes e a deputada Ione Pinheiro, que participaram e constataram isso. Deixaram 900 pessoas. Uma falta de respeito, deputado João Leite.

O que mais me deixa estarecido é que o candidato Fernando Pimentel dizia que seria um governo que iria ouvir as pessoas, que seria um governo do diálogo, deputado João Leite. Sequer mandou representante. Foram convidados, deputado João Vítor Xavier, o secretário de Defesa Social; o chefe da Polícia Civil; o Sr. Helvécio Magalhães, secretário de Planejamento e Gestão; e a Dra. Cinara, diretora da Acadepol. Ninguém mandou representante. O governo não mandou nenhum representante e deu ordem aos deputados da base de governo para não comparecerem à audiência pública da Comissão de Segurança Pública. O deputado João Leite falou muito bem.

Imagine, deputado João Vítor Xavier, que algum policial civil ligue para o seu gabinete e o acione. V. Exa. saiba que, nos nove primeiros meses do ano passado, o governo anterior fez R\$40.000.000,00 de investimento na Polícia Civil; e o atual governo, R\$2.400.000,00. Quarenta milhões de reais foram investidos nos nove primeiros meses na polícia judiciária, a parte de investigação que afeta à população, que vai concluir os inquéritos, vai remeter para o homicida, o latrocida, o esturador não ficarem soltos e impunes. O governo anterior, deputado Antônio Carlos Arantes, nos nove primeiros meses investiu R\$40.000.000,00 na Polícia Civil; neste governo, o governo do PT, foram investidos R\$2.400.000,00. A diferença do custeio da Polícia Militar é algo estarecedor, deputado João Vítor. Por que estamos encontrando 40% de toda a frota da Polícia Militar quebrada nos pátios dos quartéis e reduzida a capacidade de policiamento? Está aqui, deputado João Vítor. Vou passar cópia para todo o bloco da oposição. Este gráfico representa o custeio de R\$343.000.000,00 que foram gastos com a Polícia Militar no ano passado. Este ano, R\$191.000.000,00, no mesmo período de nove meses. Uma redução, deputado João Vítor, de quase 50%. Foram retirados do custeio R\$152.000.000,00.

O tenente-coronel que comanda o batalhão, o capitão ou major que comanda a companhia, o tenente que está no pelotão, o sargento que está comandando o destacamento não têm como fazer milagres. A viatura não se conserta sozinha, ela precisa de recursos. O governo está cortando em áreas essenciais para a população. Não é à toa que o pessoal da Savassi está gritando e chiando. A comunidade dos Bairros Estrela Dalva, Palmeiras e Betânia fez passeata. Não resta alternativa. Como bem lembrado pelo deputado João Leite, se o governador Fernando Pimentel, por intermédio dos seus deputados governistas na Casa, está achando que vai prejudicar a Comissão de Segurança Pública pela ausência dos seus deputados, digo que não; vai prejudicar a população porque a comissão continuará seu trabalho, denunciando, fiscalizando, vai continuar fazendo a mesma coisa e o seu trabalho.

Deputado João Leite, o requerimento que utilizamos hoje para a visita ao 22º Batalhão é para visitar todas as unidades da Polícia Militar na capital. Então, deputado João Leite, temos pelo menos mais 20 unidades da Polícia Militar para visitar e mostrar o sucateamento, para mostrar à população que Fernando Pimentel, além de aumentar impostos, retira dinheiro de áreas essenciais para a segurança pública de Minas Gerais. Muito obrigado, presidente.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Dirceu Ribeiro\* – Meu caro presidente deputado Hely Tarquínio, senhores deputados e senhoras deputadas, telespectadores, meu caro líder Durval Ângelo, é com imensa alegria e satisfação que ocupo esta tribuna para agradecer ao governador do Estado a Resolução nº 20/2015, dizendo a todos que o final de semana em nossa região da Zona da Mata foi uma festa, quando o nosso Intersind, o primeiro polo moveleiro de Minas Gerais, reunido em sua sede, convocando os seis municípios que compõem o polo moveleiro, fez uma carta de agradecimento ao governador do Estado pelo ato e pela ousadia de colocar o polo moveleiro e o Estado de Minas como um todo competitivo. Agora, sim, vamos poder competir com o Rio de Janeiro e com o Espírito Santo. Nesta oportunidade, gostaria de ler na íntegra a carta do nosso Intersind, representando o nosso povo de Ubá e toda a região, ao governador do nosso estado. (– Lê:)

“Ubá, 5 de outubro de 2015. Intersind – Ofício 32/2015. A V. Exa. Fernando Damata Pimentel, governador do Estado de Minas Gerais. Prezados senhor, vimos, através desta, em nome do Sindicato Intermunicipal das Indústrias do Mobiliário de Ubá e Região – Intersind –, agradecer o apoio do excelentíssimo governador por ter concedido tributação especial em matéria de ICMS às indústrias de artefatos de madeira, que agora pagarão 3% de ICMS, em vez dos antigos 12%, no Estado de Minas Gerais. O Projeto de Resolução nº 20/2015 melhora as condições comerciais de nossas indústrias dentro da Região Sudeste, uma vez que competíamos em condições de desigualdade com nossos concorrentes dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que praticam alíquotas de 2%. Nosso polo moveleiro, o maior do Estado de Minas Gerais e o terceiro maior do País, é constituído por oito cidades: Ubá, São Geraldo, Guiricema, Rodeiro, Visconde do Rio Branco, Tocantins, Piraúba e Guidoal. Tínhamos, até o final de 2014, cerca de 15.700 empregos diretos.

Aproveitamos a oportunidade para convidá-lo para a solenidade de abertura de nossa Femur – Feira de Móveis de Minas Gerais –, em sua 12ª edição, que acontecerá no pavilhão do Horto Florestal, em Ubá, no período de 2 a 6 de maio de 2016, onde receberemos nossos clientes de todo o Brasil e do exterior. Na oportunidade, apresentaremos toda a nossa linha de produtos e os novos lançamentos. A abertura oficial acontecerá no dia 2/5/2016, às 15 horas. Sentir-nos-emos muitíssimo honrados com vossa presença.

Mais uma vez, gostaríamos de ressaltar a importância de medidas como estas para o desenvolvimento da nossa Zona da Mata. Desde já nos colocamos à disposição do senhor para que possamos juntos promover ainda mais o desenvolvimento socioeconômico da nossa Zona da Mata e, em especial, do nosso polo moveleiro de Ubá. Atenciosamente, Áureo Calçado Barbosa, presidente”.

Também ontem, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, meu caro líder do governo, tivemos audiência pública em Visconde do Rio Branco referente aos produtos de leite da Zona da Mata mineira. Nessa oportunidade compareceram mais de cinquenta pessoas, em particular os moradores de Divinésia e Paula Cândido, que solicitaram que eu levasse ao Sr. governador do Estado uma mensagem para que a estrada Divinésia-Paula Cândido, que está no papel há 12 anos, fosse tornada realidade para aquela região. Solicitaram-me que eu fosse o intermediário junto ao governo e incluíram a estrada de Dores do Turvo a Alto Rio Doce. São duas estradas importantes para a região da Zona Mata. Eles acharam que a minha condução, o meu jeito de agir, a minha forma de estar nesta Casa seria o ideal para levar ao nosso governador as reivindicações daquela região. Já verifiquei as duas estradas no DER, e hoje existem os projetos prontos aguardando a fase final, que é a licitação e a ordem de serviço.

Sinto-me orgulhoso e honrado em estar nesta Casa, em meu primeiro mandato, e poder realmente ser o porta-voz daquela região da Zona da Mata, representar aquela região e trazer aqui, com carinho, respeito e muita transparência, o desejo do nosso povo. Portanto, fica aqui também o meu agradecimento ao nosso governador Fernando Damata Pimentel pela forma carinhosa e respeitosa como atendeu a nossa região, uma região que estava abandonada, uma região desprotegida, que agora encontra um suporte na pessoa que aqui está. Assim como, unidos com os deputados de Juiz de Fora, formamos uma frente em defesa da nossa Zona da Mata. É o que precisamos, é o que queríamos e é o que queremos. E temos de dizer: muito obrigado, Sr. Governador; parabéns, Sr. Governador.

O deputado Douglas Melo (em aparte)\* – Obrigado, líder deputado Durval Ângelo. Na verdade, quero parabenizar o deputado Dirceu Ribeiro e falar que grande parte do que aconteceu é porque o senhor realmente se empenhou, foi o senhor que levou a comitiva do governo até lá. E o governador Fernando Pimentel nada mais fez do que compreender que o senhor não está aqui por acaso, que o senhor é um representante legítimo daquela região, como tantos outros aqui.

Mas quero também falar que, na semana passada, houve o anúncio do governo Fernando Pimentel sobre o IML de Sete lagoas, que era uma obra esperada há muito tempo, principalmente pela segurança pública, que é um problema que temos há tanto tempo. E, na semana passada, alguns de nossos colegas perguntaram nos microfones onde estava o representante de Sete lagoas. “Onde está o representante de Sete Lagoas que não aparece aqui?” Inclusive o deputado Arlen Santiago disse que o prefeito de Sete lagoas, Marcio Reinaldo, pediu-lhe que não votasse a favor do ICMS, porque o prefeito não gosta de imposto. Ou o deputado Arlen Santiago conhece um outro Marcio Reinaldo ou então ele está fora de órbita. Nos últimos anos ou na história de Sete lagoas, o prefeito que mais aumentou impostos foi o atual prefeito. Aumentou o IPTU em 1.000%. Ouvi, por exemplo, o deputado João Leite perguntando onde estava o representante de Sete lagoas. Eu estou aqui, deputado, inclusive estou aqui lutando contra uma violência deixada pelo governo passado, porque anunciaram o comando da Polícia Militar para Sete lagoas, e está lá no papel. Só que, no papel, não se combate violência.

O que quero falar, deputado Dirceu, é que, mesmo tendo meus 31 anos e com o meu primeiro mandato, com todo o respeito a todos os deputados desta Casa, no meu voto quem manda é o povo. Então não adianta deputado vir para a tribuna, não adianta deputado dizer que tenho de vir aqui, que tenho de fazer aquilo, porque eu é que sei o que sofro na minha base, eu é que sei o que é o dia a dia da minha cidade, onde a violência subiu 42%, acima da média estadual, e isso não foi por causa deste governo não. Vamos parar de falar algumas coisas aqui, porque sabemos que não é verdade. Um concurso da Polícia Militar acabou de ser realizado, e já temos para Sete Lagoas mais de 90 policiais que vão chegar até lá, além dos reconvocados. E também o IML anunciado para Sete Lagoas, porque, senão, daqui a alguns dias as autópsias terão de ser feitas em Curvelo.

Quanto aos deputados que perguntaram cadê o representante de Sete Lagoas, queria dizer que estou trabalhando, deputados. Em outra ocasião, em vez de os senhores perguntarem onde estava o representante de Sete Lagoas, deveriam ter se unido ao deputado Duílio de Castro e lutado com ele para Sete Lagoas não se transformar nisso que vemos.

Mais uma vez, deixo claro isto: estou aqui e acredito nas ideologias que são boas para o meu povo. Quando o governo Fernando Pimentel anuncia um IML, que parece ser uma obra pequena, mas que para nós é grande; quando ele anuncia um grande número de policiais, como anunciou, isso me deixa certo de que não estou na base não por acaso. Outra, mesmo sendo do bloco independente, respeito todos os deputados desta Casa, mas não venham querer formar o meu voto, porque sei o que fiz para estar aqui. Devo, acima de tudo, gratidão e satisfação aos meus 55.585 eleitores. Então, antes de votar, não ligo para o que deputado está dizendo aqui, no Plenário, mesmo porque Plenário não deu e nunca dá voto a deputado algum. Estou preocupado com o que as ruas de Sete Lagoas e da região dizem. Aquele povo de lá sabe qual é a importância de se ganhar o número de policiais e um IML, que acabamos de ganhar, assim como tantas outras melhorias, como o anel viário, cujas obras estão em ritmo acelerado.

Então, deputado Dirceu, o senhor, que foi prefeito, sabe disto: só a colher de pau sabe o que se passa no fundo da panela. Só nós que estamos em nossa base sabemos. Agora, quanto aos deputados que perguntaram onde estava o representante de Sete Lagoas, quero dizer que estou aqui, mas estou mais lá, em Sete Lagoas, sofrendo, principalmente, com a segurança pública, que foi um abandono e um descaso do governo passado. É o que tenho a dizer. Quero parabenizá-lo mais uma vez. A Zona da Mata está tendo recursos, benefícios, porque o senhor acredita na sua idealização, mas, acima de tudo, faz pelo interesse do povo. Parabéns.

O deputado Dirceu Ribeiro\* – Muito obrigado. Com a palavra, o nosso líder do governo.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)\* – Deputado Dirceu Ribeiro, antes de mais nada, uma palavra ao deputado Douglas Melo, um jovem deputado: Douglas, quando foi cobrado onde você estava, você estava viabilizando o novo IML para Sete Lagos; quando cobraram onde você estava, você estava viabilizando o anel viário, que não foi feito em 12 anos e que, pela sua intervenção, Douglas, agora está sendo feito.

Quero parabenizar e fazer um registro por justiça. Os agradecimentos ao governador, e V. Exa., deputado Dirceu Ribeiro, vice-líder do governo, já os fez, e também o próprio sindicato do setor moveleiro encaminha essa carta. Mas quero estender e fazer esse agradecimento a você. A redução dos impostos do setor moveleiro só foi possível porque V. Exa. esteve lá, com os interessados do setor, discutindo com o governador. É bom que se diga que o governador acolheu o seu pedido e do setor. O governador ficou muito sensível a isso. O que tivemos no governo anterior foram fábricas do setor moveleiro se quebrando na região da Zona da Mata, e outras, como a Itatiaia, levando a maior parte da sua produção para o Espírito Santo. Se essa redução tivesse acontecido há dois anos, Minas Gerais não teria perdido mais de mil empregos da Itatiaia. Então esse trabalho é seu, deputado Dirceu, é mérito seu, que

também, começando nesta Casa, vem mostrando um grande serviço à sociedade. É isso. Como diz o ditado árabe: os cães ladram, e a caravana passa. Vamos passar com o trabalho do Pimentel e com o seu trabalho, vice-líder.

O deputado João Leite (em aparte)\* – Obrigado, deputado Dirceu Ribeiro, e meus respeitos à V. Exa. Estou muito feliz de o representante de Sete Lagoas ter aparecido, ter vindo. Em momento algum ele falou do grande bem que Aécio Neves fez a Sete Lagoas: Ambev, Iveco, três anos de Campeonato Brasileiro, série A, acontecendo na Arena do Jacaré, construída por Aécio Neves. E tenho essa oportunidade. Que bom! Tinha tanto tempo que a gente não via o representante de Sete Lagoas, e agora ele está aqui. Muito obrigado.

O deputado Dirceu Ribeiro – Quero encerrar, agradecendo a todos, agradecendo aos colegas deputados, que também têm respeito à minha pessoa, e dizendo finalmente que a Nossa Senhora Aparecida e o nosso Senhor Jesus Cristo possam nos abençoar e nos proteger.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia\* – Presidente, então vou conceder os apartes, mas pediria que fossem breves porque realmente tenho um assunto importante.

O deputado João Vítor Xavier (em aparte)\* – É muito breve o meu aparte, apenas para fazer justiça. A gente tem uma linha de embate ideológico, mas, acima de tudo, de respeito à coerência. Queria deixar o meu agradecimento ao deputado Durval Ângelo, líder de governo, e ao Carlos Henrique, secretário de Esportes. Houve uma solicitação de minha parte para que fosse revisto o valor da indicação das academias ao ar livre. É um trabalho que faço já há quatro anos, no meu mandato anterior. Devo ter sido o deputado, junto ao deputado Marques, que infelizmente não está mais conosco, que mais indicou esse tipo de equipamento público Estado afora. Houve uma revisão nos valores, o que vai permitir aos deputados indicar mais academias a mais cidades e a mais pessoas.

Então o meu reconhecimento e a minha gratidão ao deputado Durval Ângelo pela intervenção e pela liderança de governo; e ao deputado e hoje secretário de Esportes Carlos Henrique, que atendeu o nosso pleito. Agradeço e fica aqui o reconhecimento. Tudo que é para o bem do nosso estado sempre terá o nosso reconhecimento. Muito obrigado, deputado Rogério.

O deputado Isauro Calais (em aparte)\* – Agradeço o aparte, deputado Rogério Correia. Na mesma linha do deputado João Vítor, é inconcebível uma academia de R\$30.000,00. Uma academia se compra hoje com R\$17.000,00, R\$18.000,00, e R\$20.000,00 está num patamar excelente e vai fazer com que o deputado possa atender mais ao interior, às suas bases.

Mas gostaria de me dirigir à V. Exa. Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o deputado Rogério Correia, a partir de hoje, é o deputado paz e amor da Assembleia Legislativa. Ele vai ser vovô. A Carla vai dormir com o vovozinho daqui a pouco. Então, a partir de agora, não vai ter briga, não vai ter embate mais caloroso com o deputado Rogério Correia, porque é vovô, vai ficar na paz, cuidando do netinho, enfim, vai ser outro deputado daqui para frente. Muito obrigado, deputado. Parabéns pelo netinho, e tomara que seu irmão se recupere o mais rápido possível.

O deputado Rogério Correia\* – Obrigado, deputado Calais. O neto ainda demora um pouco, porque ainda está em fase de crescimento na barriga. Ele está com 3 meses, mas já está vindo, bem encomendado. Obrigado, Calais.

Presidente, o assunto que trago aqui é também um pedido para se falar de paz ou, pelo menos, que o debate político tenha o sentido sempre de um debate de conteúdo, e não de preconceito.

Hoje o deputado Durval Ângelo me informou que o deputado Antônio Jorge fez, inclusive, um pronunciamento lamentando o que ocorreu no velório do senador Dutra, de Sergipe, cuja mãe, que é mineira, tem quase 90 anos e estava lá. Imagine uma senhora de quase 90 anos num velório, velando o filho, e pessoas indo lá “manifestar”, entre aspas; fazer provocações, dizendo que petista bom é petista morto, e jogando panfletos da presidente da República, eleita com maioria de votos – gostem eles ou não –, sentada numa privada. Muitos que estavam lá estiveram aqui no dia também. Alguns deles chamaram as deputadas do PT de prostitutas, de vadias e de putas. Naquele dia, eu reclamei dizendo que eles estavam exacerbando, que estavam errados. Houve deputados que foram abençoar o que estava acontecendo, acharam bonito.

Há muito tempo, deputado Antônio Jorge, venho dizendo que o debate político está extrapolando para as beiras de atos fascistas e fascistoides no Brasil, de não aceitar resultado eleitoral e caminhar para esse tipo de manifestação. Não é a primeira vez que isso acontece. A mídia tem culpa porque, às vezes, 10 pessoas viram heróis manifestantes: quando agridem pessoas em restaurantes são tidos como heróis. Isso tem incentivado a que pessoas utilizem práticas fascistas como se fossem democráticas, mas não são. Tenho falado isso aqui.

Deve haver cuidado com os debates, porque há deputados que chegam aqui na tribuna e acham que são heróis, com discursos à Bolsonaro, e ficam apontando o dedo para um e outro porque não fez o que ele queria que fosse feito. Isso não é bom, porque em vez de enaltecer o debate democrático, joga para a plateia, mas deixa a Assembleia nua, deixa a Assembleia como se não fosse um fórum democrático de debate, repito. Não é bonito, sabendo que está num período de obstrução, perguntar para os outros deputados: “Cadê os covardes que não vêm aqui?”. Não se trata de covardia, e o deputado sabe disso, mas ele quer jogar uns contra os outros. Em todos os sentidos: só ele está certo, só ele pode dizer, só ele é o bom. O resto todo e o partido dos outros não prestam. Ele é o baluarte da moralidade. Isso é muito ruim.

O que aconteceu na votação do ICMS, foi um absurdo o que a galeria fez. Não estou falando dos comerciantes que estiveram aqui, que vieram protestar, pois eles são sempre bem-vindos pela posição que têm. Mas grupo intitulado Patriotas, com espírito fascista, vir aqui para atacar deputado não pode, em parte alguma, seja de esquerda ou de direita. Pessoas foram pagas para ofender deputados; e muitos deputados acharam isso bonito. O deputado Iran quase foi agredido ali fora, e teve gente que foi lá socorrer uma das pessoas, que foi identificada. Dizer que quem estava aqui protestando contra o que a galeria fez, que iria prender os outros. Isso não era verdade. Agora, aquelas pessoas que chamaram as deputadas, repito, de prostitutas, vadias e vagabundas, tinham de ser, sim, identificadas, sabem por quê? Porque elas estão ferindo a democracia. Quer queiram ou não, todos nós somos eleitos pelo povo. Ou se respeita a democracia ou, realmente, vamos para outro tipo de regime.

Aliás, havia faixa aqui pedindo a volta da ditadura militar, porque a democracia não presta mais. Temos visto isso no Brasil, e esse fascismo vai proliferando, vai imperando. Ora, os baluartes da moral deviam pensar que as questões da legislação eleitoral brasileira são políticas. Deputado Antônio Jorge, já falei isso aqui diversas vezes, e V. Exa., nesse ponto, inclusive concorda comigo. O grande problema do Brasil, no meu entendimento, é o financiamento privado de campanha, porque isso faz com que empresas mandem no Parlamento. Esse é o meu entendimento, aceito opiniões distintas. Mas as pessoas querem dizer que tal partido é corrupto, e o meu partido é o baluarte da moral, mas essas pessoas que apontam o dedo para uns não apontam para os outros. Por exemplo, eu acho que

o Eduardo Cunha na presidência da Cunha é alguém que morreu e não se tira de lá. Há algo fedendo na Câmara Federal e para proteger, por assuntos que não têm, portanto, nada a ver com o combate à corrupção, ele precisa permanecer ali, porque não se aceita o resultado eleitoral e tem de derrubar a presidente Dilma, seja lá com quem for. Aliás, Collor foi eleito assim por uma parte da sociedade, porque não queriam que Lula fosse o presidente.

Então, serviu ao Collor, mesmo sabendo que ele daria problema do ponto de vista ético, moral, político, ideológico, social e econômico. E deu. Mas uma parte da sociedade, inclusive a elite brasileira, na ocasião, preferiu apostar naquilo para não ver o País mudar. Hoje, é o Eduardo Cunha. Vejam se ele pode ser presidente da Câmara depois de todas as denúncias! E o líder do PSDB ainda diz que ele tem a confiança do partido, por hora, para continuar. Ora, por que o PSDB pode dizer que o PT tem um bando de ladrão? Seria correto eu dizer que todo mundo do PSDB é um bando de ladrão, incentivando a guerra fora da sociedade? Vamos ser sinceros, vamos discutir o teor da motivação da corrupção. O Agripino Maia, do DEM, é uma pessoa completamente honesta para que o partido aponte o dedo para o PT? Ele foi denunciado também. E aí?

O problema da corrupção é geral e tem de ser combatido sempre. É um problema moral e ético. Qual a origem da corrupção? Ela existe somente no Brasil? É de um partido político? Esse debate precisa ser feito com sinceridade, de forma democrática. Não podemos cair no fundamentalismo religioso ou político. A Assembleia Legislativa não pode ser palco da existência de um Bolsonaro e de um Malafaia, que ficam arrotando contra isso ou aquilo, como se fossem baluartes, como se tudo o que existe de certo estivesse com eles, como se fossem evitados de preconceito, porque não aceitam outra religião ou a não religião, não aceitam outro partido, outra ideologia. A que vale é a deles. O Bolsonaro e o Malafaia têm esse estilo. Não os critico pelo que pensam, e sim porque não querem deixar os outros pensar diferente deles.

Cabe ressaltar políticos do PSDB aqui e fora. O debate político deve se dar de maneira qualificada. Isso faz bem para o Brasil. Ora, o debate político que Mário Covas fazia no passado em relação ao PSDB... Hoje, vejo o nosso Bonifácio Mourão, pessoa íntegra que faz um debate político, mostrar suas opiniões. Podemos concordar com elas ou não, mas são concepções compostas no debate político. Faço uma chamada hoje na Assembleia Legislativa: que o debate entre nós seja sempre de conteúdo, e não de preconceito de ideias, um debate que leve nossa Assembleia Legislativa a ensinar a quem está de fora que posições tão grosseiras como aquelas que vimos dentro desta Casa, com alguns fascistas que aqui estavam, e fora dela, até em velório, não são corretas. Imaginem se poderíamos chegar a uma situação como essa! Pessoas vão ao velório para se manifestar contra uma ideologia, não respeitando sequer a dor de quem estava velando uma pessoa porque gostava dela. E essas pessoas se sentem donas do mundo para dizer que não se pode sequer sentir dor por quem morreu. Foi isso o que vimos no velório. Fiquei encabulado, Dirceu. Nunca imaginei que veria uma cena como aquela.

Certa vez, durante uma greve de professores, alguém do comando sugeriu que todos fossem ao casamento da filha do Hélio Garcia para vaiá-la. Eu disse que denunciaria quem fizesse isso. É um absurdo invadir o casamento de uma pessoa por causa de diferenças, de uma greve política. Por mais que haja divergência, a pessoa tem a sua família e o seu direito de viver com ela. Agora, nunca vi alguém pensar em fazer isso num velório.

Quero enaltecer a posição do deputado Antônio Jorge. Muitas vezes, temos opiniões distintas. Mas ele sabe reconhecer o que é um debate político. Peço aos deputados que tenham calma. Vamos parar de dar exemplo de processos antidemocráticos; vamos discutir conteúdo. Por exemplo, eu acho que o Pimentel tem feito um bom governo, apesar de todas as diferenças. Isso é palatável numa discussão. Espero que eu esteja certo – e acho que estou. O governador tem 73% de aprovação, segundo pesquisa do jornal *O Tempo*, apesar de toda a crise econômica.

Fez um belíssimo acordo com a educação, está realizando os fóruns democráticos em todo o interior de Minas. Agora conseguiu fazer com que o MST tivesse acesso a três terras emblemáticas e que pudéssemos ter, inclusive, produção em assentamento de reforma agrária. Está retomando os hospitais. Começou agora, como o Dirceu expôs, a resolver a questão dos polos moveleiros em Ubá e região. Com certeza, em Sete Lagoas, o Douglas Melo tem todo o direito de ter o seu posicionamento. Não é para ficar sendo achincalhado porque tem oposição não. Só porque ele derrotou os candidatos majoritários do PSDB em Sete Lagoas e derrotou o senador Aécio Neves, o Douglas vira inimigo a ser citado a toda hora para tentar destruir o trabalho de alguém? Sinceramente, não acho que fazer política seja isso. Então, queria, presidente, trazer esse pensamento à Assembleia Legislativa. Chamar todos, sim, a fazer um debate cada vez mais no sentido político, mas radicalizado nas ideias, mais amplo, no sentido de aceitar o que é o processo democrático de direito.

Presidente, Hely Tarquínio, não vai haver golpe no Brasil. A sociedade brasileira não aceita golpe. Se é que posso dar algum exemplo ou deixar à oposição alguma fala no sentido de ajudar, eu diria: oposição, prepare para o Brasil um projeto de País, dispute o projeto de País, se é que é capaz de fazê-lo; explicita qual é o projeto alternativo a esse para disputar as eleições em 2018. Senador Aécio Neves, deixe de lado o rancor. V. Exa., senador, perdeu as eleições. Disputou de forma honrada, mas perdeu em Minas e no Brasil. A culpa da derrota não é do povo nem do PT. Ela é, muitas vezes, porque o projeto político de V. Exa. não foi aquele escolhido. V. Exa. não vai derrubar uma presidente da República na base do ódio. O ódio colocado por lideranças que foram derrotadas serve para fomentar o ódio de quem vai ao velório fazer o que fez. Então, senador Aécio Neves, reúna seus companheiros de partido, os militantes do PSDB, planeje uma discussão de conteúdo para o Brasil. Daqui a quatro anos vamos ver qual projeto político o brasileiro vai escolher. Assim funciona a democracia, que é tão bonita. Parabéns à democracia.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Professor Neivaldo\* – Boa tarde a todos e a todas. Presidente Hely Tarquínio, uma boa tarde.

Ainda nessa linha que o nosso líder Rogério Correia adotou nesta tarde, também gostaria de partir para essa reflexão. O que vimos neste final de semana foi um grande absurdo, uma grande prova de intolerância. O que o nosso líder, deputado Durval Ângelo, disse num texto foi que essa atitude é um nazifascismo, uma prova nazifascista. Refiro-me ao desrespeito ao funeral do nosso companheiro Eduardo Dutra. Nunca tinha visto algo semelhante, desrespeitar uma família num momento de dor, como vimos no velório do nosso companheiro.

Aí fazemos realmente essa reflexão: vamos continuar com essa forma de política? Estou aqui no meu primeiro mandato, mas alguns deputados já me falaram, outros que não estão nesta casa já me disseram que cheguei no momento pior, pois nunca vimos esta Assembleia com um discurso tão pobre. Essa queda na qualidade do debate prejudica a todos nós. A quem queremos atingir com essa queda do debate? É algo realmente preocupante.

Acreditamos na democracia. Acreditamos que um dia a oposição possa voltar ao poder, esse é o processo. Acreditamos na urna. Acreditamos que essa troca de poder acontece de forma democrática. Vencemos, Fernando Pimentel é o governador deste estado, como a Dilma é nossa presidenta. Temos a presidenta, o PT, e Fernando Pimentel tem direito de governar este estado e mostrar outra política. Ai, sim, daqui a três anos na urna, por meio do voto, o povo de Minas Gerais vai dizer qual é o melhor governo.

Vou passar a palavra ao nosso líder, mas gostaria de frisar que a queda na qualidade do debate, a fuga do mínimo ético argumentativo empobrece o Poder Legislativo inteiro. Eu perco, perde a oposição, perdem meus companheiros com esse debate sem o mínimo de ética. Volto a afirmar que acredito na alternância de poder. Acredito nessa alternância, mas esses ataques infundados não vão pautar o mínimo de respeito que temos de ter nesta Casa.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)\* – Deputado Professor Neivaldo, a cena do velório do ex-presidente do PT, José Eduardo Dutra, ex-senador, ex-deputado federal por Sergipe, hoje 1º-suplente de senador, lembrou-me uma cena de 16 anos atrás. Lembrava isso pela doce mãe do José Eduardo, a D. Clóris, professora, diretora de escola lá em Caratinga durante muitos anos. Essa cena de 16 anos atrás aconteceu exatamente na Câmara Municipal de Caputira. Era o velório do pai do José Eduardo Dutra, ex-prefeito da cidade; farmacêutico muito respeitado o Sr. José Dutra.

É interessante que naquele momento o José Eduardo exercia mandato de senador, e dois amigos da família fizeram orações fúnebres pela memória do pai do José Eduardo. Um era eu, por ser do partido dele, do PT, e o outro o deputado federal Ibrahim Abi-Ackel, amigo da família e que também esteve ontem no velório ao lado da D. Clóris. Lembrei a D. Clóris de que ela enterrava com dignidade, com firmeza, com muita fé, como evangélica que é, o marido há uma década e meia, mas naquele momento enterrava um jovem filho de 58 anos de idade.

Acho importante lembrar a todos que José Eduardo, nesses últimos 13 anos, deve ter sido o presidente da Petrobras que ficou por mais tempo. Ele ficou por três anos no governo Lula, depois novamente assumiu o mandato e saiu candidato a governador. Além disso, ficou por dois anos na BR Distribuidora, no governo Dilma. O nome dele não aparece em nenhuma das investigações. Homem íntegro, homem sério, teve uma vida como servidor concursado da Petrobras dedicada às causas e bandeiras populares. Tivemos uma grande perda. A D. Clóris perdeu um bom filho, os dois filhos do José Eduardo perderam um bom pai e nós perdemos um bom fundador do PT. Um homem digno, muito sério. Ele não merecia aquela intolerância, aquela intransigência.

Vamos nos lembrar, na década de 1920, com o nazismo na Itália; na década de 1930, com o nazismo na Alemanha. Foi assim que começaram as intolerâncias que levaram a uma tragédia. Acharam natural, depois daquilo – e é bom que alguns deputados que, muitas vezes, alimentam esse código do medo, do terror, da intolerância e de ódio... –, que se matassem 6 milhões de judeus na Europa, com o silêncio e a cumplicidade e a mídia toda apoiando. Foram 60 milhões de pessoas que morreram, entre elas quase 30 milhões de russos resistindo ao nazismo.

Acho que a humanidade pagou um preço muito elevado por essa intolerância e por essa intransigência. Eu disse: José Eduardo continua vivo nas pessoas de bem, continua vivo em sua família, continua vivo nas grandes lutas democráticas e populares do povo brasileiro. Foi uma grande perda.

Quero prestar homenagem e solidariedade sinceras deste parlamento a D. Clóris, que assiste, deputado Antônio Jorge, muito à TV Assembleia, pelo grande filho que ela teve e pela grande mulher que ela é.

O deputado Cristiano Silveira (em aparte)\* – Obrigado, deputado Professor Neivaldo. Tive a oportunidade ontem de, acompanhando os deputados Durval Ângelo, nosso líder, e Rogério Correia, estar no Ministério Público para apresentar uma denúncia contra esse lamentável episódio que ocorreu durante o velório de José Eduardo Dutra. Estamos pedindo ao Ministério Público, à promotoria, que apure. É possível que ali tenham sido cometidos crimes graves, é possível que ali, deputado Professor Neivaldo, tenham sido cometidos crimes que atentam contra as leis do nosso país.

Mas talvez o mais grave dos crimes seja aquele que atenta contra a democracia. Até mesmo em tempos de guerra existem códigos, existe o respeito. Quando percebemos um grupo de pessoas indo a um velório, num momento de dor de uma família, para manifestar seu ódio, isso nos faz refletir do quão madura está a nossa democracia. Houve a reabertura do processo democrático, na década de 1980, e hoje nós, em 2015, falamos que temos uma democracia consistente, sólida e madura, mas não com essas sombras. Quem patrocina esse tipo de ato, quem aplaude esse tipo de ato? É importante que todos nós que hoje estamos exercendo mandatos, atuando na política, neste momento contemporâneo do nosso país, e nós aqui em Minas Gerais, façamos essa reflexão.

Lamento profundamente o que presenciei aqui na semana passada, por ocasião da votação da recomposição do ICMS. Não queria ter estado nesta Casa para ver o que vimos aqui. As deputadas mulheres que aqui se encontravam... E quero falar com a deputada Cristina Corrêa, companheira que aqui está, que, em minha opinião, foi uma mulher muito forte, porque talvez tenha sido a mais agredida, a mais atacada, a mais xingada. A quem interessa esse tipo de coisa? Não à nossa democracia.

Quando pessoas vêm a este espaço, à Assembleia para se manifestar, é isso o que queremos, que as galerias estejam cheias, que sejamos criticados, que sejamos aplaudidos. Mas não cabe, dentro desse processo, o xingamento, a baixaria como a que vimos. Quem patrocina, quem aplaude esse tipo de ato?

As mulheres da nossa Assembleia, que representam 10% da composição – é um número minoritário – e que foram agredidas têm a minha solidariedade, deputada Cristina Corrêa. Sempre marchando ao lado de vocês, que ainda honram a presença feminina na Assembleia Legislativa.

A duras penas, as mulheres conquistaram neste país o direito ao voto, o direito de poder votar. E isso não faz muito tempo. As poucas que conseguem, enfrentando o poder econômico, enfrentando o machismo, enfrentando tudo o que temos de resistência e conservador na política, ocupar o espaço aqui, uma cadeira, foram xingadas, ameaçadas e agredidas da forma que vimos. Não é possível que se admita isso.

Hoje, deputada Cristina, é com você; hoje, deputado Neivaldo, é o José Eduardo Dutra; hoje, é o PT. Amanhã serão outros, porque o fascismo e o ódio não têm limite e não escolhem seus adversários. Obrigado, Professor Neivaldo.

O deputado Professor Neivaldo\* – Quero agradecer o aparte do deputado Cristiano Silveira. Quero também agradecer o aparte do nosso líder, deputado Durval Ângelo, que nos representa em todos os sentidos.

O deputado Noraldino Júnior (em aparte)\* – Gostaria só de fazer uma colocação. Na votação da semana passada, o Plenário estava cheio e pedi aparte ao presidente. Mas, como a reunião estava muito confusa, o presidente não me enxergou. Então, hoje queria fazer uma colocação para os nobres colegas.

Eu vi a plateia atacando deputados, atacando deputadas, xingando, proferindo nomes de forma totalmente inadequada. O deputado Vanderlei Miranda, que está aqui, também foi agredido naquele dia e pediu que a Polícia Legislativa tomasse providências. Quero dizer a todos os deputados: não podemos, seja o partido A, seja o partido B, permitir que pessoas nos tratem dessa forma. Nós temos de tratá-las com respeito, mas temos de exigir respeito a esta Casa Legislativa. O que aconteceu naquele dia foi um momento muito triste. Tenho certeza de que nenhum de nós quereria estar no lugar desses deputados que foram agredidos.

Então, com este comentário, quero fazer esta manifestação de apoio a todos os deputados, independentemente da sua posição política, que foram agredidos aquele dia aqui. Muito obrigado.

O deputado Professor Neivaldo\* – Agradeço, deputado Noraldino.

Encerrando, presidente, mais uma vez quero conclamar: cada deputado e cada deputada, como representantes do povo, devemos tomar cuidado com o tipo de sentimento que incutimos nos nossos representados. Não podemos fazer com que a nossa posição ideológica faça com que haja uma guerra civil no nosso estado ou no nosso país. O que estamos vendo, o que vimos na última semana é algo inaceitável, é algo repugnante.

Para terminar, manifesto o nosso inteiro repúdio ao que aconteceu no velório do nosso companheiro Eduardo Dutra. Eduardo Dutra nos representou. Eduardo Dutra representou o PT, como o deputado Durval Ângelo nos representa, como Rogério Correia nos representa, e como também cada um dos deputados e deputadas que está aqui representa uma parte do eleitorado, representa uma parte da população desta Minas Gerais, não podemos desconsiderar isso. Não podemos inflamar o ódio. Somos lideranças. Temos de ter responsabilidade. O que está acontecendo no nosso país, o que está acontecendo em nossas cidades, em nossas regiões, o que está acontecendo na Assembleia Legislativa é algo que não podemos aceitar, independentemente de sermos do PSDB ou do PT.

Quero aqui, mais uma vez, presidente, expressar o meu repúdio ao que aconteceu aqui na última semana, principalmente com a nossa deputada Cristina Corrêa.

Quero, mais uma vez, externar nosso repúdio ao que aconteceu no velório do nosso companheiro Eduardo Dutra. A família não merecia. O próprio Eduardo Dutra também não merecia o que aconteceu em seu velório. É algo que não podemos admitir. É algo repugnante. É algo que não podemos incutir na população do Estado de Minas Gerais e do nosso país. Muito obrigado.

\* – Sem revisão do orador.

O deputado Vanderlei Miranda – Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo e agradecer-lhe este minuto a mais, que será precioso. Quero saudar os meus colegas deputados e deputadas, aqueles que nos acompanham das galerias, a nossa assessoria, a imprensa de modo geral que faz a cobertura dos trabalhos desta tarde e, de uma maneira muito carinhosa e especial, também quero saudar aqueles que, no seu ambiente de trabalho, nas suas casas, espalhados por esta querida Minas Gerais acompanham os nossos trabalhos por meio da TV Assembleia.

Dois assuntos me trazem a esta tribuna. O primeiro, algo já sabido por grande parte da população, se não de toda, é que estamos no Outubro Rosa. V. Exa., como médico, sabe da importância da prevenção do câncer, e este é um mês voltado para a discussão da prevenção do câncer de mama e outros. E lembro que, naquele turbilhão de votações da semana passada, quase ficou despercebido nesta Casa, e principalmente por aqueles que estavam nas galerias e nos acompanhando em casa, um projeto importantíssimo que aprovamos. O projeto do deputado Doutor Wilson Batista que garante às mulheres, na rede de saúde pública do Estado, no ato da cirurgia, a reconstrução da mama. Nós temos, sim, esse serviço ofertado, mas para depois do período da cirurgia, passado um tempo em que se entra em uma fila para aguardar a cirurgia plástica de reconstrução da mama.

Esse projeto foi aprovado nesta Casa, e o deputado Doutor Wilson Batista está de parabéns, pois, como médico oncologista da cidade de Muriaé, teve a solidariedade deste Plenário, que aprovou com ele o projeto. Costumo dizer que nenhum deputado nesta Casa consegue aprovar um projeto sozinho. Muitas vezes o deputado vem aqui e diz que o projeto tal é de sua autoria. Autoria é uma coisa, mas votação e aprovação é outra completamente diferente. Sabemos perfeitamente que a solidariedade dos companheiros permitiu que esse projeto fosse aprovado nesta Casa. Portanto acredito que há uma feliz coincidência, pois estamos no Outubro Rosa, dentro do qual temos esse projeto importantíssimo aprovado e que certamente vai beneficiar milhares de mulheres no nosso estado.

Até gostaria que esse projeto e esta Casa pudessem ser uma inspiração para outras casas legislativas espalhadas pelo Brasil – e por que não uma inspiração para as nossas duas casas legislativas no Congresso? Imagino que mais que a reconstrução da mama, o que esse projeto propõe é devolver à mulher algo que não tem preço, ou seja, ter a sua dignidade restaurada. Isso vai muito além do físico, pois trará um grande ganho ao emocional dessas pessoas. Daí a importância do projeto. E quero parabenizar, mais uma vez, o deputado Doutor Wilson Batista e os colegas que estavam no Plenário no dia e votaram a favor desse projeto.

Quero também trazer outro assunto que tem sido muito discutido, principalmente de ontem para hoje: o ato infeliz acontecido na Funeral House, na Avenida Afonso Pena, quando pessoas sem sentimento, sem alma, pessoas sem respeito, foram até o velório do José Dutra, que, vítima de um câncer aos 58 anos, deixou-nos nesta semana.

Eu, hoje, quando descia para o trabalho, Sr. Presidente, ouvia uma roda de debates na Rádio BandNews FM. Surpreendeu-me, de certa forma, a postura e a coragem dos jornalistas – é uma pena que eu não tenha aqui os nomes para citar – ao comentar sobre esse episódio de ontem, esse episódio que nos envergonha, porque as pessoas estão perdendo a noção do respeito, a noção do direito, a ponto de invadir um velório para dizer o que disseram e distribuir o que distribuíram lá, em termos de material. E hoje, nesse comentário daquela roda de discussão da Rádio BandNews, um dos componentes daquela mesa disse que estamos vivendo um momento muito delicado e que as redes sociais – palavras dele, vou reproduzir aqui as palavras dele, deputado Durval Ângelo – tornaram-se uma fossa da nossa sociedade. E é verdade. Nas redes sociais hoje as pessoas se acham no direito de falar o que querem, de dizer o que querem, sem o mínimo respeito por absolutamente nada, por absolutamente nada.

Eu quero deixar aqui também a minha palavra de protesto contra aquilo que foi feito. E torço para que a polícia faça, realmente, uma investigação séria e chegue até àqueles que produziram aquele material desrespeitoso. Eu vou dizer que profanaram o velório de uma pessoa ... e a dor de uma família.

O deputado Felipe Attiê (em aparte) – Eu quero dizer a V. Exa., deputado Vanderlei Miranda, que realmente é lamentável, em um velório, onde a família está, ali, com seus sentimentos, alguém fazer manifestação política. Agora, doidos existem muitos, e esses são doidos, porque lugar de fazer manifestação política é na praça. Ir para dentro de um velório fazer uma manifestação política, isso nunca conta com o apoio de pessoas que têm bom senso. A democracia exige limites, exige respeito.

Eu sou totalmente contra pessoas virem aqui xingar deputados, a mãe, a família, ofender, falar palavras de baixo calão, proferir calúnias, mentiras, seja da galeria, seja no Facebook ou na internet. Eu tenho Facebook, mas você pode verificar que eu não perco

tempo com esse negócio de carômetro, essas coisas. Eu sou contrário ao PT, faço a minha defesa aqui, mas isso tem de ter limites. Nós não podemos levar para o campo pessoal, não podemos levar para o campo desumano. Acho que faltou limite, que faltou bom senso a essas pessoas, mas doido existe para todo lado. Nós não concordamos com isso. Reprovamos qualquer atitude nesse sentido. Acho que na democracia as pessoas têm de ter posição – temos de procurar convencer, mas é direito das pessoas votar conforme a sua liberdade. Elas têm de ser respeitadas, e não achincalhadas; não se pode achar que não valem nada porque não concordam em sua posição. São seres humanos, e, depois da morte, lá em cima, não existe PT nem PSDB.

O homem já tinha partido, a família estava lá, na dor, então foi lamentável a atitude desses doidos. Eu chamo é disso, porque não regulam da cabeça ao fazer manifestação lá, no velório. Há tanto lugar para fazer manifestação.

Então, é lamentável esse assunto. Precisamos, realmente, ter mais tolerância. Precisamos combater os partidos políticos, acalorar as ideias, discutir os programas, criticar os partidos, mas entender que isso é no campo ideológico, no campo prático, no campo administrativo gerencial, no campo de governo.

Devolvo a palavra a V. Exa., solidarizando-me para que as coisas caminhem no bom senso, na humanidade, e, acima de tudo, nós somos cristãos e não toleramos isso.

O deputado Vanderlei Miranda – Obrigado, deputado Felipe Attiê. Antes de conceder aparte, eu gostaria de fazer um adendo, deputado Durval Ângelo. Eu comentei sobre a roda de debates na Rádio BandNews, hoje pela manhã, mas acabei não falando o mais importante. É que reproduziram lá a gravação daquele cidadão que disse que, se fosse no velório da mãe dele e houvesse lá bandidos, ele falaria a mesma coisa.

Primeiro, era um velório e não o da mãe dele; se havia lá bandidos, é conceito dele. As pessoas que estavam naquela roda na BandNews repudiaram e consideraram nojenta a ação daquele cidadão. É isso que quero destacar porque dificilmente vemos e ouvimos isso na imprensa.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)\* – Só gostaria de fazer um registro e um desagravo. Primeiramente, prestar-lhe solidariedade. Na data da votação aqui da alíquota do ICMS, V. Exa. foi desrespeitado não só na sua condição de deputado, com agressões gratuitas de um ou de mais de um representante que estava na galeria, mas também na sua condição fundamental, no seu múnus sacerdotal. Palavras de baixo calão foram dirigidas a V. Exa. atingindo a sua atividade privada, que acredito seja a atividade integral da sua vida: o exercício, o mister de pastor. Então, a minha solidariedade e o meu apoio. Espero que todos os deputados que professem uma fé religiosa – católicos, evangélicos ou espíritas desta Casa – se manifestem, porque o ataque a V. Exa. foi uma manifestação clara de intolerância religiosa. É absurda essa manifestação de intolerância que ouvimos e vimos aqui. Então, a minha solidariedade e o meu apoio. Na quinta-feira estarei escrevendo um artigo no jornal *O Tempo* onde vou registrar de forma clara essa solidariedade a V. Exa.

O deputado Vanderlei Miranda – Quero agradecer ao deputado Durval Ângelo, nosso líder de governo, a solidariedade. Aliás conheço o texto que será publicado porque ele já me antecipou o seu conteúdo, em que cita nominalmente minha pessoa em relação a essa agressão sofrida por parte da galeria. Fico muito feliz, deputado Durval Ângelo, porque vários deputados desta Casa já me procuraram se solidarizando, assim como V. Exa. fez agora através desse microfone. Vários me procuraram e disseram não concordar com o ocorrido. O deputado Alencar foi um dos primeiros a se manifestar fazendo essa defesa. Quero crer que essa solidariedade nos fortalece. O que de certa forma nos preocupa é algum colega, dentro deste Plenário, muitas vezes fazer a defesa de atitudes como a daquele cidadão nas galerias naquele dia. A nossa Polícia Legislativa, competente que é, cumpriu o seu papel com respeito e decência, não fugindo àquilo que é papel dela.

Todas as vezes que algum deputado desta Casa for agredido com palavras de baixo calão e ofensivas, serei o primeiro a fazer a defesa desse companheiro ou dessa companheira, desse colega ou dessa colega. Acredito que todos têm o direito de vir a esta Casa, ocupar as galerias democraticamente, fazer das galerias suas manifestações, mas sempre de forma respeitosa, nunca nos desrespeitando. Essa é a democracia que queremos. Não queremos a balbúrdia, não queremos a baderna, não queremos a confusão, não queremos “o quanto pior, melhor”. Queremos, sim, que todos tenham o direito de se expressar, ainda que possamos divergir.

Trago para V. Exa., que é um grande filósofo, um pensante de, se não me falha a memória, e me corrija V. Exa., Lavoisier, que diz: “Não concordo com uma única palavra do que você diz, mas vou defender até à morte seu direito de dizer”. Acho que esse deve ser o sentimento do Parlamento: em relação a nós mesmos entre nós, em relação às galerias, em relação à nossa vida, ao nosso cotidiano. Podemos não concordar, mas devemos defender até à morte o direito do outro de se expressar, seu direito de dizer, sem admitir as ofensas, sem admitir as agressões, como vimos aqui na semana passada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* – Sem revisão do orador.



## **MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

### **TERMO DE CONTRATO Nº 78/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Cemig Distribuição S.A. Objeto: contrato de fornecimento de energia elétrica na modalidade tarifária horária Verde. Vigência: 12 meses, a partir de 22/12/2015. Licitação: dispensada, nos termos do art. 24, XXII, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

### **TERMO DE ADITAMENTO Nº 90/2015**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atual Service Ltda. Objeto: prestação de serviços gerais, de suporte à gestão patrimonial e de materiais, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e demais materiais que forem necessários. Objeto do aditamento: ampliação do objeto do contrato com acréscimo de um prestatore na função de almoxarife. Vigência: a partir da data da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

## TERMO DE ADITAMENTO Nº 106/2015

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Graziano Leal Fonseca. Objeto: prestação de serviços de instrutoria, visando à formação dos alunos matriculados no Curso de Formação de Agentes Populares em Educação Ambiental na Agricultura Familiar, a ser oferecido pelo Projeto Cidadania Ribeirinha em comunidades rurais dos Municípios de Januária e São Francisco. Objeto do aditamento: alteração de período de vigência do contrato, de período de prestação dos serviços contratados e de locais, cronograma e conteúdo das aulas ministradas. Vigência: 17/8/2015 a 26/9/2015. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-14.



### ERRATAS

---

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 3/10/2015, na pág. 139, onde se lê:  
“nomeando João Carlos Firpe Pena”, leia-se:  
“nomeando João Carlos Firpe Penna”.

#### ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 8/10/2015, na pág. 76, onde se lê:  
“nomeando Luis Fernando Sena Figueiredo”, leia-se:  
“nomeando Luis Fernando Moreira de Figueiredo”.